mercado de trabalho
conjuntura e análise

| fevereiro 2010 |

42

MTE MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

ipea
Por um Brasil desenvolvido

Governo Federal

Ministério do Trabalho e Emprego

Ministro – Carlos Roberto Lupi

Secretário Executivo – André Peixoto Figueiredo Lima

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro – Samuel Pinheiro Guimarães Neto

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Fernando Ferreira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
João Sicsú

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (em implantação)
José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
Jorge Abrahão de Castro

Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, Inovação, Produção e Infraestrutura
Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos, Cooperação Técnica e Políticas Internacionais
Mário Lisboa Theodoro

Chefe de Gabinete
Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação
Daniel Castro

URL: http:/www.ipea.gov.br

Ouvidoria: http:/www.ipea.gov.br/ouvidoria

mercado de trabalho conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável
Lauro Ramos

Membros
Carlos Henrique Leite Corseuil
Luiz Eduardo Ruckert Parreiras
Roberto Henrique Sieczkowski Gonzalez

Equipe de Apoio
Italo Cabral de Souza
Pedro Luiz Scharth Féo Ribeiro
Luana Moreira de Souza Furtado
Marina Ferreira Fortes Aguas

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ipea ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

AGRADECIMENTOS
Ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao IBGE, à Fundação Seade e ao Dieese por cederem os dados necessários à elaboração desta edição.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO 7

NOTAS TÉCNICAS 19

DIFERENCIAIS DE GÊNERO NA PROMOÇÃO EM GRANDES EMPRESAS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA 21
Danilo Coelho
Marcelo Fernandes
Miguel N. Foguel

SEGREGAÇÃO HIERÁRQUICA DE GÊNERO NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO 27
Daniela Verzola Vaz

A NOÇÃO DE ARTICULAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E TRABALHO E POLÍTICAS DE APOIO 34
Arlene Martinez Ricoldi

ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLITICAS PÚBLICAS 45

INTRODUÇÃO 47

A REVITALIZAÇÃO DO EXTRATIVISMO: PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUSTENTABILIDADE 49
Jane Simoni

ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGROECOLOGIA: CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE MODOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS 55
Claudia Job Schmitt

EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO MEIO URBANO E A AGENDA AMBIENTAL: POSSIBILIDADES E ENTRAVES NO BRASIL ATUAL 65
Leandro Pereira Morais

ANEXO ESTATÍSTICO 71

APRESENTAÇÃO

Este número do *Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* busca apresentar um panorama do funcionamento do mercado de trabalho metropolitano em 2009, comentando a evolução dos principais indicadores divulgados pela Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE), pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED/MTE), e pela Pesquisa de Emprego e Desemprego do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (PED/Dieese). De uma maneira geral, o desaquecimento exibido pelos indicadores de produção e vendas no primeiro semestre não aparece de forma tão intensa nos indicadores do mercado de trabalho. Apesar de ter ocorrido uma tendência de piora, sobretudo no primeiro semestre de 2009, os resultados não se apresentaram muito inferiores aos obtidos no mesmo período de 2008. Contudo, o segundo semestre apontou um quadro mais difuso, com elevação da informalidade e simultânea recuperação dos indicadores de ocupação e desemprego. O ritmo desta recuperação ainda foi tímido num certo sentido, quando comparado ao registrado no período anterior à crise.

Tendo em vista que uma série de medidas foi tomada em 2009 com o objetivo de reaquecer o mercado interno, tais como expansão da oferta interna de crédito, manutenção dos investimentos em infraestrutura, e estímulo ao consumo via redução de impostos, é lícito projetar um cenário positivo para o mercado de trabalho em 2010, no qual o reaquecimento da atividade econômica implique também retomada da geração de empregos com carteira e da elevação dos rendimentos. Os dados da PME para janeiro, recém-divulgados pelo IBGE, sugerem esta direção, ao mostrarem sinais de melhora na informalidade e no rendimento, e uma deterioração aquém do esperado para esta época do ano nos indicadores de ocupação e desemprego.

Integram também este volume três notas técnicas que analisam questões relacionadas à inserção da mulher no mercado de trabalho, no ensejo da proximidade do Dia Internacional da Mulher. As duas primeiras notas tratam do acesso deste segmento aos melhores postos de trabalho, com a preocupação de identificar uma eventual segregação hierárquica de gênero: Danilo Coelho, Marcelo Fernandes e Miguel Foguel discutem esta questão no âmbito das empresas privadas, enquanto Daniela Vaz traz evidências sobre o mesmo tema no setor público. A última nota, assinada por Arlene Ricoldi, examina a noção de articulação entre família e trabalho, à luz das transformações sociais experimentadas nas últimas décadas e das políticas de apoio para esta mesma articulação, oferecidas tanto por parte do setor público como do setor privado.

Por fim, este número do boletim reúne ainda três ensaios sobre economia solidária, que têm como fio condutor as relações entre as práticas econômicas solidárias e as questões ambientais. O primeiro texto, de autoria de Jane Simoni, mostra algumas das realidades do processo de revitalização da produção extrativista ora em curso na região Norte. Na sequência, o ensaio de Cláudia Schmitt versa sobre as convergências e desafios existentes na relação entre as propostas da economia solidária e da agroecologia, enquanto Leandro Morais busca pensar como estão se dando as relações entre as iniciativas econômicas solidárias e o meio ambiente na perspectiva dos empreendimentos urbanos.

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

INTRODUÇÃO

Esta análise tem como objetivo apresentar um panorama do mercado de trabalho brasileiro em 2009 com base nos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O foco da análise será o comportamento dos principais indicadores do mercado de trabalho ao longo do ano de 2009, à luz dos resultados dos anos anteriores, em particular os de 2008.

Com o propósito de fundamentar os resultados sobre o desempenho do mercado de trabalho, a análise será iniciada com uma breve descrição do ambiente macroeconômico em 2009.[1] Os indicadores disponíveis para o nível de atividade, em sua maioria até o terceiro trimestre, mostram que a variação percentual do produto interno bruto (PIB) frente ao mesmo período de 2008 foi negativa, refletindo o cenário de crise internacional.[2] Durante os três trimestres iniciais, a produção industrial, as vendas no varejo, as exportações e o investimento real tiveram uma queda acentuada quando comparados ao ano anterior. Entretanto, a maior redução ocorreu no início do ano, havendo em seguida uma tendência de melhora. Tal fato é confirmado para aqueles indicadores com resultados disponíveis para o quarto trimestre, quais sejam: exportações e vendas no varejo.

Com relação aos reflexos desse cenário no mercado de trabalho, dois pontos merecem ser destacados. Em primeiro lugar, o desaquecimento exibido pelos indicadores de produção e vendas não aparece de forma tão intensa nos indicadores do mercado de trabalho. Apesar de ter ocorrido uma tendência de piora em alguns momentos de 2009, os resultados em geral não são inferiores àqueles obtidos no mesmo período de 2008. Em segundo lugar, embora na maior parte dos indicadores de trabalho a tendência de piora esteja concentrada no primeiro semestre, outros parecem refletir a crise apenas no segundo semestre. No primeiro grupo se encaixam a taxa de desemprego e o nível de ocupação, que ficaram praticamente estagnados no primeiro semestre. No outro estão o grau de informalidade e a taxa de atividade, cuja análise será o foco da próxima seção.

TAXA DE ATIVIDADE

A taxa de atividade,[3] durante o ano de 2009, apresentou um comportamento relativamente estável, oscilando em torno de 56,7%, valor ligeiramente inferior à média dos anos anteriores, de aproximadamente 57%.[4] Cabe destacar que a pouca volatilidade de tal taxa nos meses de 2009 rompe com a tendência antes observada de aumento significativo no final do

1. Todos os números que fundamentaram este panorama macroeconômico estão disponíveis na sinopse macroeconômica do Ipeadata. Ver <www.ipeadata.gov.br>.

2. A variação percentual do PIB real nos três primeiros trimestres de 2009, em comparação aos de 2008, foi negativa em 2,13, 1,63 e 1,22, nesta ordem. Além disso, foi registrada deterioração na confiança do consumidor e forte contração no crédito.

3. Taxa de atividade ou taxa de participação é o percentual de população economicamente ativa (PEA) em relação à população em idade ativa (PIA).

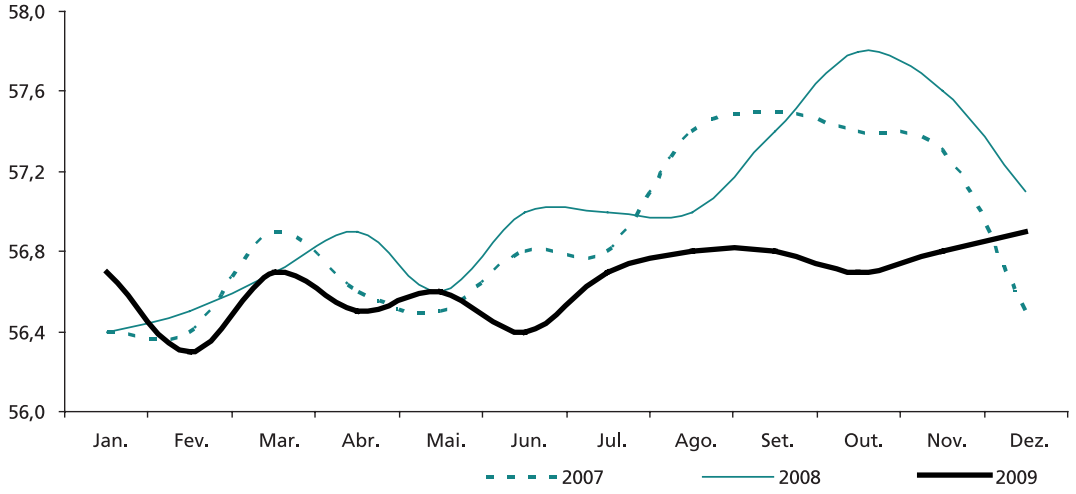
4. Em 2008, a média foi de 57%, e em 2007, de 56,9%.

segundo semestre. No gráfico 1, é possível visualizar este movimento: as taxas de atividade permanecem próximas ao longo do primeiro semestre e distanciam-se em seguida, chegando a alcançar uma diferença de 1,1 ponto percentual (p.p.) no mês de outubro. Este fato pode refletir uma perda de atratividade do mercado de trabalho no ano de 2009 *vis-à-vis* os anos anteriores, visto que no meio do segundo semestre os sinais de retomada ainda eram tímidos. Sendo assim, é possível que não tenha ocorrido um estímulo a novas entradas de trabalhadores na força de trabalho neste intervalo de tempo. Esta interpretação motiva uma análise da evolução de alguns componentes da população em idade ativa (PIA).

GRÁFICO 1

Taxa de atividade

(Em %)



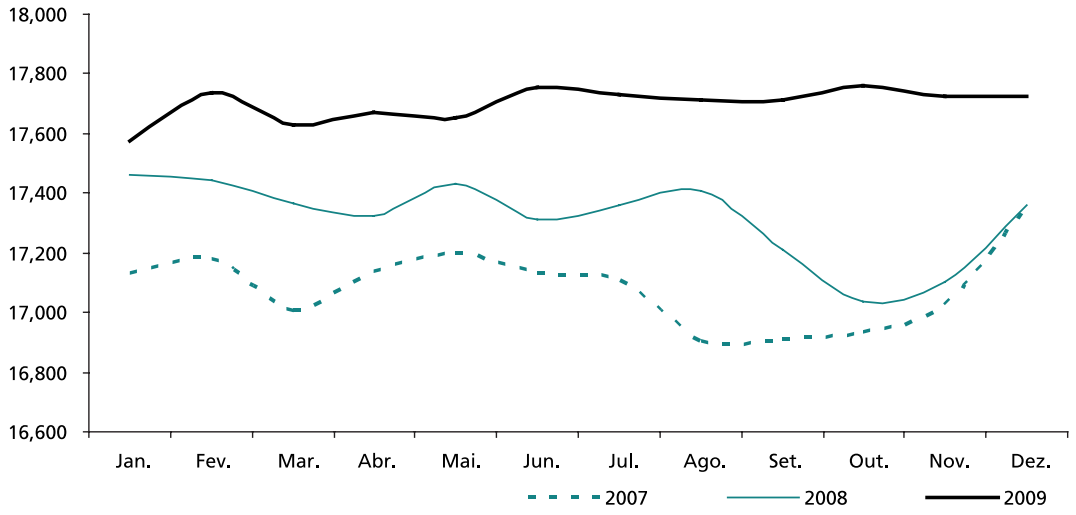
Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (PME/ IBGE).

Em 2009, a PIA registrou uma média de 40,8 milhões de pessoas, entre os quais cerca de 23,1 milhões faziam parte da população economicamente ativa (PEA), ou inseridas na força de trabalho, e aproximadamente 17,7 milhões faziam parte da população não economicamente ativa (PNEA). Na comparação com os valores de 2008, a PIA teve um crescimento médio de 1,5% em 2009. Ao decompor a evolução da PIA de acordo com a participação na força de trabalho, nota-se por um lado que a PNEA (gráfico 2) apresentou um comportamento praticamente estável ao longo de 2009, invertendo a tendência de queda observada na segunda metade dos anos anteriores. Por outro lado, a PEA se expande de forma um pouco mais intensa no primeiro semestre (1,1% contra 0,77% no segundo semestre). Observou-se nos anos anteriores que a elevação da taxa de atividade no segundo semestre era consequência de uma migração sazonal de pessoas antes inativas para a PEA, possivelmente buscando as vagas temporárias que normalmente se abrem por conta das encomendas e do aquecimento do comércio no fim de ano. No segundo semestre de 2009, esta migração não ocorreu na mesma intensidade, sugerindo que a grande maioria das pessoas que se candidataria a estas vagas não o fez ou desistiu de procurar, o que corrobora a hipótese de menor atratividade do mercado de trabalho neste período.

GRÁFICO 2

População não economicamente ativa

(Em 1 mil pessoas)



Fonte: PME/ IBGE.

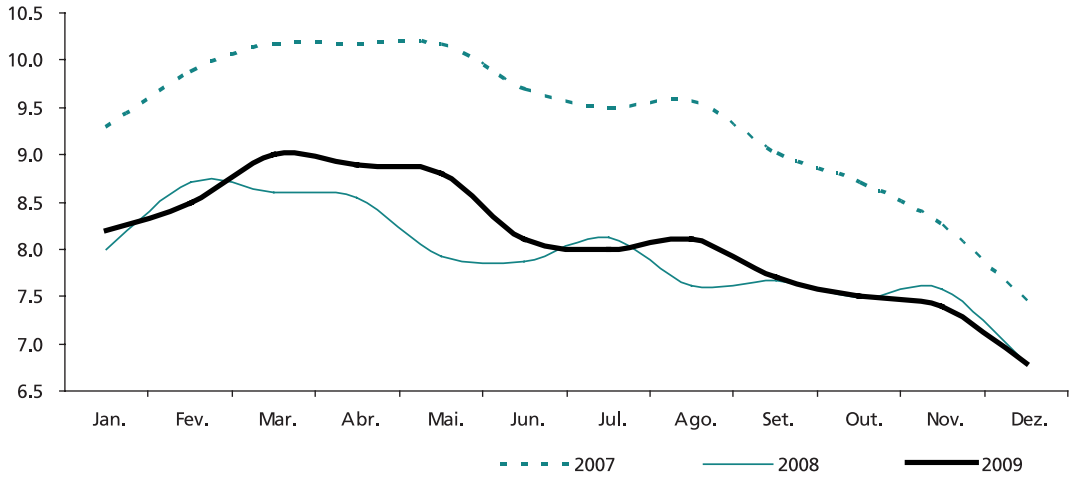
TAXA DE DESEMPREGO

A taxa de desemprego registrou uma média de 8,1%, apresentando um patamar ligeiramente superior à média de 2008 (7,9%). Nota-se, no gráfico 3, que entre os meses de março e junho de 2009 a taxa de desemprego teve o maior distanciamento em relação ao ano anterior, chegando a estar 1 p.p. acima de 2008 em maio. Todavia, na segunda metade do ano, constata-se uma aproximação dos valores observados em 2008, a ponto de fechar dezembro com o mesmo valor (6,8%). Vale destacar a marca atingida em dezembro, não apenas por ser a menor da nova série da PME, mas também pelo fato de a taxa de participação não ter caído neste mês como costumava cair nos anos anteriores. Isto sinaliza que a queda no desemprego no último mês do ano deve ser creditada a um bom desempenho no nível de ocupação.

GRÁFICO 3

Taxa de desocupação

(Em %)



Fonte: PME/ IBGE.

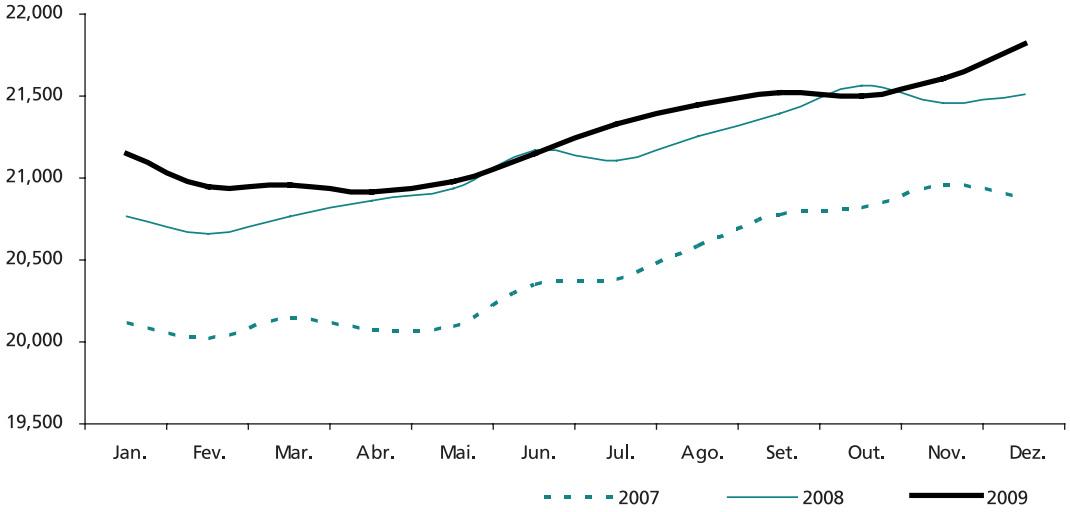
Ressalte-se que em torno do comportamento agregado da taxa do desemprego analisado houve uma considerável disparidade regional. Entre as regiões metropolitanas cobertas pela PME, São Paulo e Recife apresentaram um aumento na taxa média de desemprego frente ao ano anterior de respectivamente 0,8 e 0,6 p.p. As demais regiões apresentaram queda nas taxas médias, com destaque para o Rio de Janeiro, onde se registrou uma queda de 0,7 p.p.

A taxa de desemprego aberto apresentada pela Pesquisa de Emprego e Desemprego do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (PED/Dieese) corrobora, em certa medida, as conclusões tiradas com base nos dados da pesquisa do IBGE. Na PED a taxa de desemprego fecha dezembro em 8,7%, valor bem próximo ao alcançado em dezembro do ano de 2008 (8,6%). Já a média anual ficou em 10%, o que significa um aumento de apenas 0,4 p.p. frente à média de 2008. No aspecto regional a PED também registra disparidades, com Recife e Distrito Federal apresentando reduções nas médias de 2009 na comparação com 2008, enquanto as demais regiões tiveram médias maiores, com destaque para São Paulo.[5]

OCUPAÇÃO E INFORMALIDADE

O número médio de ocupados em 2009 exibiu uma ligeira elevação, 0,7%, com relação ao ano anterior. Na análise da sua trajetória ao longo do ano, ilustrada no gráfico 4, é possível notar que a curva de 2009 se manteve ligeiramente acima da de 2008 na maior parte do tempo. Cabe destacar o comportamento no final do ano, em particular nos últimos dois meses de 2009, quando este indicador aponta uma trajetória ascendente com intensidade que contrasta com o que se verificou para o mesmo período nos anos anteriores, confirmando as suspeitas a respeito da queda no desemprego neste mesmo período.

GRÁFICO 4
Número médio de ocupados
(Em milhares)



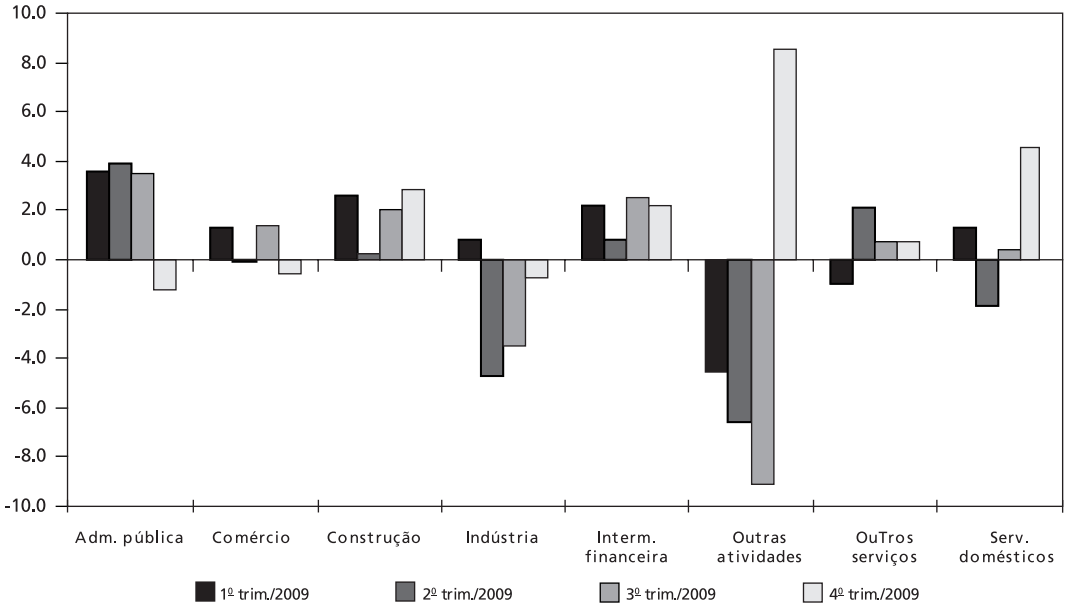
Fonte: PME/ IBGE.

A análise do nível de ocupação possibilita uma desagregação dos dados de acordo com algumas características de postos de trabalho, tais como setor de atividade e posição na ocupação. Quando se trata do aspecto setorial da população ocupada, os resultados apontam para um desempenho nem sempre favorável quando se faz a comparação trimestre

5. Ver o anexo estatístico.

a trimestre de 2009 com 2008. O gráfico 5 permite vislumbrar tais variações e indica um grupo de atividades não expressivas no universo da PME[6] (aqui chamado de setor de outras atividades) e a indústria[7] como aqueles de pior evolução no ano. No caso da indústria, notam-se sinais de uma recuperação continuada entre o segundo e o quarto trimestre. O melhor desempenho pode ser atribuído às atividades ligadas à construção, intermediação financeira[8] e administração pública,[9] embora este último setor tenha registrado uma leve queda no quarto trimestre do ano.

GRÁFICO 5
Variação do nível de ocupação por setor de atividade (2009)
(Em %)



Fonte: PME/ IBGE.

Com relação ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED/MTE), cabe dizer que os dados apresentaram impressões um pouco distintas das verificadas com base na PME. É importante frisarem-se as diferenças de cobertura destas duas fontes de informação.[10] No gráfico 6, a análise trimestral da variação por setor de atividade mostra divergências consideráveis sobretudo para a indústria e para o comércio. Enquanto na indústria o CAGED registra uma piora considerável no quarto trimestre, e no comércio é registrada uma melhora monótona do emprego, na PME não se verificam tais movimentos. Merecem comentários os desempenhos ao longo de 2009 dos setores de construção e serviços, que fecham o ano com desempenhos bem superiores aos registrados no primeiro trimestre.

6. Essa categoria abrange as atividades de agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, pesca, organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais, e atividades mal especificadas.

7. Nesse agrupamento as atividades consideradas são indústria extrativa e de transformação, e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

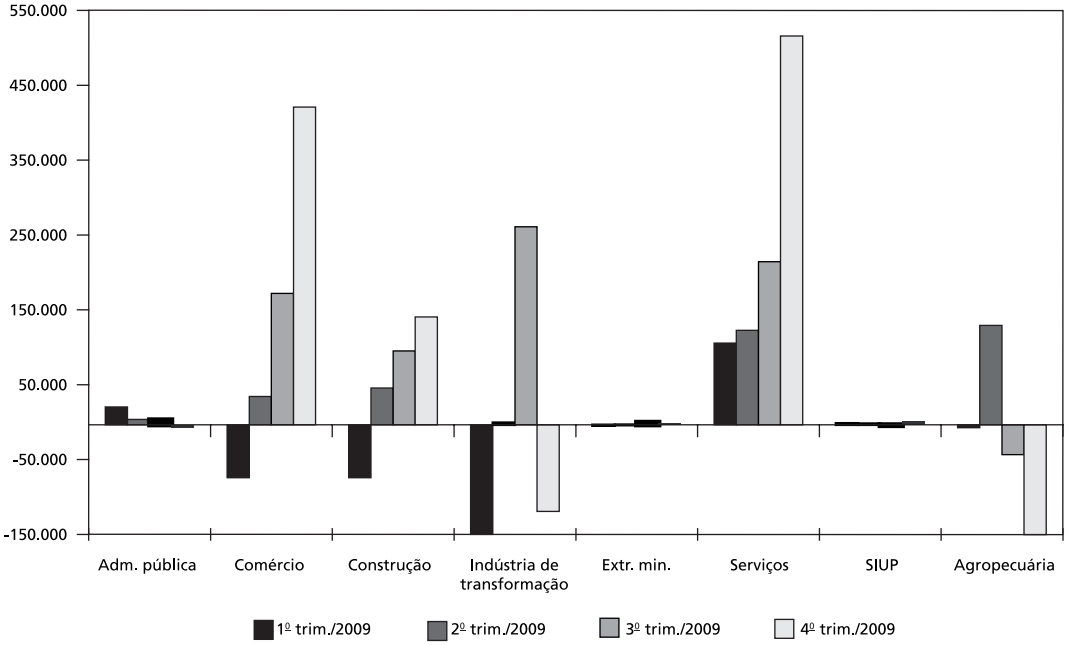
8. Esse agrupamento comporta as atividades de intermediação financeira, atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas.

9. Esse agrupamento inclui as atividades de administração pública, educação, saúde, serviços sociais, defesa e seguridade social.

10. Por um lado, o CAGED cobre todo o território nacional; por outro lado, esta fonte de informação lida apenas com os vínculos formais.

Por fim, os dados do CAGED revelam uma variação acumulada positiva do emprego ao longo de 2009 em todos os setores, exceto a agropecuária.

GRÁFICO 6
Variação do nível de ocupação por setor de atividade, por trimestre (2009)
(Em milhares)

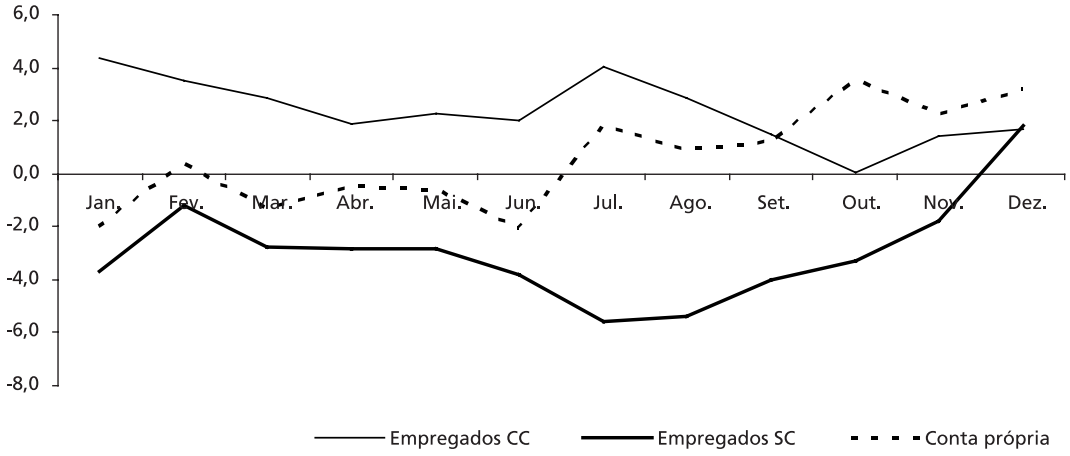


Fonte: CAGED/ MTE.

Outra desagregação da população ocupada que merece destaque é a por posição na ocupação, em particular a comparação das médias de 2009 com as de 2008 referentes ao grupo de empregados. Enquanto para o total de empregados protegidos registrou-se um aumento ligeiramente superior a 2% (2,3% para os empregados com carteira e 2% para os estatutários e militares), para os trabalhadores sem carteira registrou-se uma redução de 3%. Vale registrar também a queda de 20,5% no total de empregados não remunerados, ainda que seja um grupo não muito expressivo no universo da PME. O total de empregadores e de trabalhadores por conta própria registram variações bem menos significativas (-1% e 0,5% respectivamente).

O quadro muda consideravelmente ao se analisar a evolução do emprego desses grupos ao longo de 2009. O gráfico 7 revela uma clara aceleração no aumento do emprego nos grupos sem carteira e conta própria no segundo semestre, sobretudo contra uma relativa estabilidade no grupo com carteira assinada (ou mesmo ligeira desaceleração). A intensidade da aceleração registrada para os trabalhadores por conta própria no segundo semestre chama atenção, e sugere que esta pode ter sido a opção de muitos dos que perderam seus empregos no primeiro semestre.

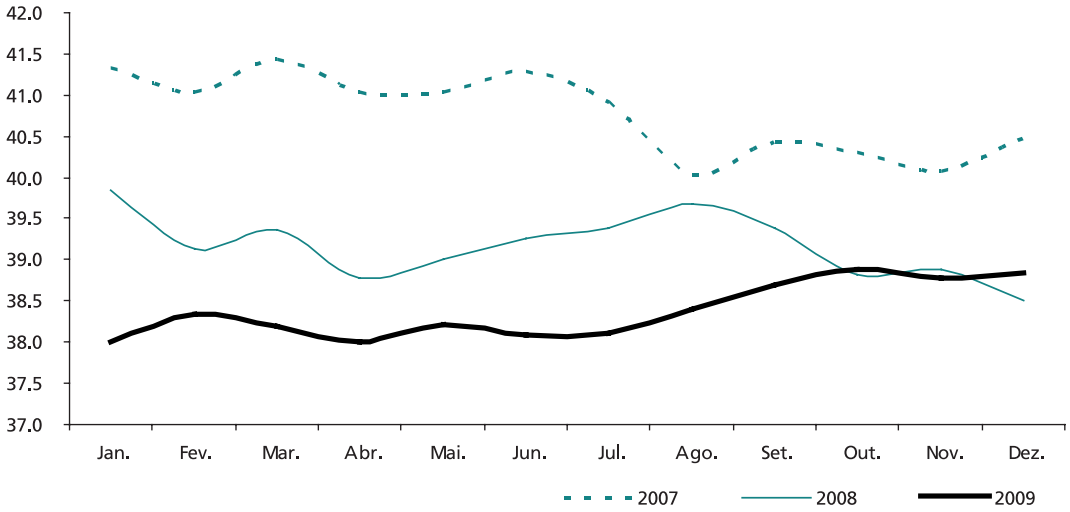
GRÁFICO 7
Variação anual dos ocupados por posição na ocupação
(Em %)



Fonte: PME/IBGE.

A evolução do grau de informalidade,[11] fruto do contraste entre os resultados dos grupos de empregados com e sem carteira, reflete os fatos positivos e negativos mencionados. Por um lado, o valor médio do nível de informalidade ficou em 38,4 %, que representa tanto uma queda de 0,8 p.p. em relação a 2008 quanto a menor média anual desde 2003. Por outro lado, o gráfico 8 revela uma tendência de aumento deste indicador, sobretudo no segundo semestre.

GRÁFICO 8
Evolução do grau de informalidade
(Em %)



Fonte: PME/ IBGE.

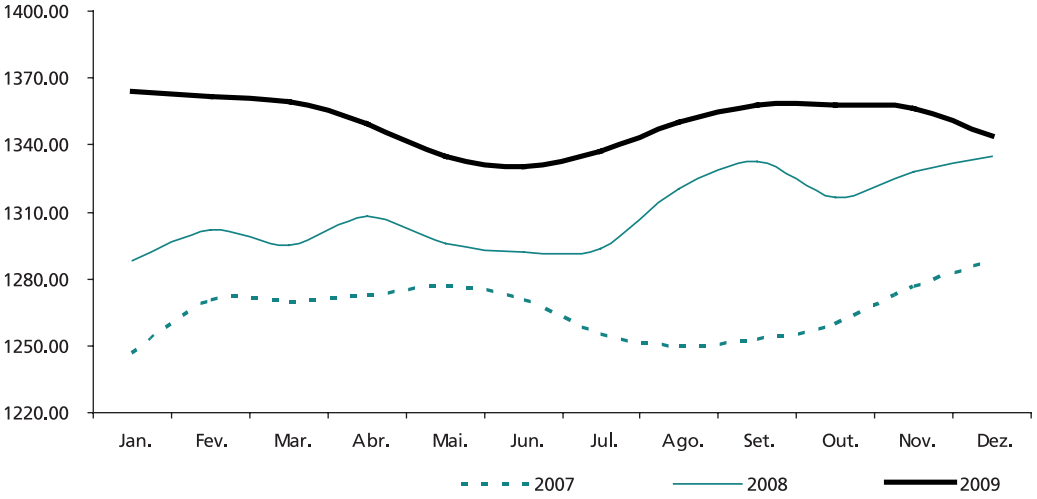
11. O grau de informalidade utilizado é definido como a razão entre trabalhadores sem carteira, por conta própria e não remunerados sobre o total de ocupados.

RENDIMENTO E MASSA SALARIAL

O rendimento médio real habitualmente recebido registrou um ganho médio de 3,2% em 2009 comparado a 2008. Este movimento pode ser atribuído, em maior parte, à evolução dos rendimentos dos empregados do setor público e do segmento sem carteira assinada no setor privado, que registraram aumentos de 5,3% e 5% respectivamente. As demais categorias de posição na ocupação também registraram ganhos na comparação de médias anuais dos respectivos rendimentos, porém de magnitudes mais modestas.[12]

É possível aferir pelo gráfico 9 que o rendimento real permaneceu em um patamar superior ao de 2008 durante todos os meses do ano. Os maiores valores registrados localizam-se no primeiro trimestre, apresentando queda significativa no trimestre posterior. Além disso, é interessante notar que a distância entre os valores de 2009 e 2008 se reduz nos dois últimos trimestres, atingindo uma distância de apenas 0,7% em dezembro frente ao mesmo período do ano anterior.

GRÁFICO 9
Rendimento real habitualmente recebido
(Em R$ de dezembro de 2009)

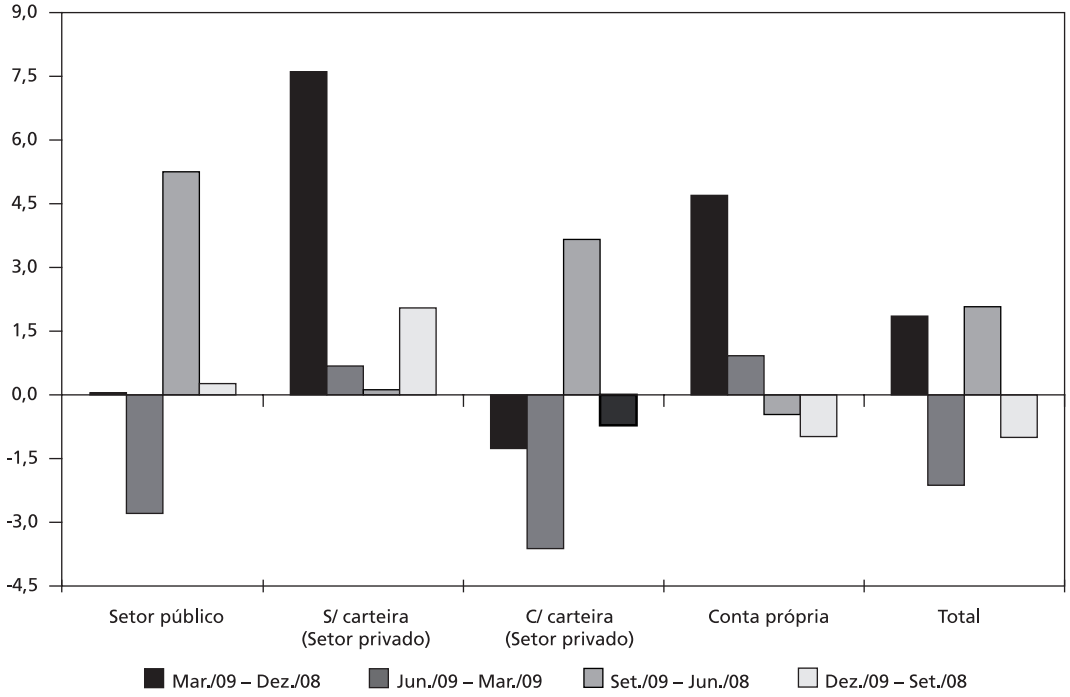


Fonte: PME/ IBGE.

No gráfico 10, verifica-se o comportamento da variação trimestral de cada posição na ocupação. Nota-se que o fraco desempenho no final do ano se deve ao comportamento registrado para os segmentos de trabalhadores por conta própria e com carteira assinada. Além disso, é possível perceber que o bom desempenho alcançado na média de 2009 para o segmento sem carteira assinada está limitado ao primeiro trimestre.

12. Os trabalhadores com carteira de trabalho assinada apresentaram variação positiva de 2,3%, e os por conta própria, 3,3% %.

GRÁFICO 10
Variação trimestral do rendimento real habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas (2009/2008)
(Em %)



Fonte: PME/ IBGE.

Por fim, a variação da média anual da massa salarial, entre 2008 e 2009, foi de 3,9%. Era de se esperar um valor positivo, haja vista que tanto os rendimentos médios quanto o número de pessoas ocupadas subiram em 2009. A evolução da massa salarial é ilustrada no gráfico 11, no qual se podem observar padrões distintos ao longo do ano. Enquanto no primeiro semestre há uma nítida tendência de queda neste indicador, no segundo semestre esta tendência é revertida, de forma que o ritmo de crescimento passa a ser bem semelhante ao experimentado no mesmo período de 2008. Este fato reforça a sensação comentada na introdução de que os sinais de recuperação da crise parecem estar se consolidando.

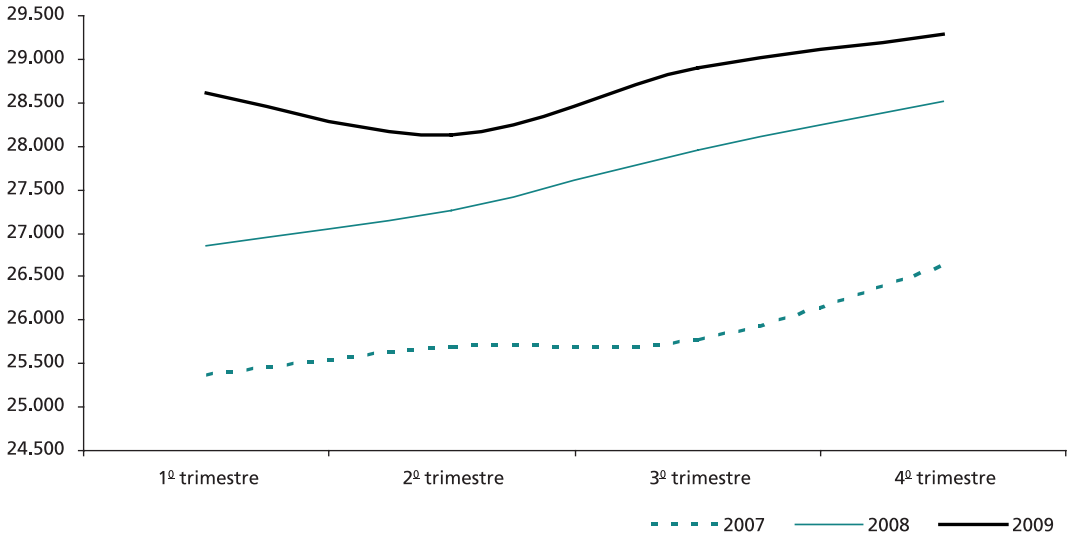
Tomando o conjunto dos indicadores analisados, percebe-se que o desemprego caiu no segundo semestre devido à combinação entre queda da taxa de atividade e aumento do emprego sem carteira e dos trabalhadores por conta própria. Uma possível explicação para este quadro seria que o primeiro fator decorreria da perda de atratividade do mercado de trabalho, enquanto o segundo seria consequência da busca de colocação no mercado de trabalho por parte de pessoas que ficaram desempregadas no primeiro semestre, e que estariam se reinserindo em setores onde predominam ocupações mais precárias (construção, serviços domésticos). Esta hipótese também explicaria a queda nos rendimentos médios. Assim, se os indicadores apontam sem dúvida uma recuperação no segundo semestre de 2009, alguns efeitos da crise ainda se faziam sentir.

Lembrando que uma série de medidas foram tomadas em 2009 para reaquecer o mercado interno, tais como expansão da oferta interna de crédito, manutenção dos investimentos em infraestrutura e estímulo ao consumo via redução de impostos, pode-se projetar um cenário positivo para o mercado de trabalho em 2010, em que o reaquecimento da atividade econômica implique retomada da geração de empregos com carteira e da elevação dos rendimentos.

GRÁFICO 11

Média trimestral da massa salarial

(Em milhares de R$ de dezembro de 2009)



Fonte: PME/ IBGE.

NOTA TÉCNICA

DIFERENCIAIS DE GÊNERO NA PROMOÇÃO EM GRANDES EMPRESAS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA
Danilo Coelho
Marcelo Fernandes
Miguel N. Foguel

SEGREGAÇÃO HIERÁRQUICA DE GÊNERO NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO
Daniela Verzola Vaz

A NOÇÃO DE ARTICULAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E TRABALHO E POLÍTICAS DE APOIO
Arlene Martinez Ricoldi

DIFERENCIAIS DE GÊNERO NA PROMOÇÃO EM GRANDES EMPRESAS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Danilo Coelho*
Marcelo Fernandes**
Miguel N. Foguel*

1 INTRODUÇÃO

As diferenças salariais entre homens e mulheres são um fenômeno amplamente documentado no Brasil e em outros países. Este hiato salarial é uma das fontes geradoras de desigualdade de renda e, na medida em que decorre da discriminação contra a mulher, é também uma fonte de ineficiência.[1] Procurar entender os fatores que estão por trás deste diferencial salarial é, portanto, uma tarefa importante. Nesta nota é analisado um fator ainda pouco estudado no Brasil, potencialmente gerador deste diferencial: as diferenças por gênero em termos de promoção nas empresas.

Promoções tipicamente produzem elevação do salário do trabalhador. Para se entender como as promoções podem gerar diferenciais salariais entre os gêneros, suponha-se que se observem homens e mulheres com características produtivas similares em uma dada empresa. Dois são os canais que geram diferenciais salariais entre os grupos referidos. Por um lado, se as mulheres recebem a mesma remuneração que os homens após a promoção, porém têm menor chance de serem promovidas, então o salário médio dos homens será superior ao das mulheres, tendo em vista que a proporção de mulheres promovidas será relativamente menor que a dos homens.[2] Por outro lado, se as mulheres têm a mesma chance que os homens de serem promovidas, porém recebem uma remuneração menor após a promoção, se observará o aparecimento de um hiato salarial pró-homens, apesar de a proporção de promovidos ser a mesma para os dois grupos. O primeiro canal será denominado de diferencial de probabilidade de promoção, enquanto o segundo, de diferencial de remuneração após a promoção.

Vários estudos internacionais têm investigado empiricamente ambos os canais.[3] A análise desta literatura revela que não há consenso sobre a existência de diferenciais de probabilidade de promoção e de remuneração entre os sexos após a promoção. Seguindo a literatura, nesta nota procurou-se estimar a presença destes diferenciais para o caso brasileiro. Especificamente, a análise foi realizada com dados das grandes empresas do setor industrial do país.

Outro diferencial entre os sexos associado às promoções é a diferença de tempo que homens e mulheres levam para serem promovidos. Esta dimensão também é importante, pois mesmo que a probabilidade de promoção e a remuneração após a promoção sejam as mesmas entre os sexos, as mulheres podem ter de esperar mais tempo que os homens para

* Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

** Professor da Queen Mary University.

1. Tipicamente, o conceito de discriminação no mercado de trabalho é baseado na ideia de que alguma característica como sexo ou raça é utilizada para remunerar distintamente trabalhadores que são igualmente produtivos.

2. As barreiras implícitas que dificultam a ascenção profissional das mulheres dentro das empresas têm recebido a denominação de "teto de vidro" (*glass-ceiling*) na literatura especializada.

3. A literatura empírica é bastante extensa. Entre os trabalhos mais recentes estão: Booth e Francesconi (2000), Booth *et al.* (2003), Ramson and Oaxaca (2005), Acosta (2006), Aruralampam *et al.* (2007) e Blau e DeVaro (2007).

serem promovidas. Neste caso, a maior espera pode resultar em perda relativa de bem-estar para as mulheres, podendo também desestimular sua permanência na empresa ou até mesmo no mercado de trabalho.

Há somente dois estudos internacionais que investigaram as diferenças por gênero quanto à duração para a promoção: McCue (1996) e Pekkarinen e Vartiainen (2006). Nesta nota também serão apresentadas estimativas para a existência e a magnitude de diferenciais, entre os sexos, em termos de duração para a promoção no Brasil.

Na pesquisa, utilizou-se uma base de dados que contém informações sobre trabalhadores e firmas. Uma das informações presentes nesta base se refere à nacionalidade do capital das firmas (nacional ou estrangeiro). Dada a disponibilidade deste tipo de informação, as estimações procuram investigar se os diferenciais entre os gêneros variam de acordo com nacionalidade do capital das firmas. Pressupõe-se que tal distinção é interessante, uma vez que as práticas de promoção, em termos de gênero, podem diferir bastante entre estes dois tipos de empresa.

Esta nota está organizada da seguinte forma: na próxima seção, descreve-se a base de dados e apresentam-se algumas estatísticas descritivas. Na terceira seção, a metodologia é brevemente descrita, sendo a seção posterior dedicada à apresentação dos resultados. A última seção contém as conclusões.

2 BASE DE DADOS

As informações utilizadas são oriundas de três bases de dados distintas. A primeira é a Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (Rais – MTE), referente aos anos de 1991 a 2005. A Rais fornece um conjunto amplo de informações sobre trabalhadores e firmas do setor formal, incluindo a localização e o setor de atividade da firma e a remuneração, o sexo, a escolaridade, o tempo de trabalho na empresa e a ocupação do trabalhador. A segunda fonte de informações é o Censo de Capital Estrangeiro do Banco Central do Brasil (CCE – Bacen), do ano de 2000. Empregou-se o CCE para classificação das firmas em domésticas ou multinacionais, sendo estas últimas definidas como aquelas cujo capital dos acionistas estrangeiros é superior a 50%. A terceira base de dados é o Censo de Comércio Exterior da Secretaria de Comércio Exterior (CCEx – Secex), do ano de 1996. O CCEx fornece informações sobre o valor das exportações das firmas, que é aqui utilizado como uma *proxy* de sua produtividade. Estas fontes de informação são combinadas utilizando-se o número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da firma, presente nas três bases. O número identificador do trabalhador (do Programa de Integração Social – PIS) permite segui-lo na Rais ao longo do tempo.

A fim de construir uma amostra relativamente homogênea, foram utilizados os seguintes critérios. Primeiramente, o trabalhador deveria estar em uma firma do setor manufatureiro que visasse ao lucro e possuísse pelo menos 500 empregados. Em segundo lugar, selecionaram-se somente trabalhadores com diploma universitário trabalhando na firma como contadores, administradores, economistas, advogados, engenheiros, supervisores intermediários, gerentes intermediários, gerentes ou diretores. Pelo terceiro critério, o trabalhador deveria haver entrado na firma entre janeiro de 1991 e dezembro de 1995.[4] Finalmente, somente trabalhadores com contrato sem data de expiração constariam da amostra.

4. Todos os trabalhadores da amostra que entraram nesse período foram seguidos na Rais até dezembro de 2005. Portanto, tem-se uma janela de observação de até 180 meses para a ocorrência de uma promoção.

Após a utilização desses critérios, obteve-se uma amostra com 1.482 firmas (302 multinacionais, 20,4%), que empregam 33.130 trabalhadores, sendo 28.610 homens (86,4%) e 4.520 mulheres. O homem médio da amostra tem cerca de 35 anos, e a mulher, 31; percebem remunerações de aproximadamente 27 e 18 salários mínimos, respectivamente; e ambos os sexos trabalham contratualmente em torno de 43 horas semanais. Os engenheiros são a ocupação modal (30,6%) e, ao longo de todo o período de análise, cerca de 29% dos homens e 19% das mulheres ocupam posições de gerência – gerente ou diretor. Neste estudo, considera-se haver promoção quando o trabalhador passa a ocupar uma destas duas posições.

3 METODOLOGIA

O estudo tem o objetivo de estimar a existência e magnitude de diferenciais por gênero e nacionalidade do capital da empresa, segundo as três dimensões apresentadas na seção introdutória: *i*) probabilidade de promoção; *ii*) remuneração após a promoção; e *iii*) duração para promoção. Para tanto, empregaram-se modelos específicos para cada uma destas dimensões, cujas variáveis dependentes eram, respectivamente: *i*) binária, assumindo valor 1, caso o trabalhador fosse promovido, ou 0, em caso contrário; *ii*) o salário do trabalhador em número de salários mínimos; e *iii*) o tempo decorrido desde a admissão na firma até a promoção.[5] As variáveis de interesse eram o sexo do trabalhador (binária – com valor 1, para trabalhador homem, ou 0, para mulher), a nacionalidade do capital da empresa (binária – com valor 1,se a firma fosse multinacional, ou 0, se fosse doméstica) e o cruzamento destas duas variáveis. Como variáveis de controle, figuravam a idade do trabalhador, variáveis binárias para a ocupação do trabalhador, o tamanho da firma quanto ao número de empregados, o valor das exportações, e uma variável binária de localização da firma na região Sudeste. Por economia de espaço, na próxima seção serão apresentados somente os resultados para as variáveis de interesse.[6]

4 RESULTADOS

A tabela 1 contém as estimativas para a dimensão probabilidade de promoção. As estimativas revelam que os homens têm maior chance de serem promovidos, tanto em empresas domésticas quanto em multinacionais. No entanto, embora em desvantagem em relação aos homens em ambos os tipos de empresas, as mulheres tendem a ter uma maior probabilidade de promoção em multinacionais do que em empresas domésticas. Este resultado também é encontrado para os homens.

A tabela 2 apresenta as estimativas referentes à dimensão remuneração após a promoção.[7] Os resultados mostram que a promoção aumenta a remuneração de homens e mulheres tanto nas empresas domésticas quanto nas multinacionais. No entanto, em termos de diferenciais por gênero, os resultados revelam que os aumentos salariais pós-promoção tendem a ser de magnitude semelhante para homens e mulheres em ambos os tipos de empresas. Assim, embora as promoções aumentem os salários dos trabalhadores – o que é um resultado esperado –, não há evidências de que elas elevem a remuneração dos homens promovidos em comparação com a das mulheres promovidas.

5. Especificamente, os modelos utilizados nas estimações foram respectivamente: *i*) logit; *ii*) painel de dados com efeitos fixos; e *iii*) semiparamétrico de *rank* parcial (Khan e Tamer, 2007).

6. Os detalhes técnicos, assim como os resultados completos, podem ser encontrados em Coelho *et al.* (2009).

7. Como está sendo empregado um modelo longitudinal com efeitos fixos, os coeficientes de variáveis que são constantes no tempo (*e.g.* sexo) não são identificados. Assim, foram estimados os modelos de salário separadamente por sexo e comparados os coeficientes estimados para os dois grupos. A variável promoção que aparece na tabela 2 é uma *dummy* que passa a assumir valor 1 caso o trabalhador seja promovido.

TABELA 1

Estimativas para a probabilidade de promoção

Covariadas	Coeficiente	Erro-padrão
Homem	0,6221	0,1079
Multinacional	0,5143	0,1427
Homem* Multinacional	-0,2014	0,1508
Teste para soma de coeficientes (P-valor)		
Homem + homem* multinacional	0,0001	
Multinacional + homem* multinacional	0,0001	

Fonte: Microdados da Rais/MTE, CCE/Bacen e CCEx/Secex.
Elaboração dos autores.

TABELA 2

Estimativas para remuneração após a promoção

Covariadas	Mulher		Homem	
	Coeficiente	Erro-padrão	Coeficiente	Erro-padrão
Promoção	0.1220	0,0108	0,1493	0.0360
Promoção* Multinacional	-0.0230	0,0148	-0,0598	0,0475
Teste de igualdade de coeficientes (P-valor)				
Promoção			0,4681	
Promoção + promoção* multinacional			0,7789	

Fonte: Microdados da Rais/MTE, CCE/Bacen e CCEx/Secex.
Elaboração dos autores.

A tabela 3, que contém os resultados para a dimensão duração para promoção, mostra que as mulheres levam mais tempo que os homens para serem promovidas em empresas domésticas, não se observando o mesmo no caso das multinacionais. A tabela 3 também revela que o tempo para promoção das mulheres é menor neste último tipo de empresa em comparação com o primeiro, ao passo que ambos os tipos de empresas tendem a promover os homens com a mesma rapidez.[8]

TABELA 3

Estimativas de duração para promoção

Covariadas	Coeficiente	Erro-padrão
Homem	-1.3360	0,9476
Multinacional	-1,2593	0,4362
Homem* Multinacional	1,1588	0,4982
Teste para soma de coeficientes (P-valor)		
Homem + homem* multinacional	0,8743	
Multinacional + homem* multinacional	0,6554	

Fonte: Microdados da Rais/MTE, CCE/Bacen e CCEx/Secex.
Elaboração dos autores.

5 CONCLUSÕES

Tomando uma amostra de grandes empresas do setor industrial brasileiro, encontrou-se evidências de que as mulheres têm menor chance de serem promovidas que os homens nas empresas domésticas e multinacionais, sendo a diferença entre os sexos mais moderada no caso desta última categoria de empresas. Este resultado indica, portanto, que parece existir um "teto de vidro" para a progressão profissional das mulheres, pelo menos nas empresas de

8. Os resultados obtidos a partir de outro modelo de duração indicam: *i*) que os homens são promovidos em menos tempo que as mulheres nas empresas multinacionais; e *ii*) que este tipo de empresa promove os homens mais rapidamente que as empresas domésticas. No entanto, este outro modelo é menos geral e flexível que o utilizado para obter os resultados da tabela 3.

maior porte na indústria brasileira. Foram encontradas também evidências de que as chances de promoção em empresas multinacionais são mais elevadas que em empresas domésticas, independentemente do sexo do trabalhador.

As evidências mostram, além disso, que os ganhos de remuneração após a promoção não contribuem para o diferencial de salários entre homens e mulheres. Este resultado foi observado tanto para empresas domésticas quanto para multinacionais.

Em relação ao tempo para promoção, há evidências de que as mulheres estão em desvantagem em relação aos homens nas empresas domésticas, o que não ocorre no caso das multinacionais. Ademais, os resultados indicam que, embora os homens não tendam a ser mais rapidamente promovidos na comparação entre multinacionais e domésticas, o tempo para a promoção das mulheres é menor no primeiro do que no segundo tipo de empresa.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, P.A. **Promotions dynamics and intrafirm job morality**: incumbers vs. new hires. Working paper, University of Illinois at Urbana-Champaign, July, 2006.

ARULAMPALAM, W.; ALISON, L. B.; MARK L. B. Is there a glass ceiling over Europe? Exploring the gender pay gap across the wages distribution. **Industrial and Labor Relations Review**, vol. 60, 2007.

BLAU, F. D.; DEVARO J. **New evidence on gender differences in promotion rates: an empirical analysis of a sample of new hires**. Industrial Relations 46, 2007.

BOOTH, A. L.; FRANCESCONI M. **Job mobility in 1990's Britain**: does gender matter? Research in Labor Economics, n. 19, p. 173–189, 2000.

BOOTH, A. L.; FRANCESCONI, M.; FRANK J. A sticky floors model of promotion, pay, and gender. **European Economic Review**, n. 47, p. 295–322, 2003.

COELHO, D.; FERNANDES, M.; FOGUEL, M. N. **Capital estrangeiro e diferenciais de gênero nas promoções**: evidência da indústria de transformação brasileira. Brasília: Ipea, Texto para Discussão, n. 1447, 2009.

KHAN, S.; TAMER, E. Partial rank estimation of transformation models with general forms of censoring. **Journal of Econometrics**, n. 136, p. 251–280, 2007.

McCUE, K. Promotions and wage growth. **Journal of Labor Economics,** n. 14, p. 175–209, 1996.

PEKKARINEN, T.; VARTIAINEN, J. Gender differences in promotion on a complexity ladder of jobs. **Industrial and Labor Relations Review**, n. 59, p. 285–301, 2006.

RANSOM, M.; OAXACA, R. L. Intrafirm mobility and sex differences in pay. **Industrial and Labor Relations Review**, n. 58, p. 219–237, 2005.

SEGREGAÇÃO HIERÁRQUICA DE GÊNERO NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO*

Daniela Verzola Vaz**

1 INTRODUÇÃO

Entre as manifestações da segregação de gênero no mercado de trabalho está a segregação hierárquica (ou vertical). Conhecido na literatura como "teto de vidro", este fenômeno caracteriza-se pela menor velocidade com que as mulheres ascendem na carreira, o que resulta em sua sub-representação nos cargos de comando das organizações e, consequentemente, nas altas esferas do poder, do prestígio e das remunerações.[1] Tal é observado mesmo quando as mulheres são dotadas de características produtivas idênticas ou superiores às de seus congêneres do sexo masculino.

No Brasil, de fato, ainda são raras as mulheres em altos cargos corporativos. Entre os funcionários e dirigentes de uma amostra de organizações extraída do grupo das 500 maiores empresas no país, por exemplo, observa-se um "afunilamento hierárquico", ou seja, a incidência de menos mulheres quanto mais elevada é a instância de poder, ainda que o grau de instrução feminino seja superior ao masculino em todos os níveis considerados. Assim, se elas representavam 35% dos funcionários sem atribuições de comando, em 2007, no quadro executivo (presidente, vice-presidentes e diretores) este percentual reduzia-se a 11,5% (ETHOS, 2007).

A atitude menos discriminatória do Estado nas contratações – uma vez que o acesso ao emprego público depende, via de regra, de aprovação prévia em concurso de provas e títulos – e a garantia de igualdade de tratamento a integrantes de uma mesma carreira podem conduzir à impressão de que, no serviço público, o teto de vidro seja menos pronunciado. Contribui para esta percepção a forte presença feminina nos escalões inferiores e nos órgãos e áreas de missão social do governo, conforme verificam Bernardes, Moura e Acco (1998).

O objetivo desta nota técnica é apresentar evidências de que, apesar de adotarem métodos mais objetivos e transparentes de seleção de pessoal, as carreiras do setor público brasileiro tampouco escapam ao teto de vidro. Diversos estudos de caso sugerem, de um lado, que a distribuição desigual das mulheres nas distintas instâncias hierárquicas das organizações públicas se faz notar tanto em âmbito administrativo, quanto técnico. De outro, que este perfil de inserção feminina não é um traço particular da cultura brasileira, sendo igualmente observado em outros países.

---

* Uma versão mais completa deste trabalho foi apresentada no XI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET (Campinas, 2009).

** Doutoranda no Instituto de Economia (IE)/Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). E-mail: <danivvaz@yahoo.com.br>.

1. Entende-se a segregação hierárquica como algo distinto da segregação ocupacional, que se refere à tendência à alocação de homens e mulheres em segmentos ocupacionais distintos do mercado de trabalho. Na prática, no entanto, os efeitos destes fenômenos se confundem, pois as próprias ocupações podem ser hierarquizadas conforme o prestígio e a remuneração que lhes são atribuídos, observando-se a preponderância feminina nas atividades menos prestigiadas e pior remuneradas.

2 CAUSAS DA SEGREGAÇÃO HIERÁRQUICA DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO

É possível identificar dois modelos complementares de interpretação do fenômeno do teto de vidro: o primeiro remete às práticas discriminatórias, manifestas ou veladas, que visam excluir as mulheres das posições de poder, enquanto o segundo enfatiza a menor predisposição feminina a assumir cargos de comando (MARRY, 2008).

A primeira destas abordagens ressalta os mecanismos de exclusão feminina, como as barreiras historicamente enfrentadas pelas mulheres para ingressarem no ensino superior, em particular em instituições de prestígio, o que durante muito tempo as impediu de se qualificarem para disputar as posições mais prestigiadas no mercado de trabalho. Dentro desta linha de interpretação podem-se citar trabalhos como os de Schweitzer (2008), Beltrão e Alves (2004) e Beltrão e Teixeira (2005).

À medida que as barreiras enfrentadas pelas mulheres para se qualificarem e ingressarem no mercado de trabalho são superadas, ganham destaque os trabalhos que, sem negligenciar esta vertente, buscam nas relações entre vida profissional e pessoal e na divisão sexual do trabalho as causas da preeminência masculina nas posições elevadas. Segundo esta linha de interpretação, as mulheres se autoexcluem dos cargos de liderança e mesmo de carreiras de maior prestígio e remuneração em razão da interiorização de normas de socialização que pregam a necessidade de serem atenciosas e prestativas – qualidades conflitantes com a ambição profissional. Adicionalmente, porque desejam evitar os obstáculos e conflitos que anteveem para conciliar suas vidas profissionais e familiares, e que normalmente são potencializados nas posições de comando e nas carreiras de maior prestígio.

Hirata e Kergoat (2008) mostram que, de fato, o modelo de articulação entre vida profissional e familiar predominante no Brasil, pautado na delegação de parte das tarefas domésticas e de cuidado dos filhos a outras mulheres por meio do serviço doméstico remunerado, mascara, mas não resolve, as tensões entre os sexos geradas pela repartição desigual destas tarefas entre o casal. As mulheres pobres, ademais, seguem acumulando estas atribuições com o trabalho remunerado, dependendo dos filhos mais velhos e de uma ampla rede informal de solidariedade que inclui parentes, amigos e vizinhos para conciliar suas atividades.

3 O TETO DE VIDRO NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO

3.1 O caso da administração pública federal

Na administração pública federal, é possível constatar o teto de vidro ao se analisar a participação feminina nos cargos em comissão do grupo direção e assessoramento superiores (doravante DAS). Estes cargos destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. São preenchidos por nomeação, têm caráter provisório e podem ou não ser ocupados por servidores de carreira do Estado.

Observa-se que, quanto mais alto o DAS, isto é, quanto maior o nível decisório associado ao posto de trabalho, menor a participação feminina. Assim, em novembro de 2008, as mulheres ocupavam 45,5% das funções do tipo DAS 1, mas apenas 22,9% dos cargos DAS 5 e 20,0% das funções DAS 6. Ainda que estes percentuais tenham apresentado, na última década, tendência de elevação, conforme se depreende da análise da tabela 1, este movimento é lento e errático, principalmente quando se trata dos maiores níveis hierárquicos.

A desigual distribuição de homens e mulheres nos cargos do tipo DAS responde por um diferencial salarial importante entre os gêneros nestas funções. A remuneração média global (referente ao cargo e à função) dos servidores DAS 1 (R$ 3.662,38, em fevereiro de 2009), por exemplo, representa 60,5% daquela auferida, em média, pelos ocupantes de cargos do tipo DAS 4, e 41,5% da recebida pelos servidores DAS 6.

TABELA 1

Participação feminina (em %) no total de ocupantes dos cargos em comissão do grupo direção e assessoramento superiores (DAS), segundo o nível de função – 1997 a 2008

	DAS 1	DAS 2	DAS 3	DAS 4	DAS 5	DAS 6	Total
Nov./97	45,3	39,6	37,5	29,3	16,7	14,4	39,6
Nov./98	46,2	40,4	38,8	30,7	16,5	12,3	40,3
Nov./99	47,8	40,8	39,4	31,7	18,7	13,2	40,9
Nov./00	49,0	40,9	39,8	33,1	18,9	15,1	41,9
Nov./01	49,3	42,1	40,9	33,3	21,0	14,6	42,6
Nov./02	50,2	43,3	40,6	35,8	23,1	18,3	43,5
Nov./03	46,9	45,7	42,1	36,5	21,7	19,3	43,0
Nov./04	47,8	46,1	44,4	36,1	22,6	16,6	43,7
Nov./05	47,4	46,7	45,7	36,7	22,6	14,5	44,0
Nov./06	46,8	46,1	46,8	38,3	23,9	18,0	44,0
Nov./07	45,5	46,0	46,0	38,2	23,1	20,0	43,3
Nov./08	45,5	45,0	45,1	37,1	22,9	20,0	42,7

Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal (vários números). Secretaria de Recursos Humanos/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <http://www.servidor.gov.br/publicacao/boletim_estatistico/bol_estatistico.htm>. Acesso em 07 de abril de 2009.
Elaboração própria.

Bernardes, Moura e Acco (1998) e Fontenele-Mourão (2006) observam que este perfil de participação desigual das mulheres nas distintas instâncias hierárquicas da administração pública não é um traço particular da cultura brasileira, sendo igualmente observado em países como Grã-Bretanha, Estados Unidos, Austrália e Canadá.

Na França, o teto de vidro no serviço público tampouco se mostra em vias de ser superado. Apesar de a legislação francesa – tal como a brasileira – determinar a realização de concursos para investidura na maioria dos cargos públicos e garantir igualdade de tratamento graças ao sistema de carreira, as situações de segregação hierárquica não foram eliminadas. Assim, neste país, embora as mulheres representem 59,1% dos 5,2 milhões de servidores públicos, elas ocupam apenas 16% dos cargos de direção (Direction Générale de l'Administration et de la Fonction Publique – DGAFP, 2008 – dados referentes a 31/12/2006).

3.2. A condição feminina nas organizações públicas de ensino e pesquisa

A exemplo do que ocorre na direção do serviço público federal, no meio científico nacional as mulheres ainda são minoria nos postos de maior hierarquia.

De acordo com Leta *et al.* (2006), embora as mulheres representassem 55,10% dos alunos de graduação, 51,41% dos estudantes de mestrado e 48,93% dos doutorandos agraciados com bolsas de estudo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério de Ciência e Tecnologia (CNPq/MCT) em 2004, elas representavam apenas 33,28% dos pesquisadores premiados com a bolsa de produtividade em

pesquisa desta agência.[2] Entre os pesquisadores nomeados para comitês de assessoramento, eram 22,8% em 2006. Entre os docentes nomeados para cargos de chefia na Universidade Federal do Rio de Janeiro elas figuravam como 24% em 2004.

Na Academia Brasileira de Ciências, uma das mais antigas e prestigiadas associações de cientistas do país, as mulheres perfaziam, em 2002, apenas 7,8% dos membros titulares (MELO e CASEMIRO, 2003).[3]

A exclusão feminina mostra-se ainda mais acentuada na Academia Nacional de Medicina, que, desde sua fundação, em 1829, até o ano de 2002, admitiu apenas nove mulheres em seus quadros, embora conte permanentemente com 100 vagas para membros titulares, além de membros eméritos, honorários e sócios correspondentes (MELO e CASEMIRO, 2003).

Apesar da longa trajetória que consolidou a ciência moderna na França, perfil semelhante de segregação hierárquica é encontrado neste país. Embora recebam 39,6% das bolsas concedidas pelo Ministério da Pesquisa francês, as mulheres são minoria entre os professores titulares de universidades e institutos de pesquisa (17,3%), entre os membros dos comitês científicos do Ministério da Pesquisa (26,1%) e na Academia de Ciências (5,1%) (LETA *et al.*, 2006, dados referentes a 2004).

Um retrato da evolução recente da representatividade feminina nos níveis superiores da hierarquia acadêmica pode ser encontrado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Na tabela 2, a seguir, observa-se a distribuição dos docentes ativos do sexo feminino nos diferentes níveis da carreira docente do magistério superior (MS) nesta Universidade, entre 1994 e 2008. Entre parênteses, apresenta-se a mesma distribuição para os docentes do sexo masculino.

Cabe observar, preliminarmente, que no final do ano 2000 a Unicamp suprimiu o nível de professor livre-docente (MS-4), determinando a progressão direta de doutor (MS-3) para associado (MS-5) após a obtenção do título de livre-docência, mediante aprovação em concurso de provas e títulos. Foram ainda extintos os níveis MS-1 e MS-2, o que implicou a impossibilidade de contratação de novos profissionais sem o título de doutor. Assim, observa-se, no período considerado, a diminuição sistemática no percentual de instrutores e assistentes, os quais, em seu conjunto, passaram de 26,1% dos docentes ativos em 1994 para 2,5% em 2008.

Verifica-se que houve até 1999 – no caso dos homens – e 2000 – em se tratando das mulheres – um aumento persistente no percentual de doutores. Este comportamento reflete a política da universidade de estabelecer esta titulação como pré-requisito para o exercício da docência. Após 1999, a proporção de doutores entre os docentes do sexo masculino apresentou tendência à estagnação, oscilando em torno de 40%. Entre as mulheres, o movimento, iniciado em 2000, foi de declínio sistemático, indicando o avanço delas para níveis hierárquicos superiores. De fato, se em 1994 apenas 3,1% das professoras haviam atingido o cargo de titular, em 2008 este percentual havia crescido quase cinco vezes.

Apesar dos avanços femininos na carreira no período considerado, ao final da série

2. Melo e Lastres traçam um quadro detalhado da inserção feminina no sistema brasileiro de pesquisa científica e tecnológica entre 1990 e 1999, por meio da análise dos dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. As autoras constatam que, nesta década, as mulheres aumentaram sua participação nas bolsas de formação concedidas pelo CNPq (iniciação científica, mestrado e doutorado), porém mantiveram quase idêntica sua participação naquelas que refletem a maturidade dos pesquisadores (produtividade em pesquisa e pós-doutorado). Observam ainda que, em se tratando das bolsas de produtividade em pesquisa e pós-doutorado, a taxa de participação feminina decresce à medida que aumenta a classificação atribuída ao pesquisador.

3. Cabe assinalar que este percentual, em 2006, era de 11%, segundo Leta *et al.* (2006).

mais da metade das docentes ainda se encontrava no nível MS-3, ao passo que, entre os homens, se observava uma distribuição mais equilibrada entre os três níveis hierárquicos superiores. Este resultado indica, por um lado, a maior facilidade de progressão profissional masculina. Por outro, aponta para a tendência feminina a superar esta diferença, haja vista o fato de o percentual de professores associados entre os docentes de ambos os sexos diferir em apenas 2,2 pontos percentuais e observar-se um aumento sistemático na proporção de titulares entre as docentes do sexo feminino a partir de 1996.

TABELA 2
DISTRIBUIÇÃO (EM %) DOS DOCENTES ATIVOS NA CARREIRA DE MAGISTÉRIO DE NÍVEL SUPERIOR DO SEXO FEMININO – UNICAMP, 1994 A 2008.

Ano	Instrutor (MS-1)	Assistente (MS-2)	Doutor (MS-3)	Livre- docente (MS-4)	Associado (MS-5)	Titular (MS-6)	Total
1994	1,8 (1,7)	29,5 (21,7)	50,1 (35,2)	11,5 (17,5)	3,9 (10,0)	3,1 (13,9)	100,0
1995	1,2 (1,6)	26,7 (18,9)	52,7 (37,3)	12,0 (17,5)	4,7 (11,1)	2,7 (13,5)	100,0
1996	0,9 (1,1)	22,0 (16,6)	57,2 (39,9)	12,3 (17,7)	5,2 (11,1)	2,4 (13,7)	100,0
1997	0,6 (0,9)	17,7 (12,8)	59,6 (42,8)	14,1 (18,5)	5,5 (10,6)	2,5 (14,4)	100,0
1998	0,6 (0,6)	13,5 (10,8)	62,4 (44,6)	14,6 (19,2)	5,9 (10,8)	3,0 (13,9)	100,0
1999	0,3 (0,6)	8,4 (8,7)	63,6 (44,7)	17,6 (20,8)	6,3 (10,0)	3,9 (15,1)	100,0
2000	0,3 (0,6)	5,4 (7,4)	65,1 (43,1)	18,6 (22,5)	6,0 (10,8)	4,6 (15,6)	100,0
2001	0,2 (0,4)	4,2 (6,6)	62,8 (41,0)	-	26,5 (35,2)	6,3 (16,8)	100,0
2002	0,0 (0,4)	3,5 (5,9)	59,8 (39,3)	-	29,3 (36,8)	7,5 (17,6)	100,0
2003	0,0 (0,4)	2,8 (6,0)	57,1 (38,1)	-	31,1 (37,6)	9,0 (17,9)	100,0
2004	0,0 (0,3)	2,2 (5,7)	56,8 (39,0)	-	31,2 (35,9)	9,7 (19,0)	100,0
2005	0,0 (0,3)	2,3 (4,9)	56,8 (39,1)	-	30,2 (35,3)	10,7 (20,4)	100,0
2006	0,0 (0,3)	2,2 (4,6)	56,0 (39,6)	-	29,1 (33,8)	12,7 (21,7)	100,0
2007	0,0 (0,3)	1,5 (3,6)	55,4 (40,7)	-	28,9 (32,6)	14,2 (22,8)	100,0
2008	0,0 (0,3)	0,7 (3,2)	52,9 (39,6)	-	31,7 (33,9)	14,7 (23,0)	100,0

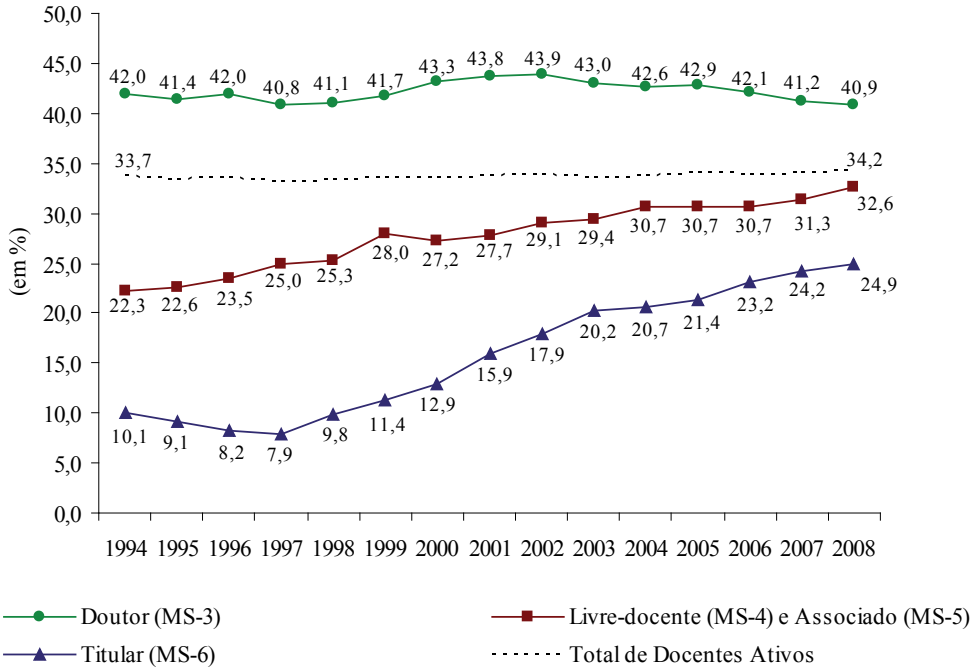
Fonte: Anuários Estatísticos da Unicamp (1994-2008).
Elaboração própria.

No gráfico 1 verifica-se que, embora não tenham conseguido ampliar sua fatia no total de vagas de docentes na Unicamp,[4] as mulheres lograram aumentar sua participação nos níveis superiores desta carreira no período analisado. Entre os professores livre-docentes (categoria existente até 2000) e associados, elas passaram de 22,3%, em 1994, para pouco menos de um terço do total em 2008. Entre os titulares, o avanço feminino foi mais acelerado, observando-se crescimento de sua participação de 10,1% para quase um quarto no mesmo período. Resta, é verdade, um longo caminho a trilhar, a fim de se alcançar uma participação mais equitativa entre os gêneros nos distintos degraus da hierarquia da carreira docente nesta universidade, sendo importante, para a consecução desta meta, que as tendências observadas no gráfico 1 não sofram desaceleração nos próximos anos.

4. As mulheres representavam, em 2008, 34,2% do total de docentes ativos da Unicamp, percentual muito próximo daquele verificado na Universidade de São Paulo em 2007 (35,9%).

GRÁFICO 1

Evolução da proporção de mulheres (em %) entre os docentes ativos na carreira de magistério de nível superior – Unicamp, 1994 a 2008.



Fonte: Anuários Estatísticos da Unicamp (1994-2008).
Elaboração própria.

Ainda que encorajadores, estes dados não podem mascarar o fato de se observarem discrepâncias muito grandes entre os 21 institutos e faculdades que integram a Unicamp. Velho e León (1998), por exemplo, ao analisarem a distribuição dos docentes de cada sexo nos institutos de Física, Química, Biologia e Ciências Humanas e Sociais em 1996, observaram que a proporção das docentes mulheres que se encontravam no nível MS-5 oscilava entre 21,4%, no Instituto de Física, e 1,6%, no Instituto de Biologia. O quadro mais desfavorável para as mulheres em termos de segregação hierárquica, porém, foi encontrado justamente no instituto responsável pelas áreas de conhecimento tradicionalmente identificadas como femininas, o de Filosofia e Ciências Humanas.

Deve-se observar ainda que, apesar da maior velocidade com que as mulheres têm progredido na carreira docente na Unicamp, isto não implicou a eliminação da segregação de gênero nos cargos administrativos desta universidade. Nas chefias de departamento das unidades acadêmicas elas atingiam, em 2006, quase um terço do total (40 de 125). Nos altos postos diretivos, no entanto, que incluem as diretorias de unidades, as pró-reitorias e a reitoria, a relação passava a apenas um sétimo (quatro de 29) (BRISOLLA, VASCONCELLOS e PIMENTEL, 2007).

4 FALTAM ÀS SERVIDORAS COMPETÊNCIAS PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS DE DIREÇÃO?

4.1 Percepções na administração pública

A constatação do teto de vidro no setor público brasileiro tem suscitado estudos que buscam conhecer a percepção coletiva dos dirigentes a respeito da representação feminina nos cargos superiores das organizações públicas, identificar as competências julgadas necessárias

para o exercício dos referidos cargos e investigar se há dimensões de gênero nos atributos apontados. Merecem destaque, particularmente, os resultados das entrevistas realizadas pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP (2006) e por Fontenele-Mourão (2006).

Ambas mostram que, para a maior parte dos dirigentes, há discriminação contra as mulheres para a ocupação de cargos de direção do serviço público federal, sendo a baixa representação feminina nestes cargos um indício disto. O preconceito, porém, não é, via de regra, associado à falta de competência das mulheres para o exercício do poder,[5] prevalecendo uma avaliação positiva tanto de seu desempenho nestas funções como de seu estilo de liderança.

As pesquisas revelam ainda que não apenas a discriminação limita a ascensão profissional feminina. Conflitos entre trabalho e vida pessoal e a menor disposição feminina em disputar cargos de direção também se interpõem à progressão na carreira.

O reconhecimento da ocorrência de práticas discriminatórias contra as mulheres é maior entre os dirigentes do sexo feminino que do masculino (ENAP, 2006). Este resultado sugere que, enquanto os homens prevalecerem nos cargos de direção do serviço público, o enfrentamento do teto de vidro poderá ser negligenciado, reproduzindo-se a participação desigual dos sexos nas instâncias hierárquicas.

4.2 Percepções na carreira científica e acadêmica

Tal como no caso da administração pública federal, a menor velocidade de ascensão feminina nas estruturas de poder dos órgãos de ensino e pesquisa brasileiros está associada, em algum grau, a práticas discriminatórias, manifestas ou veladas, que visam excluir as mulheres das posições de poder. As professoras da Unicamp entrevistadas por Velho e León (1998), por exemplo, foram quase unânimes em apontar barreiras para avançar nos cargos administrativos desta universidade, nos quais são tomadas as decisões relativas às várias políticas universitárias.

A progressão mais lenta das mulheres nos níveis da carreira propriamente acadêmica, no entanto, não é, em geral, associada à discriminação. O argumento frequentemente utilizado para justificar o teto de vidro neste meio, baseado em estudos internacionais, é o da menor produtividade feminina, mensurada principalmente em termos de número de publicações em revistas indexadas e de participações em eventos científicos de prestígio.

Antes de tecer considerações a respeito da validade deste argumento, cabe observar que não há evidências estatísticas robustas, no Brasil, que permitam corroborá-lo ou refutá-lo. Os dados atualmente disponibilizados pela Unicamp e pela Universidade de São Paulo (USP) em seus anuários estatísticos, por exemplo, não apresentam as produções científicas das respectivas comunidades acadêmicas desagregadas por sexo.[6]

A menor produtividade científica das mulheres, quando verificada, é associada a uma ampla gama de fatores: o menor interesse feminino pela carreira, a falta de ambição, a

5. Para 20% dos dirigentes entrevistados por ENAP (2006) faltam às mulheres competências para o exercício de funções de direção. Não é possível, entretanto, identificar se as deficiências femininas são atribuídas a fatores de ordem biológica, ou de socialização. Se estas diferenças são percebidas como o resultado de processos distintos de socialização ao longo da infância e da adolescência — como de fato o são — há a possibilidade de estes dirigentes perceberem a importância da implementação de programas de capacitação feminina para o exercício de funções de comando. No entanto, se são percebidas como o reflexo de características intrínsecas às mulheres, reduz-se o reconhecimento da eficácia de políticas públicas para a superação do teto de vidro.

6. Para obter tal distribuição, seria necessário compilar as informações dos anuários de pesquisa de todas as unidades acadêmicas de tais universidades, identificando o sexo do autor em cada produção mencionada.

dificuldade em conciliar as atividades profissionais com as pessoais – em razão da distribuição desigual dos encargos domésticos com o cônjuge –, a preferência feminina pela docência em detrimento da pesquisa. Segundo Schienbinger (2001), os homens produzem mais porque estão mais bem situados institucional e hierarquicamente. Ou seja, o melhor desempenho masculino no mundo acadêmico estaria associado ao fato de os homens deterem uma "vantagem cumulativa": pertencendo às instituições mais prestigiadas, têm acesso a maior volume de recursos e a laboratórios mais equipados, o que impulsiona suas publicações.

Todavia, há evidências de que a produtividade científica por si só não explica a representatividade feminina nos distintos níveis da carreira acadêmica.

Velho e León (1998) analisam as produções científicas de quatro institutos da Unicamp, desagregadas por sexo, no ano de 1996. Verificam uma defasagem entre a participação feminina no corpo docente e sua contribuição à produção científica nos institutos de Biologia e Filosofia e Ciências Humanas – justamente aqueles em que as mulheres são mais representativas. No entanto, mesmo nos casos em que a produção feminina se equipara (Instituto de Física) ou supera (Instituto de Química) a masculina, as autoras constatam que as docentes não conseguem avançar na carreira na mesma velocidade que seus colegas.

Para Soares (2001), as mulheres enfrentam barreiras institucionais no meio científico. Seja qual for sua produtividade, seu desempenho tende a ser menos reconhecido. As baixas representações femininas na Academia Brasileira de Ciências e na Academia Nacional de Medicina, anteriormente mencionadas, seriam indícios do escasso reconhecimento da contribuição acadêmica das mulheres dentro da comunidade científica brasileira.

Por fim, uma parte da explicação para a menor presença feminina nas altas instâncias das hierarquias acadêmica e administrativa reside no modelo assimétrico de divisão sexual do trabalho, que atribui às mulheres a maior parte das responsabilidades pelo cuidado da família e do lar. A perspectiva de obtenção de maior prestígio e remuneração no trabalho é menos atrativa para elas, pois tem como contrapartida a ampliação da carga de trabalho, em detrimento do tempo em família. O frágil equilíbrio entre trabalho e vida pessoal tem que ser revisto para possibilitar à mulher o avanço na carreira, representando, para muitas, um dilema. Tende a prevalecer, como desfecho, a priorização da vida familiar e da esfera privada do domicílio em detrimento do espaço público e profissional, em razão da introjeção de normas comportamentais seculares associadas à divisão tradicional de papéis sexuais.

Assim, o que muitas vezes é interpretado como "desinteresse" feminino pela carreira, ou ainda falta de ambição, frequentemente resulta da antecipação, por parte das mulheres, de dificuldades para atender simultaneamente às responsabilidades familiares e profissionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta nota técnica buscou reunir evidências de que a forma tradicional de se conceber a divisão sexual do trabalho – segregando as mulheres das posições de decisão e prestígio na sociedade – é, em grande medida, replicada no setor público brasileiro.

O quadro de exclusão feminina verificado –, conquanto originado de práticas discriminatórias e de normas de socialização que pregam comportamentos distintos para homens e mulheres –, tende a ser perpetuado pelas estruturas institucionais vigentes nas organizações públicas.

Na administração pública federal, por exemplo, justamente para os altos postos de comando – os cargos em comissão – inexiste a obrigatoriedade de realização de concurso público para contratação de servidores. O acesso se dá por nomeação, inclusive de indivíduos que não sejam servidores de carreira do Estado. Assim, não há garantias de que a seleção siga critérios técnicos e universais.

O reduzido número de mulheres em cargos de decisão, ademais, dificulta a implementação de políticas e medidas que estimulem uma maior participação feminina nas instâncias superiores da administração pública.

No meio acadêmico, um quadro institucional desfavorável às mulheres também é observado. Elas têm menor acesso a posições de prestígio nas universidades, nos comitês científicos e nas academias de ciências do país. Esta "desvantagem cumulativa" dificulta a obtenção de recursos para pesquisa, os quais são fundamentais para um melhor desempenho acadêmico, e limita as possibilidades profissionais das docentes.

6 REFERÊNCIAS

BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, 2004.

BELTRÃO, K. I.; TEIXEIRA, M. P. Cor e gênero na seletividade das carreiras universitárias. *In:* SOARES, S. *et al.* (Org.). **Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras.** Rio de Janeiro: Ipea, Cap. 6, p. 143-193, 2005.

BERNARDES, F. C.; MOURA, M. G.; ACCO, M. A C. **Diagnóstico da situação da mulher na Administração Pública Federal.** Textos para Discussão, ENAP, n. 28, Brasília, 1998.

BRISOLLA, S. N.; VASCONCELLOS, E. C. C.; PIMENTEL, R. A presença feminina no estudo e no trabalho da ciência na Unicamp. **Jornal da Unicamp**, Campinas, 20 a 26 de agosto de 2007. Opinião, p. 2.

DGAFP. **Fonction publique: chiffres-clés 2008.** Ministère du budget, des comptes publics et de la fonction publique/DGAFP, 16 p, Sept., 2008.

ENAP. **Gênero, raça e competências de direção no Serviço Público Federal.** Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), p. 68 (Cadernos ENAP n. 31), 2006.

ETHOS. **Perfil social, racial e de gênero das 500 Maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas – Pesquisa 2007.** São Paulo: Instituto Ethos, 2007.

FONTENELE-MOURÃO, T. M. **Mulheres no topo de carreira: flexibilidade e persistência.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, p. 92, 2006.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. *In:* COSTA, A. O. *et al.* (Org.). **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais.** Rio de Janeiro: editora FGV, Cap. 14, p. 263-278, 2008.

LETA, J.; CARISEY, M.; SÉCHET, P.; OHAYON, P. As mulheres na pesquisa, no desenvolvimento tecnológico e na inovação: uma comparação Brasil/França. **Revista do Serviço Público**, Brasília: ENAP, ano 57, n. 4, p. 531-548, out./dez., 2006.

MARRY, C. As carreiras das mulheres no mundo acadêmico: o exemplo da biologia. *In:* COSTA, O. *et al.* (Org.). **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais.** Rio de Janeiro: editora FGV, Cap. 22, p. 401-419, 2008.

MELO, H. P.; LASTRES, H. M. M. **Ciência e tecnologia numa perspectiva de gênero: o caso do CNPq.** Disponível em: <http://www.cbpf.br/~mulher/hildete2.pdf>. Acesso em: 03 jun., 2009.

MELO, H. P.; CASEMIRO, M. C. P. A ciência no feminino: uma análise da Academia Nacional de Medicina e da Academia Brasileira de Ciência. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: UERJ, n. 11, set./dez., 2003.

SCHIENBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 382 p., 2001.

SCHWEITZER, S. As mulheres e o acesso às profissões superiores: uma comparação europeia, séculos XIX e XX. *In:* COSTA, A. O. *et al.* (Org.). **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais.** Rio de Janeiro: editora FGV, Cap. 20, p. 371-385, 2008.

SOARES, T. A. Mulheres em ciência e tecnologia: ascensão limitada. **Química Nova**, São Paulo: vol. 24, n. 2, p. 281-285, mar./abr., 2001.

VELHO, L.; LEÓN, E. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu**, n. 10, p. 309-344, 1998.

A NOÇÃO DE ARTICULAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E TRABALHO E POLÍTICAS DE APOIO

Arlene Martinez Ricoldi *

A noção de articulação entre família e trabalho remete às políticas, públicas ou privadas, formuladas para possibilitar a conciliação das responsabilidades profissionais e familiares dos trabalhadores e trabalhadoras. Mais frequentemente citada como *conciliação*, a ideia de *articulação* é defendida por alguns autores para denotar uma dimensão mais ampla de equilíbrio entre os mundos do trabalho e da família, em lugar da primeira, que denota uma dimensão mais individual (JUNTER-LOISEAU, 1999; GILSON, 2002).

Ao se examinarem a documentação internacional e as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT),[1] vê-se que a noção de conciliação, que remete à de *responsabilidades familiares*, é inicialmente elaborada para dar conta do universo crescente de mulheres que ingressam no mercado de trabalho, em especial a partir das décadas de 1960 e 1970.

O primeiro documento a tratar especificamente do assunto foi a recomendação[2] 123 da OIT sobre trabalhadoras com responsabilidades familiares (1965). Este documento enfoca as dificuldades da mulher trabalhadora que possui responsabilidades familiares, em especial com filhos, explicitando como era visto o trabalho feminino e as duplas atribuições da trabalhadora. O texto reconhece que os problemas de conciliação das mulheres são também "problemas da família e da sociedade como um todo" (*apud* BRUSCHINI e RICOLDI, 2008, p. 29), apesar de admitir que as trabalhadoras são as mais atingidas pelas consequências da dupla jornada. É, porém, uma iniciativa ainda tímida, que, ao tratar o assunto, também se preocupa em não criar mais uma fonte de discriminação ao trabalho das mulheres. A despeito disso, neste documento já há a preocupação em apontar que as atribuições familiares das mulheres não podem ser fonte de discriminação às trabalhadoras, além da recomendação da adoção de mecanismos que permitam às trabalhadoras permanecerem na força de trabalho, tais como o esclarecimento da opinião pública, os serviços e facilidades de cuidado infantil e as políticas de qualificação e requalificação profissional (BRUSCHINI e RICOLDI, 2008). A partir de então, outros documentos tratariam a questão de maneira mais específica[3] ou tangencial.[4]

---

* Doutoranda em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisadora do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE) da USP.

1. As convenções e recomendações da OIT estão disponíveis para consulta no site <http://www.ilo.org/ilolex/english/>. Para um resumo e análise dos principais documentos relacionados à articulação entre trabalho e família, ver Bruschini e Ricoldi (2008), em especial o capítulo 1.

2. Os documentos elaborados pela OIT podem ser recomendações, convenções ou protocolos. A recomendação é um documento que, ao contrário dos outros dois, não é aberto à assinatura dos países membros e nem deve ser ratificada, o que a coloca em um patamar inferior em relação à obrigatoriedade de sua implementação.

3. Como a Convenção 156, sobre trabalhadores com responsabilidades familiares (1981), acompanhada da Recomendação 165, sobre o mesmo tema, e as convenções e recomendações de proteção à maternidade (a primeira, de 1919, revisada depois em 1952 e 2000).

4. Os documentos que tangenciam a questão das responsabilidades familiares tratam de diversos temas, como o desenvolvimento de recursos humanos (Convenção 142, Recomendação 150, de 1975, e Recomendação 195, de 2001); trabalho em tempo parcial (Convenção 175, de 1994); e trabalho domiciliar (Convenção 177, de 1996).

O tema das responsabilidades familiares é tratado de maneira mais abrangente e específica em 1981, por meio da Convenção 156 e da Recomendação 165 (que complementa a convenção) sobre responsabilidades familiares. Ao contrário da Recomendação 123, o escopo do documento abrange homens e mulheres trabalhadores com responsabilidades familiares, a partir do princípio da igualdade de oportunidades e tratamento, estabelecido desde 1958 pela Convenção 111 sobre discriminação no emprego e profissão. Também não se pode esquecer que o documento é adotado em plena Década da Mulher (1975-1985), após a elaboração da CEDAW[5] (1979) pela Organização das Nações Unidas (ONU) e logo após a Segunda Conferência Mundial da Mulher (1980, Copenhague).

A Convenção 156 da OIT é um dos documentos-chave[6] da questão (*issue*) família e trabalho do programa Condições de Trabalho (Conditions of Work and Employment Programme). O documento se aplica a todos os trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades em relação a crianças e outros membros da família imediata[7] que claramente necessitem de cuidado ou apoio quando tais responsabilidades restringem suas possibilidades de preparo, entrada, participação ou avanço em atividade econômica.

Além disso, a Convenção 156 é uma das dimensões da noção de *trabalho decente*, também desenvolvida pela OIT. Segundo esta organização (ILO, 2010), às vezes toma-se como senso comum a ideia de que, nos países em desenvolvimento, a conciliação do trabalho com responsabilidades familiares não é um problema relevante, devido à solidariedade existente nos arranjos familiares tradicionais (famílias extensas), com os quais os trabalhadores poderiam contar. No entanto, há evidências de que o apoio para responsabilidades domésticas e o cuidado estão cada vez menos disponíveis e mais problemáticos, principalmente em áreas urbanas. As responsabilidades familiares continuam a ser consideradas majoritariamente uma tarefa das mulheres e o conflito surgido entre família e trabalho tende a ser considerado um problema exclusivo das trabalhadoras. O fato é que o rendimento feminino é cada vez mais importante para a composição da renda familiar, acentuado pelas mudanças nos padrões das famílias e do casamento.

No Brasil, assim como em outros países, a questão da conciliação é particularmente importante para as trabalhadoras com responsabilidades familiares. Sorj (2004), em relatório para a OIT, mostra o peso das responsabilidades familiares para o rendimento das mulheres e para a taxa de participação feminina, em contraposição à masculina, que oscila pouco em diferentes arranjos familiares. Utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2001), a autora mostra que a presença de filhos não altera significativamente a participação dos homens no mercado de trabalho. A taxa de participação dos homens chefes de família com cônjuge e filhos de idade superior a 14 anos, sem parentes, era de 93,2%; homens na mesma situação com filhos dependentes têm taxa de participação de 97%. Por sua vez, as mulheres que têm as taxas mais altas de participação são aquelas que moram sozinhas e não formam famílias (86,9%). Para as mulheres, a posição de cônjuge, com ou sem a presença de filhos, é a menos favorável à inserção no mercado de trabalho, apresentando taxas sempre abaixo de 70% (SORJ, 2004, p. 16).

Nos últimos anos, o Brasil vem avançando na construção de índices que possibilitem a medição e o acompanhamento das condições de vida. No que toca aos afazeres domésticos,

5. Sigla em inglês para Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women).

6. O outro é a atual Convenção 183 sobre proteção à maternidade (2000).

7. O documento deixa a cargo da legislação de cada país signatário definir os limites do que será considerado a *família imediata*.

a PNAD, em sua revisão do início dos anos 1990,[8] incorporou um quesito sobre a realização de afazeres domésticos, aplicado a todos os respondentes. Antes, o quesito estava restrito apenas ao conjunto dos inativos (BRUSCHINI, 1998). Em 2001, foi introduzido um quesito sobre o número de horas dedicadas aos afazeres domésticos. Estas mudanças permitiram novas avaliações sobre o equilíbrio entre trabalho e família por meio de estudos sobre a dedicação a afazeres domésticos e o uso do tempo.

A DIVISÃO DOS AFAZERES DOMÉSTICOS ENTRE HOMENS E MULHERES[9]

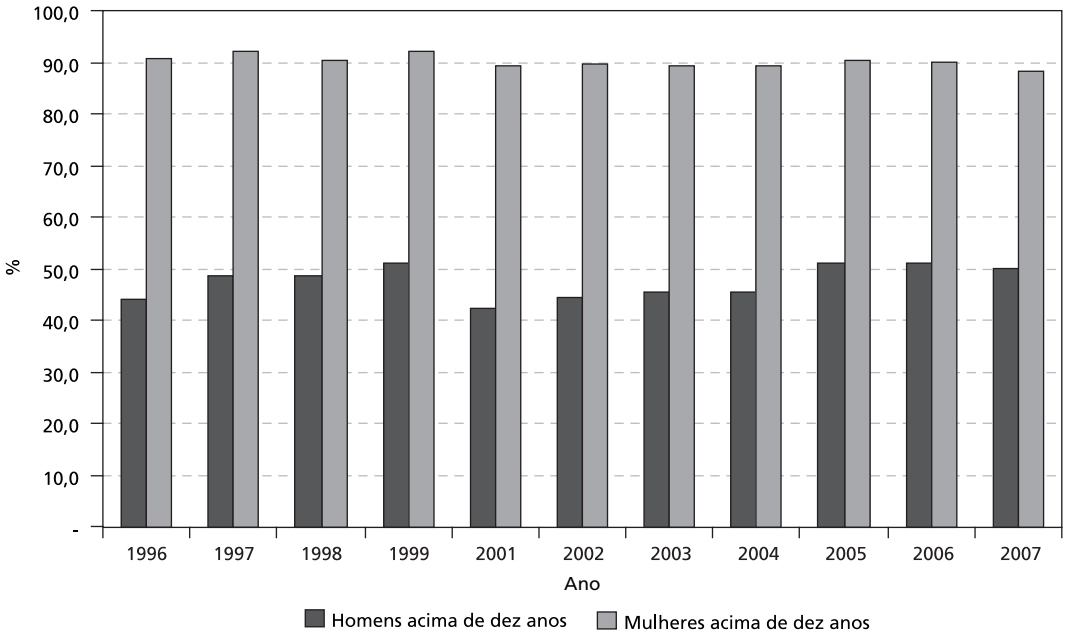
É em razão do persistente padrão de divisão sexual do trabalho que a desigualdade se estabelece. A noção de divisão sexual do trabalho compreende, basicamente, dois princípios: aos homens atribui-se o encargo produtivo e às mulheres, o reprodutivo. Nesta divisão, há a atribuição de valores desiguais a estes trabalhos, de duas maneiras principais, a saber: *i)* valorizando-se a produção (masculina) em detrimento da reprodução (feminina); e *ii)* valorizando-se o trabalho produtivo masculino em comparação ao trabalho produtivo feminino (KERGOAT e HIRATA, 2003, p. 113).

Porém, não se pode deixar de apontar a significativa participação da população masculina nos afazeres domésticos. Dados sobre a realização de afazeres domésticos, abrangendo um período de dez anos, foram obtidos em publicação realizada por uma parceria entre o Ipea, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) (PINHEIRO *et al.*, 2008). Com base nestes dados, extraídos da PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram elaborados os gráficos 1 e 2.

GRÁFICO 1

Proporção da população acima de dez anos que cuida de afazeres domesticos

(Por sexo)



Fonte: PNAD/IBGE (elaborado a partir de tabelas contidas em Pinheiro *et al.*, 2008)

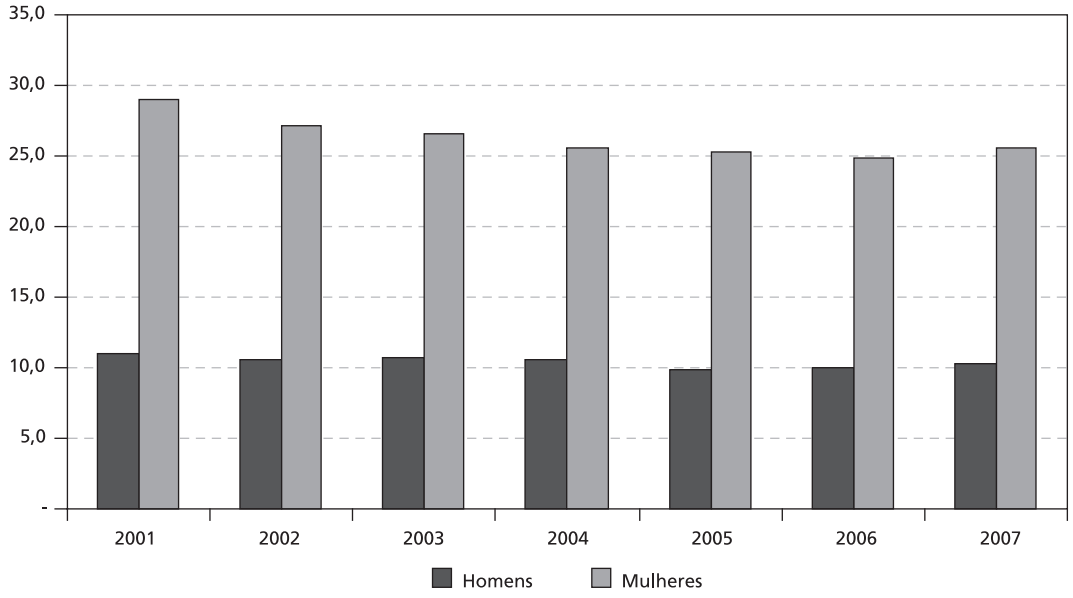
8. Sobre a reforma da PNAD, cf. Deddeca (1998).

9. Os dados e parte da análise são resultado do relatório da pesquisa *Revendo estereótipos – o papel dos homens no trabalho doméstico*, ainda inédita e em fase final, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no período 2007-2010.

GRÁFICO 2

Média de horas semanais dedicadas a afazeres domésticos pela população de 10 anos ou mais de idade

(Por sexo)



Fonte: PNAD/IBGE (elaborado a partir de tabelas contidas em Pinheiro *et al.*, 2008).

Pode-se observar que o nível de participação feminina nos afazeres domésticos, em todo o período, mantém-se na faixa dos 90% (com oscilações de 1% para cima ou para baixo). No caso dos homens, a participação é oscilante, variando quase 10 pontos percentuais (entre 40% e 50%) em todo o período. Desde 2005, no entanto, a taxa masculina tem permanecido acima dos 50%. Em relação às horas, o padrão é diferente: a média feminina mostra uma pequena, mas persistente, queda – de 29 horas em 2001 para 25 horas em 2007. Já a média de dedicação masculina mantém-se estável, oscilando pouco, sempre próxima a dez horas semanais.

A persistência da divisão sexual do trabalho nestes padrões, apesar das mudanças socioeconômicas e culturais que levaram a algumas alterações, remete à necessidade de formulação de políticas públicas para apoiar estes trabalhadores. O ingresso feminino na força de trabalho de forma permanente deixa uma parcela de trabalho não remunerado a ser realizado. Porém, mesmo a mulher trabalhando, a responsabilidade sobre os afazeres domésticos ainda recai, na maior parte das vezes, sobre as mulheres.

ALGUMAS POLÍTICAS DE APOIO AOS TRABALHADORES COM RESPONSABILIDADES FAMILIARES

Há diversas políticas sociais que podem auxiliar na articulação entre trabalho e família, direta ou indiretamente. O cerne destas políticas é o oferecimento de facilidades que permitam atingir-se um equilíbrio entre o tempo dedicado ao trabalho produtivo e o tempo que os trabalhadores precisam dedicar às suas responsabilidades familiares. Ao fim e ao cabo, são políticas que permitem um melhor gerenciamento do tempo por parte destes trabalhadores.

Desse ponto de vista, se "tempo é dinheiro", até as políticas de transferência de renda – que têm se tornado populares em vários níveis de governo, ao ponto de se constituírem em uma grande iniciativa em âmbito federal (o Bolsa Família) – podem se converter em auxílio. Neste sentido, estas políticas de ajuda remunerada podem contribuir enquanto

complementação da renda, evitando que as jornadas de trabalho e os *bicos* (trabalho informal) se estendam ainda mais, o que reduziria em maior medida o tempo disponível para as responsabilidades familiares.[10]

Não obstante, quando se pensa em políticas de conciliação, pensa-se mais frequentemente em cuidados infantis e outras políticas de facilidades familiares. A principal política, e a mais difundida, no Brasil, é a educação infantil. A expansão da rede de creches públicas se deu especialmente na década de 1980, por reivindicação dos movimentos de mulheres, sob a argumentação de que as mulheres mais pobres precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar os filhos. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, já previa, por exemplo, a obrigatoriedade de haver creches em empresas com mais de 30 empregadas com mais de 16 anos. Desde então, a política de creches foi sendo desassociada da questão do trabalho das mulheres para ser vista como um direito das crianças a serem educadas. No entanto, a CLT continua a associar a creche às trabalhadoras, reforçando a atribuição feminina de cuidado infantil. O principal problema das creches é, por um lado, a sua quantidade insuficiente e, por outro, seus horários incompatíveis com a jornada de trabalho integral da maioria dos trabalhadores. Na cidade de São Paulo, as mães pesquisadas para este estudo (BRUSCHINI e RICOLDI, 2008) reclamavam neste sentido, argumentando que as creches públicas funcionavam das 7h às 16h.

As creches, estabelecimentos que atendem em horário integral, atendem apenas as crianças até os cinco anos de idade. Neste contexto, as crianças e adolescentes que ainda precisam de cuidado, orientação e guarda não possuem atendimento em tempo integral nas escolas, deixando a cargo das famílias o suprimento desta lacuna de tempo. Isto frequentemente faz com que as mães abandonem seus empregos ou optem por trabalhos com jornadas menores e mais mal remunerados, o que tem reflexos diretos na renda familiar.[11] Ainda nesta linha, tem-se que a política de educação em tempo integral cobriria a faixa etária de 6 a 14 anos. No entanto, sabe-se que a educação em tempo integral ainda não é uma realidade brasileira. Outro serviço que poderia ser lembrado é o de transporte escolar gratuito, uma vez que o tempo de transporte é um problema importante nos grandes centros urbanos.

No que tange às empresas, há poucas iniciativas em relação ao assunto. Grandes empresas já consideram as políticas de articulação entre família e trabalho uma parte importante de suas estratégias de recursos humanos, divulgadas por meio de publicações de *maiores e melhores empresas para se trabalhar*. Afora isso, são estratégias particulares que concedem, por meio de acordos informais, uma maior ou menor flexibilidade em relação à jornada de trabalho. Em relação a políticas, algumas empresas públicas concedem, por exemplo, licenças especiais para cuidados de familiares doentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as mudanças ocorridas na sociedade brasileira nos últimos anos, perde-se muito em não se discutirem políticas de articulação entre trabalho e família. Dadas as várias modificações (aumento do ingresso de mulheres no mercado de trabalho e do número de famílias monoparentais femininas) e persistentes desigualdades (manutenção do *gap* entre salários

10. Nesse sentido, vale citar a fala de uma mãe sobre o assunto: "Olha, quem não tem com quem deixar os filhos, você tem que estar comprando alguém, tem pagar pra alguém fazer a tua parte" (40 anos, divorciada, representante de vendas, dois filhos) (Bruschini e Ricoldi, 2008, p. 92).

11. Sorj (2004), por exemplo, mostra que, nas famílias cujas crianças estão em creches ou pré-escolas, a renda das mulheres e da família são maiores.

masculinos e femininos), a sociedade brasileira precisa dar conta de novos problemas. Por um lado, as políticas de cunho social enfatizam o papel das mulheres e centralizam nelas sua ação (*vide*, por exemplo, o já citado caso das creches, e o pagamento de benefícios preferencialmente às mulheres). Por outro, ignoram o papel masculino na gestão das responsabilidades familiares. Destarte, não se dá muita importância ao debate sobre o aumento da licença paternidade, fixada nas *disposições transitórias* da Constituição de 1988 e até hoje nunca regulamentada de forma definitiva. A Fundação Carlos Chagas, por exemplo, instituiu uma licença paternidade de meio período, por um mês, visando justamente atender às necessidades familiares dos pais funcionários.

Em países desenvolvidos, a questão chega a ser pensada em termos de gestão dos *tempos da cidade*. Esta ideia, originada na Itália, aponta para o reconhecimento do direito do usuário de serviços públicos de dispor de serviços organizados de modo compatível com suas próprias limitações temporais, estando associada a outras disposições legais sobre a igualdade entre homens e mulheres no trabalho, e "que tende a reconfigurar o tempo do trabalho dentro da perspectiva de uma melhor repartição das responsabilidades familiares entre os sexos" (BELLONI, BOULIN e JUNTER-LOISEAU, 2003, p. 201).

Nesse sentido, o Brasil engatinha na elaboração de políticas de articulação do trabalho com as responsabilidades familiares. Vale lembrar que a Convenção 156 sobre o assunto não foi assinada sob o argumento de que a legislação interna era incompatível com a igualdade entre homens e mulheres. Atualmente, os impedimentos legais não se aplicam, pois tanto a Constituição de 1988 como o Código Civil de 2002 endossam o princípio da igualdade de gênero. Além disso, a Emenda 45 à Constituição, de 2002, afirma a validade constitucional dos tratados internacionais.

Enfim, enfrentar o debate sobre a adesão à Convenção 156 seria produtivo no sentido de fazer emergir questões relativas ao tema. A discussão do problema levaria, se não à adoção de novas políticas, ao aperfeiçoamento e reconfiguração de instrumentos já implementados, podendo melhorar a renda das famílias (por meio, principalmente, do incremento da renda feminina, em especial a das mães) e as condições de vida da população em geral.

REFERÊNCIAS

BELLONI, M. C.; BOULIN, J. Y.; JUNTER-LOISEAU, A. Do tempo do trabalho aos tempos da cidade. *In:* HIRATA, H.; MARUANI, M. **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo, SENAC, p. 197-211, 2003.

BRASIL. **Lei n. 10.172 de 9 de janeiro de 2001**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 20 de janeiro, 2010.

BRUSCHINI, C. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? *In:* ABRAMO, L.; ABREU, A. (Orgs.) **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo, Rio de Janeiro: Série II Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho, Alast, p. 277-294, 1998.

BRUSCHINI, C.; RICOLDI, A. M. **Articulação trabalho e família**: famílias urbanas de baixa renda e políticas de apoio às trabalhadoras. São Paulo: Fundação Carlos Chagas (Textos FCC, 28). Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/textos_fcc/arquivos/1436/arquivoAnexado.pdf>. Acesso em: 13 de janeiro, 2009.

DECCA, C. S. **A Pesquisa Nacional por Amostra – PNAD**: Síntese metodológica. Rebep, 15(2), 1998.

GILSON, V. Histoire de la construction de la notion d'articulation entre sphere privée et sphere professionnelle en France depuis les années 1970. DEA, Université de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines, UFR des Sciences Sociales et des Humanités, p. 37, 2002.

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION (ILO). **Work and family**: the issue. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/english/protection/condtrav/family/index.htm>. Acesso em: 18 de janeiro, 2010.

JUNTER-LOISEAU, A. La notion de conciliation de la vie professionelle et de la vie familiale – Révolution temporelle ou métaphore des discriminations? **Cahiers du Genre**, n. 24, p. 73-98, 1999.

KERGOAT, D.; HIRATA, H. A divisão sexual do trabalho revisitada. *In:* HIRATA, H.; MARUANI, M. **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo, SENAC, p. 111-123, 2003.

PINHEIRO, L. *et al*. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 3ª ed. Brasília, Ipea, SPM, UNIFEM, 2008.

SORJ, B. **Reconciling work and family**: issues and policies in Brazil. Geneva: International Labour Office, Conditions of Work and Employment Series, n. 8, 2004.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

INTRODUÇÃO

A REVITALIZAÇÃO DO EXTRATIVISMO: PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUSTENTABILIDADE
Jane Simoni

ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGROECOLOGIA: CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE MODOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS
Claudia Job Schmitt

EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO MEIO URBANO E A AGENDA AMBIENTAL: POSSIBILIDADES E ENTRAVES NO BRASIL ATUAL
Leandro Pereira Morais

INTRODUÇÃO

Prosseguindo no objetivo de levar a seus leitores os diversos ângulos a partir dos quais a economia solidária está sendo pensada e vivida no Brasil atual, este número do *Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* traz um conjunto de reflexões que têm como fio condutor as relações entre as práticas econômicas solidárias e as questões ambientais.

A proposta da economia solidária não se esgota nas dimensões econômicas e autogestionárias, mas também traz – como um de seus elementos constitutivos – a perspectiva de preservação ambiental. Dessa forma, são muito amplas as possibilidades de exploração das sinergias potencialmente existentes entre as estratégias de desenvolvimento da economia solidária e aquelas voltadas para o enfrentamento dos desequilíbrios ambientais que a lógica capitalista de produção e acumulação irrestritas vem provocando.

No primeiro texto, Jane Simoni mostra algumas das realidades do processo de revitalização da produção extrativista em curso na região Norte. Muitos anos após o início das lutas dos seringueiros, castanheiros e outros extrativistas pela preservação da floresta amazônica, enfrentando a violência e o desmatamento promovido pelos pecuaristas na região, as dificuldades ainda são enormes. Cresce, contudo, a consciência sobre o papel e as possibilidades de políticas públicas capazes de contribuir efetivamente na estruturação de modos de vida sustentáveis, associando a melhoria das condições de vida destes povos com a preservação dos biomas. Um desafio que não se restringe ao bioma amazônico, mas que alcança também, e de forma cada vez mais dramática, o cerrado, a caatinga...

Modo de vida sustentável é justamente a noção que Claudia Schmitt utiliza, no segundo texto, para articular suas reflexões sobre as convergências e desafios existentes na relação entre as propostas da economia solidária e da agroecologia. Depois de discutir as possibilidades da noção, considerando o objetivo de pensar estes dois campos de práticas e discursos, Claudia trata de "...dois temas centrais para o desenvolvimento dos empreendimentos de economia solidária e das iniciativas de produção, comercialização e geração de conhecimentos referenciadas na agroecologia: a relação com os mercados e com as políticas públicas."

No terceiro texto, Leandro Morais busca pensar como estão se dando – na perspectiva dos empreendimentos urbanos – as relações entre as iniciativas econômicas solidárias e o meio ambiente. Ele toma a reciclagem como foco, mas as reflexões feitas abrem muitas pistas para se pensar a multiplicidade de ramos de atividade em que atuam os empreendimentos da economia solidária.

Também as reflexões feitas nos dois primeiros textos podem ser caracterizadas como possuidoras dessa abertura para novos questionamentos, aí incluída a indagação sobre a importância política de se ampliar a dimensão ambiental nas estratégias de fortalecimento da economia solidária.

A REVITALIZAÇÃO DO EXTRATIVISMO: PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUSTENTABILIDADE

Jane Simoni*

O modo de produção extrativista tem contribuído para a preservação de vastas áreas naturais de floresta no Brasil e no mundo. Na Amazônia, o extrativismo de produtos da biodiversidade beneficia direta e indiretamente centenas de milhares de famílias, além de contribuir para a manutenção e conservação de sistemas ecológicos e serviços ambientais. O extrativismo pode ser considerado um componente vital à economia regional da Amazônia, pois promove o autossustento de famílias, movimenta mercados locais e regionais, e causa baixo impacto em ecossistemas hídricos e florestais.

Segundo Almeida (2004), a população tradicional de castanheiros e seringueiros é estimada em 163 mil, sendo que 33 mil vivem em reservas extrativistas criadas a partir do ano 2000. A função socioambiental que esta população desempenha é central para a manutenção da floresta em pé. Detentores de conhecimentos e práticas tradicionais de sistemas de manejo agroextrativista, os extrativistas asseguram uma contínua adaptação da biodiversidade a novos contextos e processos de produção.

No caso da Amazônia, as famílias extrativistas que vivem na floresta são responsáveis por toda a castanha-do-brasil que chega ao mercado. No estado do Acre, aproximadamente 5 mil famílias envolvidas diretamente com a extração da castanha têm neste produto parte essencial de suas rendas. A atividade extrativista da castanha é geralmente complementada pela agricultura em pequena escala e/ou atividades extrativistas de corte da seringa e pesca. Mesmo com algumas precariedades que caracterizam as condições de vida dos castanheiros e seringueiros da Amazônia, uma pesquisa demonstrou que extrativistas no Acre vivem melhor na floresta que nas margens das cidades (ENRIQUEZ, 2008).

As queimadas, o desmatamento para a extração de madeira ilegal, os avanços da pecuária e da agricultura de larga escala, a mineração, as sobreposições fundiárias, a abertura de estradas e a construção de grandes barragens ameaçam a conservação sociobiológica do bioma Amazônia e as tentativas de planejamento coordenado e sustentável para a região. Tais desafios indicam a necessidade de políticas públicas direcionadas a práticas produtivas que façam convergir estrategicamente adaptabilidade socioambiental, viabilidade econômica e conservação da integridade do bioma.

Extrativistas conhecem e protegem grandes áreas de floresta. As áreas de coleta de castanha ou as estradas de seringa são extensas, 400 hectares em média, que são percorridos, observados, conhecidos e cuidados por seus mantenedores – mais que proprietários e/ou posseiros, aqueles que vivem na floresta também vivem dela –. Nesta perspectiva, o extrativismo pode ser considerado atividade produtiva modelo em ações de desenvolvimento sustentável, pois concilia interesses de conservação e necessidades de desenvolvimento socioeconômico (SIMONI, 2009; ENRIQUEZ, 2008).

* Pesquisadora-bolsista (Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional – PNPD) junto ao Ipea.

Todavia, a atividade extrativista precisa ser mais bem apoiada, revista e integrada às ações públicas para um desenvolvimento sustentável, a fim de que, com a incorporação de avanços tecnológicos para infraestrutura (armazéns e maquinário de beneficiamento), processos e produtos (logísticas de distribuição, embalagens, rótulos), a produtividade possa ser alavancada. As inovações sociais e o atendimento a necessidades fundamentais de famílias extrativistas são prementes para a continuidade sociocultural mais qualificada em termos de acesso à educação, saúde e seguridade social por parte destas populações.

O EXTRATIVISMO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE

O modo de produção extrativista renova e abre horizontes para a economia solidária (ES), pois sua dinâmica é múltipla, coletiva e integrada aos ciclos da natureza. A combinação entre o extrativismo e a economia solidária é consonante, uma vez que os princípios que regem tanto as atividades como as perspectivas são enraizados em dinâmicas opostas àquela do capitalismo individual, dominador e homogêneo. Tanto no extrativismo quanto na ES as atividades se valorizam e se sustentam na diversidade.

A ES advoga e trabalha por uma base mais justa, solidária, coletiva da produção e distribuição de benefícios, dispensando atenção primordial aos interesses de melhoria de qualidade de vida dos trabalhadores por eles mesmos. Os empreendimentos solidários consideram o coletivo e incentivam a colaboração ao invés da competição. Tais qualidades estão presentes na dinâmica extrativista da castanha, coco, frutas, mel, óleos essenciais e outros. Vale ressaltar que são milhares de extrativistas e agroextrativistas, trabalhando na pequena escala de produção, dispersos pelos territórios de origem. A informalidade prevalece – os produtores têm nas feiras locais, associações comunitárias legais e não legalizadas, e algumas cooperativas praticamente os únicos espaços de convergência desta produção. São nestes espaços que a ES se realiza e valoriza produtores e produtos. O desafio de inserção de produtos extrativistas em circuitos de mercados médios e longos, e com relação direta com o comércio justo e o consumo solidário, em muitos casos tem sido possível graças às estratégias fundamentadas na ES (SIMONI, 2009).

O desenvolvimento da ES e seus princípios envolve um processo lento de educação, formação, capacitação e qualificação permanente e integral (ANTEAG, 2005). Este processo compreende um resgate e uma interiorização de valores éticos (igualdade, justiça, equidade) que são graduais na medida em que envolvem e significam a construção de uma nova prática contextualizada no contemporâneo. A própria definição do que venha a ser um ambiente justo, ético e solidário de trocas e mercado demanda reflexão para sua construção, pois qualquer tentativa de enfraquecer o conteúdo de tais noções não incorporará os valores que a ES almeja.

Os princípios e a forma com que a ES, via Fórum Brasileiro de Economia Solidária e Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), tem se organizado servem de referência para alternativas e incentivos a empreendimentos locais solidários na Amazônia. A necessidade de capacitação e assessoria técnica, administrativa e organizacional é um grande gargalo a ser vencido pelos extrativistas. Cattani (2003) aponta que a economia solidária enfrenta o desafio de demarcar precisamente as alternativas possíveis e as práticas de empreendimentos qualificados como solidários. Mais importante, as alternativas para os excluídos e pobres do sistema capitalista convencional precisam proporcionar avanços em todos os domínios da vida, de forma a recuperar destinos mais generosos, honrosos e responsáveis aos segmentos envolvidos da sociedade.

Para a realização da conservação da diversidade biológica e sociocultural por meio do extrativismo, alguns passos precisam ser dados em direção a um desenvolvimento sustentável, no qual processos mercadológicos injustos, desiguais, opressores e alienadores são transformados em justiça, humanidade, criatividade, cooperação, alinhamento e respeito aos ciclos da natureza provedora. Esta é uma premissa da ES.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O EXTRATIVISMO, A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A SUSTENTABILIDADE

O setor extrativista ainda carece de políticas públicas que direcionem as ações governamentais e reconheçam a sua importância para a conservação da sociobiodiversidade por intermédio da valorização dos produtos, produtores e seus processos produtivos. Contudo, algumas políticas já apontam para uma maior atenção à relação intrínseca extrativistas-produtos-conservação-sustentabilidade. Pensar o desenvolvimento sustentável da Amazônia significa pensar no reconhecimento e fortalecimento de modelos produtivos inovadores, que coordenam esforços de planejamento e execução de políticas públicas e iniciativas econômicas condizentes com a diversidade sociocultural da região.

Algumas políticas públicas cuja menção aqui é importante destacam-se por serem planejadas e executadas pela gestão interministerial. As duas selecionadas para este texto são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB). As duas políticas não estão diretamente ligadas à Senaes, mas trabalham por uma comercialização mais justa e solidária de produtos da agricultura familiar e do extrativismo.

A Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) tem como objetivo institucional formular e implementar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, da qual o PAA faz parte como ação estruturante, realizando-se em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), via Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O objetivo geral do PAA é incentivar a agricultura familiar com ações de distribuição de produtos tanto agropecuários quanto extrativistas para pessoas em insegurança alimentar. Dessa forma, o PAA se propõe a garantir o acesso das populações em situações de insegurança alimentar e nutricional à alimentação em termos de quantidade, qualidade e regularidade, promovendo a inclusão social via fortaleciomento da agricultura familiar e do extrativismo (MDS, 2008).

O PAA é mencionado por extrativistas do Acre como a iniciativa do governo federal que concretamente age para a valorização do trabalho do produtor rural-florestal. O propósito do programa, de distribuição de alimentos, é visto com bons olhos pelos extrativistas, que se sentem valorizados (SIMONI, 2009). As ações da CONAB, via PAA, têm sido fundamentais para a garantia de compra da produção do pequeno agricultor ou extrativista. No que é considerada uma das principais ações estruturais do Programa Fome Zero enquanto mecanismo complementar ao Programa Nacional de Fortaleciemnto da Agricultura Familiar (PRONAF) por meio do PAA, o governo assegura, no período de plantio da safra, a aquisição dos produtos da agricultura familiar e do extrativismo a preços compatíveis com a expectativa dos mercados regionais para a época de colheita. Após a colheita, o produtor escolhe se vende sua produção para a CONAB, caso os preços de mercado estejam abaixo dos fixados no contrato, ou se vende para o mercado, caso os preços estiverem acima deste patamar.

Enfrentar os intermediários por meio de cooperativas ou associações, com preços de compra iguais ou maiores aos praticados pelos atravessadores, tem sido essencial na superação deste que é um dos desafios postos à economia extrativista de pequena escala, tanto por razões monetárias quanto humanas e de dignidade do trabalho extrativista.

A expansão das modalidades de produção compreendidas pelo programa, abrangendo produtos da agroecologia e do extrativismo, indica um reconhecimento da importância da pequena produção para a mesa brasileira, em moldes mais coletivos e solidários. A garantia de compra assegura a renda, fortalece circuitos locais e regionais de comércio e abastecimento, e valoriza o modo tradicional de produção para produtos do agroextrativismo. O aumento gradativo do valor pago pela lata da castanha, segundo o exemplo de extrativistas cooperados, fortalece a atividade castanheira e motiva os produtores a terem maior envolvimento com a organização social cooperativista. Este fato é corroborado por Cordeiro (2007), que aponta o aumento dos preços pagos à castanha e, consequentemente, da renda do produtor extrativista, bem como a abertura de acesso a capital de giro e o fortalecimento institucional das cooperativas e associações como alguns dos resultados positivos do PAA.

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) foi lançado mais recentemente, em abril de 2009, mas movimenta o cenário da produção familiar, extrativista e tradicional há mais tempo, pois foi amplamente debatido na forma de seminários e reuniões com pequenos produtores e extrativistas. Foi elaborado em conjuto pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), MDA e MDS a partir do pressuposto de que o Brasil ainda não aproveitava suas riquezas sócio e biodiversas para a geração de bens e serviços de alto valor agregado. A iniciativa de fortalecer cadeias produtivas e de oferecer serviços gerados a partir da diversidade se apresenta como alternativa para a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais a partir de uma lógica mais integrada e coerente com os princípios que regem a própria ES. Agregar valor a produtos advindos da sociobiodiversidade valoriza modos de vida e conhecimentos intrínsecos à natureza local, permitindo a manutenção, para além da mera sobrevivência, de grupos sociais e suas relações com o meio ambiente físico e cultural.

O PNPSB está relacionado diretamente à valorização de produtos extrativistas e poderá contribuir para a conservação e o uso sustentável da diversidade sociocultural e biológica se tiver continuidade, regularidade de ações, assistência técnica e, o mais importante, abertura para a ação criativa local – pressuposto fundamental da ES. A troca entre as demandas de baixo para cima e a visão de cima para baixo se mostra de grande valia para a efetividade de tal política – do contrário, o esquecimento é destino certo.

As práticas de economia solidária rejeitam as propostas de mercantilização das pessoas, produtores e da natureza, as quais, não por acaso, são acompanhadas da espoliação e da degradação de sistemas naturais. Longe disso, elas vêm ao encontro da proposta de se ter no extrativismo um colaborador e propulsor da ES como instrumento da sustentabilidade.

A emergência de novas formas de inserção econômica e a revitalização de princípios de uma outra economia – em reconhecimento aos movimentos mundias contra a globalização hegemônica e em favor de identidades territoriais, modos de produção localizados e valorização sociocultural – fortalecem o horizonte de possibilidades para inserção e/ou criação de mercados mais justos e solidários, em sintonia com a continuidade da produção sustentável e do saber fazer e viver local.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Vol. 6, n.1, p. 9-32, ANPUR, maio de 2004.

ANTEAG. **Autogestão e economia solidária:** uma nova metodologia. Vol. 2, Brasília: TEM, 2005.

CATTANI, A. D. A Outra Economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, A. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Editora Veraz, p. 9-14, 2003.

CORDEIRO, A. **Intervenções governamentais em segurança alimentar e nutricional com geração de renda e valorização da biodiversidade**. Resultados do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Versão revisada para publicação, PNUD BRA/03/034, Agosto de 2007.

ENRIQUEZ, G. **Desafios da sustentabilidade da Amazônia**: biodiversidade, cadeias produtivas e comunidades extrativistas integradas. Tese (doutorado), p. 460, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2008.

MDS. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**. Apresentação, 2008. Disponível em: <http://www.undppovertycentre.org/doc_africa_brazil/2.SESAN_PAA_Cesar%20Medeiros.pdf>. Acesso em: 11 de novembro de 2008.

SIMONI, J. **A multidimensionalidade da valorização de produtos locais**: implicações para políticas públicas, mercado, território e sustentabilidade na Amazônia. Tese (doutorado), p. 391, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2009.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGROECOLOGIA: CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE MODOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS

Claudia Job Schmitt*

Ao longo da última década, diversos eventos contribuíram para evidenciar as complexas articulações existentes entre processos econômicos, ecológicos, políticos e sociais, não somente em nível global, mas em diferentes escalas territoriais.

A crise alimentar ocorrida no período de 2006 a 2008, cuja expressão mais visível foi a alta dos preços de diversos produtos da cesta básica, expôs as contradições de um modelo de produção e consumo altamente centralizado[1] e marcado por profundos desequilíbrios em sua relação com os ecossistemas naturais. A crescente demanda por alimentos em países emergentes, a alta nos preços do petróleo, eventos climáticos extremos comprometendo colheitas em importantes regiões produtoras, oscilações de mercado geradas pela conversão dos alimentos em ativos especulativos, a competição por terra e água entre cultivos energéticos e cultivos alimentares, entre outros elementos, impactaram os preços dos alimentos, resultando em uma significativa ampliação do número de pessoas em situação de insegurança alimentar. Informações recentes publicadas pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO),[2] referentes ao ano de 2009, estimam a existência de 1,02 bilhão de pessoas com fome no planeta. O índice é o pior desde 1970 e já reflete os efeitos da recente crise econômica global (FAO, 2009, p. 4).

As relações entre economia, sociedade e meio ambiente adquiriram centralidade no debate internacional sobre mudanças climáticas. O IV Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas mostrou-se suficientemente contundente ao afirmar que uma parcela considerável do aumento observado na temperatura média global desde meados do século XX provém de uma elevação da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera do planeta, de origem antropogênica (IPCC, 2007, p. 72). Diversos estudos têm chamado atenção para o fato de que as consequências geradas pelas tensões e desastres climáticos causados pelo aquecimento do planeta não serão distribuídas de forma igualitária.[3] Populações urbanas em situação de pobreza, camponeses e agricultores familiares, indígenas, negros, mulheres, grupos aos quais por vezes se faz referência de forma genérica como os "pobres" ou "marginalizados", situam-se entre os mais vulneráveis, com níveis de exposição que variam segundo sua região de origem, mas, também, de acordo com as redes sociais que são capazes de mobilizar na reprodução de seus modos de vida.[4] Políticas mitigadoras, a depender de sua orientação, poderão, inclusive, agravar as profundas

* Professora do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

1. Estima-se, por exemplo, que 60% dos estoques globais de alimentos sejam controlados por corporações transnacionais. Ver: McMichael, P. A food regime analysis of the "world food crisis". *Agriculture and Human Values*, n. 4, December 2009. p. 281-295.

2. Em inglês, Food and Agriculture Organization of the United Nations.

3. Por exemplo, Mearns, R. e Norton, A. (Eds.). **Social dimensions of climate change**: equity and vulnerability in a warming world. Washington DC: The World Bank, 2009.

4. A crise econômica global mostrou, por exemplo, a importância das remessas monetárias feitas pelos imigrantes visando o sustento de membros da família que permanecem em seus países de origem.

desigualdades existentes entre grupos sociais no acesso à informação, poder político e recursos. Vulnerabilidade, adaptação e mitigação são conceitos políticos, sujeitos a múltiplas formas de interpretação e operacionalização.

Cabe mencionar que, neste início do século XXI, a perspectiva de esgotamento dos combustíveis fósseis como fonte de energia vem se tornando cada vez mais presente. Entre 2003 e 2008 o preço do óleo cru no mercado internacional mais do que triplicou, voltando a cair em 2009. As discussões acerca das causas destas oscilações e das possíveis relações existentes entre os altos custos de extração do petróleo e o quadro de recessão econômica que hoje atinge diversos países do mundo têm sido acirradas.[5] Para além das diferentes posições presentes neste debate, torna-se cada vez mais clara a necessidade de compreender a economia não enquanto um sistema fechado em si mesmo, mas como parte da biosfera, examinando-a, conforme sugere Martínez Alier, como um subsistema de um ecossistema físico e global finito (ALIER, 2003; ALIER, 2007). Está em foco, mais uma vez, a estreita imbricação existente entre economia, ecologia, política e sociedade.

Essa rápida mirada sobre algumas das transformações globais em curso contribui para iluminar uma série de temas que, nos últimos anos, vêm sendo pautados por dois campos distintos de contestação social e de construção de práticas alternativas: a *economia solidária* e a *agroecologia*.[6] Ambos possuem uma trajetória recente de articulação em nível nacional. O I Encontro Nacional de Agroecologia ocorreu no Rio de Janeiro em 2002,[7] ano em que também foi realizada a I Plenária Nacional de Economia Solidária em São Paulo.

De distintas maneiras, esses movimentos – que muito frequentemente se identificam como redes de redes, espaços de articulação e diálogo ou articulações de movimentos sociais e organizações – têm chamado atenção para uma problemática que se projeta muito além das discussões sobre a "geração de trabalho e renda" ou a "viabilização econômica da agricultura familiar", ao colocarem em sua agenda uma série de temas que remetem sobre as possibilidades de construção de modos de vida sustentáveis.

As experiências vivenciadas pelos empreendimentos de *economia solidária* e pelos camponeses e agricultores familiares que hoje manejam seus sistemas produtivos a partir de um enfoque agroecológico, com seus desafios e contradições, apontam para estratégias criativas de mobilização de recursos, capacidades e vínculos, na produção de novas formas de organização do trabalho e de relação da atividade agrícola com os ecossistemas locais. Estas práticas, ao mesmo tempo em que possuem elementos de crítica às formas de organização social dominantes, buscam garantir a sobrevivência de alguns milhares de trabalhadores no contexto de uma economia capitalista. Elas ampliam seu significado se forem pensadas na perspectiva histórica de uma sociedade que começa a enfrentar visíveis impasses nas relações dos homens entre si e destes com a natureza, em uma trajetória na qual períodos de crescimento econômico não foram capazes de alterar, de forma substantiva, a estrutura de direitos de propriedade sobre recursos e serviços ambientais.

5. O sítio *Energy Bulletin* tem mantido um fluxo importante de informações e análises sobre a questão energética, suas perspectivas e implicações. Ver: <http://www.energybulletin.net>. Consultado em janeiro de 2010.

6. Ao longo do texto as palavras *agroecologia* e *economia solidária* aparecem grifadas. É importante destacar que estas noções não se referem a um agente específico e nem a sistemas unificados de princípios e práticas. São aqui compreendidas como campos dinâmicos de relações, nos quais é possível encontrar tanto fatores de unidade quanto fortes expressões de diversidade.

7. Para uma reconstituição detalhada do processo histórico de articulação do campo agroecológico no Brasil, contemplando a trajetória de constituição da Rede Projetos em Tecnologias Alternativas (Rede PTA) e os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAs) organizados nos anos 1980, ver Luzzi (2007).

Este texto buscou sistematizar algumas reflexões acerca das relações existentes entre *agroecologia*, *economia solidária* e a construção de modos de vida sustentáveis, tendo como âncora a trajetória recente destes distintos campos de articulação social e política no Brasil. Discutem-se, inicialmente, as possibilidades de uma abordagem centrada na noção de modos de vida sustentáveis como chave de leitura capaz de potencializar as confluências existentes entre estes dois universos práticos e discursivos. São tratados, a seguir, dois temas centrais para o desenvolvimento dos empreendimentos de *economia solidária* e das iniciativas de produção, comercialização e geração de conhecimentos referenciados na *agroecologia*: a relação com os mercados e com as políticas públicas.

ECONOMIA SOLIDÁRIA, AGROECOLOGIA E MODOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DO CONTEXTO BRASILEIRO

Como perspectiva de análise, a abordagem centrada na ideia de modos de vida sustentáveis[8] surge no início dos anos 1990, sobretudo na Inglaterra, tendo como referência os trabalhos de Chambers, Conway e diversos outros pesquisadores.[9] Em um texto que se tornou referência, publicado em 1991, Chambers e Conway observam que um modo de vida compõe-se de pessoas, capacidades e meios de vida, incluindo alimentos, renda e outros recursos, tangíveis ou intangíveis, abarcando, neste último caso, duas dimensões: as reivindicações (em inglês *claims),* baseadas no direito, convenções sociais, obrigações morais ou poder, e o acesso (*access),* compreendido como a oportunidade prática de utilização de um determinado recurso ou ativo.

> Um modo de vida é ambientalmente sustentável quando mantém ou melhora os recursos locais e globais dos quais depende, trazendo benefícios também a outros modos de vida. Um modo de vida é socialmente sustentável quando consegue resistir e recuperar-se de estresses e choques, tornando-se capaz de prover as próximas gerações (CHAMBERS e CONWAY, 1991, p.1).

Capacidades, equidade e sustentabilidade constituem, na visão de Chambers e Conway, dimensões chave de uma abordagem de caráter interdisciplinar que busca pensar o desenvolvimento, principalmente o desenvolvimento rural, tanto do ponto de vista analítico quanto normativo e prático.

Como parte de um enfoque mais amplo, a noção de modos de vida sustentáveis almejava, já em sua origem, dar conta dos desafios de um mundo marcado por profundas desigualdades econômicas e sociais e por uma população em acelerada expansão, com um número crescente de pessoas vivendo em ambientes ecologicamente frágeis. A abordagem proposta tem como um de seus traços distintivos o reconhecimento da heterogeneidade dos modos de vida, ou seja, das distintas capacidades, recursos (materiais e sociais) e práticas pelas quais os seres humanos garantem o seu sustento e organizam, material e simbolicamente, sua existência. Rejeita-se, com isso, a utilização de um viés modernizante ou setorial na solução de problemas relacionados ao desenvolvimento rural, priorizando o local como foco de análise e evitando "a imposição de divisões e categorias artificiais sobre realidades complexas" (SCOONES, 2009, p. 171).

8. A expressão em inglês *sustainable livelihoods* é, por vezes, traduzida para o português como "meios de vida sustentáveis". Optou-se, aqui, por falar em "modos de vida", noção que parece um pouco mais abrangente, dando menos margem a uma interpretação dos meios de vida simplesmente como recursos materiais.

9. Para uma revisão histórica dos principais debates sobre os modos de vida rurais, incluindo as tensões, ambiguidades e desafios das diferentes abordagens ver Scoones, Ian. Livelihoods perspectives and rural development. *Journal of Peasant Studies*, 36:1, p. 171-196, 2009.

A abordagem centrada nos modos de vida toma como foco as pessoas, sua visão de mundo e sua capacidade de mobilizar diferentes ativos na produção de sua existência. Estes ativos ou recursos, conforme observa Bebbington (BEBBINGTON, 1999), não são vistos, simplesmente, como meios capazes de assegurar a reprodução de um indivíduo ou grupo social. Mais do que isso, eles dão sentido ao mundo em que se vive, figurando como veículos para uma ação instrumental – ganhar a vida –, para uma ação hermenêutica – dar sentido à vida – e para uma ação emancipatória – desafiar as estruturas através das quais se ganha a vida (BEBBINGTON, 1999, p. 2).

Não é objetivo deste texto dialogar em maior profundidade com o rico acervo de conhecimentos produzidos pelos diferentes atores engajados no desenvolvimento dessa abordagem, tanto no plano teórico-conceitual quanto em nível metodológico. É importante destacar, no entanto, que a noção de modos de vida sustentáveis inspirou a criação e implantação, nos diversos continentes, de um amplo conjunto de experiências de promoção do desenvolvimento baseadas em metodologias participativas, configurando-se enquanto um campo prático e discursivo heterogêneo, no âmbito do qual se colocam em confronto diferentes atores (organizações não governamentais, pesquisadores, agências multilaterais de desenvolvimento, movimentos sociais, gestores públicos).

O que se procura ressaltar, para efeitos deste texto, são as possíveis contribuições dessa perspectiva de análise para o entendimento da trajetória que vem sendo percorrida pelos empreendimentos de *economia solidária* e pelas iniciativas locais de promoção da *agroecologia* que atualmente se desenvolvem nas distintas regiões do país.

No Brasil, o surgimento (ou ressurgimento) da *economia solidária* adquire maior expressão a partir da década de 1980, tendo como referência um amplo leque de experiências associativas, que passam a se organizar no campo e na cidade. Grupos e associações comunitárias de caráter formal e informal, empresas falidas em processo de recuperação pelos trabalhadores, grupos de finanças solidárias, cooperativas urbanas (de trabalho, consumo e serviços), associações e cooperativas de agricultores familiares e assentados da reforma agrária são apenas alguns exemplos do diversificado conjunto de organizações que começam a se estabelecer neste período. Foi somente na década de 1990, no entanto, que o termo *economia solidária* passou a ser mais amplamente utilizado, delimitando os contornos de um campo de articulação de pessoas, experiências e organizações engajadas na construção de uma "nova economia", cujo caráter diferenciado poderia ser sintetizado pelos seguintes princípios: *i)* valorização do trabalho, do saber e da criatividade dos seres humanos; *ii)* reconhecimento do trabalho associado e da propriedade associativa dos meios de produção como elementos fundamentais na construção de formas renovadas de organização econômica; *iii)* autogestão; e *iv*) construção de redes de colaboração solidária como estratégia de integração entre diferentes empreendimentos.[10]

As informações disponíveis no Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies)[11], atualizadas em 2007, registram a existência, em todo o país, de 21.763 empreendimentos

10. Sem desconhecer o fato de que a *economia solidária* vem sendo construída no Brasil por meio de um diálogo entre distintas interpretações, identificam-se os princípios arrolados como elementos nucleadores, passíveis de serem considerados "transversais" às diferentes visões existentes sobre as características desta nova economia.

11. A construção do Sies foi resultado de uma iniciativa conjunta da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Funciona com base em um modelo de gestão participativa envolvendo representantes do Estado e das organizações da sociedade civil. Para consulta aos dados, ver: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>.

de *economia solidária*.[12] Boa parte deles havia iniciado suas atividades entre 1991 e 2007 (89% dos que responderam a essa questão). Entre os empreendimentos identificados, 48% declararam ter como espaço de atuação o meio rural; 17%, áreas urbanas e rurais e 35%, apenas o meio urbano. Chama, também, atenção, a importância das atividades relacionadas à agricultura na sustentação econômica destes empreendimentos. Em meio às cinquenta atividades econômicas mais citadas pelos entrevistados aparecem, em primeiro e segundo lugar, respectivamente, *atividades e serviços relacionados com a agricultura* e *cultivo de outros produtos de lavoura temporária*. A *criação de animais*, a *fabricação de farinha de mandioca e derivados*, o *cultivo de cereais para grãos*, o *beneficiamento de arroz* e a *fabricação de produtos de arroz* também figuram na lista. Ainda segundo este levantamento, entre os dez principais produtos e serviços gerados pelos empreendimentos de *economia solidária*, seis deles (milho, feijão, arroz, farinha de mandioca, leite e hortigranjeiros) são produtos agrícolas.

A imagem que se projeta a partir dessas informações é a de uma *economia solidária* em expansão, presente tanto no meio urbano quanto nas áreas rurais, na qual as atividades ligadas à agricultura desempenham um papel bastante significativo. Os dados não permitem uma análise da sustentabilidade das organizações. Algumas das informações levantadas pelo Sies em relação ao perfil dos empreendimentos despertam, no entanto, a atenção. Quando inquiridos acerca dos elementos que motivaram a criação destes empreendimentos, boa parte dos respondentes (aproximadamente 75% deles) elencou, em primeira ordem, objetivos "mais imediatos" ligados à sobrevivência material: *uma alternativa ao desemprego* (31,5%), *obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo* (15,6%), *uma fonte complementar de renda* (14,3%), *condição exigida para ter acesso a financiamento e outros apoios* (13,4%), *recuperação pelos trabalhadores de empresa que faliu* (0,4%). Respostas como *desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades*, *motivação social, filantrópica ou religiosa*, *desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos* e *alternativa organizativa e de qualificação* foram menos frequentes.

Em relação ao faturamento mensal, cerca de 60% deles declararam faturar até R$ 5 mil por mês. Aproximadamente 72% dos empreendimentos afirmaram que, no ano anterior, os resultados da atividade econômica (sem contar as doações de recursos) haviam permitido ou pagar as despesas e ter uma sobra ou, simplesmente, pagar as despesas. Em 15% dos casos os resultados econômicos obtidos não haviam possibilitado o pagamento das despesas. Em relação à remuneração mensal dos sócios do empreendimento, 49,7% dos grupos formais e informais entrevistados remuneravam seus sócios, 31% deles com remunerações de até um salário mínimo. Mais da metade dos empreendimentos (52%) havia tido acesso a crédito nos últimos doze meses e 39% deles haviam realizado investimentos neste período.

No que diz respeito à "responsabilidade ambiental" dessas organizações, no Atlas da Economia Solidária 2007[13] foi estruturada uma seção específica sobre o tema. Um número total de 6.144 empreendimentos, boa parte localizada na região Nordeste do país, declararam desenvolver uma produção sem agrotóxicos. O tratamento dos resíduos gerados pela atividade do grupo era realizado em 7.121 empreendimentos e 634 empreendimentos tinham como prática o reaproveitamento de materiais.

12. Segundo Motta (2006), os empreendimentos de *economia solidária* foram definidos no guia de procedimentos do Sies como: *i*) organizações coletivas suprafamiliares; *ii*) cujos participantes exercem a gestão coletiva das atividades e da alocação dos recursos; *iii*) desenvolvendo atividades permanentes, não se configurando como práticas eventuais; *iv*) que dispõe ou não de registro legal; *v*) em que a atividade econômica é a razão de ser do empreendimento; e *vi*) singulares ou complexas.

13. Ver: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>. Consultado em janeiro de 2010.

Essa rápida avaliação do perfil dos empreendimentos de *economia solidária* permite levantar algumas questões acerca das relações existentes entre a *economia solidária* – como movimento social e como forma de organização econômica – e a promoção de modos de vida sustentáveis.

Uma primeira observação diz respeito ao lugar ocupado pelo debate sobre sustentabilidade, particularmente sobre sustentabilidade ambiental, na agenda da *economia solidária*, tanto no contexto das organizações da sociedade civil quanto no âmbito das políticas públicas.

No relatório final da IV Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que congrega hoje, em nível nacional, organizações pertencentes a três segmentos distintos – empreendimentos solidários, entidades de assessoria ou fomento e gestores públicos articulados em rede –, o termo sustentabilidade é utilizado por diversas vezes, e com vários sentidos. Na seção referente aos debates sobre "o desenvolvimento que queremos", a sustentabilidade (ambiental ou em um sentido mais amplo) aparece indicada como uma palavra chave nos debates, mencionada por dez grupos. Em outras partes do documento, esta mesma noção aparece associada à sustentabilidade dos empreendimentos de *economia solidária*. Em outros momentos, o termo sustentabilidade é empregado como um sinônimo de sustentação financeira.[14]

Ainda se sabe muito pouco, entretanto, acerca da sustentabilidade dos diversos tipos de empreendimentos solidários e do papel que eles representam na reprodução econômica e social dos trabalhadores e das famílias engajadas em sua construção. A organização do Sies teve como objetivos principais: identificar e caracterizar os empreendimentos econômicos solidários e entidades de apoio; assessorar e fomentar a *economia solidária*; fortalecer e integrar estes empreendimentos em redes e arranjos produtivos e organizacionais, dando visibilidade à *economia solidária;* e subsidiar a formulação de políticas públicas e a elaboração de um marco jurídico adequado à *economia solidária*.[15] Sua constituição foi, sem dúvida, um passo extremamente importante, por um lado, na construção da *economia solidária* como campo de articulação social e política; por outro, na geração de subsídios à formulação e implantação de políticas públicas. As informações contidas neste sistema fornecem algumas pistas, particularmente no que se refere à sustentabilidade econômica destes empreendimentos, sua capacidade de gerar empregos, acessar fontes de financiamento e de "manter suas contas em dia". Informações sobre as dimensões ecológicas associadas à sustentabilidade destes empreendimentos (origem da matéria prima, práticas de manejo dos recursos naturais, fontes de energia utilizadas, formas de tratamento e destinação dos resíduos, condições ambientais vigentes no local de trabalho, entre outras) são mais reduzidas.Não há dúvida, no entanto, de que um debate mais profundo sobre sustentabilidade ambiental no contexto da *economia solidária* remete, necessariamente, a uma discussão sobre a democratização do acesso a bens e serviços ambientais no conjunto da sociedade, o que não significa que as formas de manejo destes recursos e suas consequências para as gerações futuras devam ser negligenciadas no contexto desta nova economia.

Para além da análise dos empreendimentos de *economia solidária* propriamente ditos, avista-se a necessidade de uma reflexão acerca do papel destes empreendimentos na promoção de modos de vida sustentáveis, compreendendo que os recursos ou ativos que as pessoas mo-

14. Menciona-se, aqui, o Relatório da IV Plenária do FBES, entendendo que ele reflete, em boa medida, o nível dos debates que vêm sendo travados pelos atores engajados na construção da *economia solidária* no Brasil. FBES (2008).

15. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria no 30, de 20 de março de 2006. Anexo I. Sistema de Informações em Economia Solidária. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_portaria.asp>.

bilizam na produção de sua existência nem sempre se traduzem em equivalentes monetários. Conhecimentos, capacidades e a possibilidade de gerenciar e desenvolver uma determinada base de recursos – a exemplo do que ocorre no caso dos camponeses e agricultores familiares em sua relação com a terra, a água e a biodiversidade – são dimensões importantes para a sustentabilidade dos modos de vida e para a construção de uma relação de maior autonomia frente aos mercados.[16] Associações, cooperativas e redes podem constituir, ou não, mecanismos de geração de autonomia, potencializando recursos e complementaridades em níveis mais altos de agregação.

Nesse sentido, uma importante fonte de reflexão são as experiências de produção, comercialização e geração de conhecimentos, identificadas com os princípios e práticas da *agroecologia* e que, assim como a *economia solidária*, formam, atualmente, um campo político e social de articulação e experimentação.

No Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, o questionamento às bases científicas da chamada *agricultura convencional*[17] teve como um de seus resultados o fortalecimento de um conjunto heterogêneo de iniciativas de abrangência local e territorial incluindo: redes de agricultores experimentadores; circuitos de produção, processamento e consumo de alimentos produzidos em bases ecológicas ou originários de sistemas produtivos *em transição*; acordos comunitários de pesca ou de manejo de terras de uso comum; bancos comunitários de sementes, apenas para citar algumas.

O termo *agroecologia* passou a ser mais utilizado a partir do início dos anos 1990, designando uma disciplina científica ou campo de conhecimento (GLIESSMAN, 1997), o manejo ecológico dos recursos naturais por meio de formas de ação coletiva (GUZMÁN, 2006) ou, ainda, uma "ferramenta de resistência dos camponeses e camponesas na proposição de um outro projeto de agricultura" (MMC Brasil, s/d). Esta abordagem, de caráter interdisciplinar, e que tem como um de seus pressupostos a articulação entre o saber científico e o chamado saber popular, passou a se configurar como um referencial aglutinador de um amplo conjunto de práticas, sentidos e identidades, que emergem a partir de múltiplas trajetórias de crítica e contestação aos modos de organização impostos pela modernização conservadora brasileira, mas que não se reduzem, em sua diversidade, a uma possível "identidade agroecológica".[18]

De uma forma um pouco similar ao que ocorre com os empreendimentos de *economia solidária* no que diz respeito à autogestão e ao controle sobre os meios de trabalho, as iniciativas socioambientais baseadas em um enfoque agroecológico enfrentam o desafio de construir "uma nova agricultura", em uma sociedade intensamente colonizada pelas relações de mercado capitalistas. Apesar de incorporarem, como princípio fundador, a questão da sustentabilidade ambiental, operam, na grande maioria dos casos, em uma permanente

16. A palavra autonomia busca, neste estudo, expressar uma maior capacidade de controle e gestão das relações com o mercado, e não alimentar a ideia de uma "economia autárquica".

17. Uma "agricultura convencional" pode ser identificada, genericamente, como uma agricultura baseada em variedades de plantas e raças de animais melhoradas pela pesquisa científica (com utilização, no período mais recente, também de variedades transgênicas) e caracterizada por uma elevada dependência em relação a insumos químicos e fontes de energia derivadas de combustíveis fósseis. Este modelo de agricultura tem como matriz original as tecnologias internacionalmente disseminadas através da Revolução Verde nas décadas de 1960 e 1970.

18. Entende-se que a referência à agroecologia não busca se sobrepor a identidades socioculturais específicas (catingueiros, geraiseiros, ribeirinhos, faxinalenses, entre outras) ou invalidar expressões que buscam identificar determinadas práticas de manejo dos agroecossistemas (agricultura ecológica, extrativismo sustentável, manejo florestal comunitário, policultivos), carregadas de significado em seus contextos de origem.

tensão entre a incorporação de princípios ecológicos ao manejo dos sistemas produtivos e as pressões diretas e indiretas exercidas pelo mercado e por diferentes agentes sociais sobre suas formas diferenciadas de organização.

É difícil dimensionar, de uma forma mais exata, a capilaridade e a abrangência das iniciativas de base referenciadas nos princípios da *agroecologia* que hoje se encontram em andamento nos diferentes biomas brasileiros. O esforço de identificação e mapeamento das experiências em *agroecologia*, coordenado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em 2006 e consolidado na construção do *Mapa das Expressões da Agroecologia* registrou, em um trabalho de apenas alguns meses, a existência de 1.011 iniciativas locais em andamento no período de realização da pesquisa. Novas experiências vêm sendo cadastradas no sistema *Agroecologia em Rede.*[19] Ainda que a promoção dessas iniciativas não tenha adquirido uma maior centralidade como um objetivo de política pública, iniciativas como o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)[20] e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)[21] têm contribuído para potencializar muitas das experiências em andamento, incorporando conceitos que buscam promover modos de vida sustentáveis (como no caso da Convivência com o Semiárido) e estimulando, em diferentes contextos, formas de relação com o mercado que conseguem ampliar a capacidade de gestão dos agricultores sobre os processos de comercialização (como no caso de muitas experiências desenvolvidas através do PAA).

AGROECOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: A RELAÇÃO COM O MERCADO E COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A título de conclusão, julga-se importante acrescentarem-se, aqui, algumas observações acerca das relações dos agentes vinculados à *economia solidária* e à *agroecologia* com o mercado e com as políticas públicas.

A construção de relações de mercado capazes de ampliar a capacidade de gestão de agricultores(as) e empreendedores(as) sobre os processos de comercialização, gerando, ao mesmo tempo, resultados econômicos mais efetivos, é, sem dúvida, um dilema comum a ambos os campos. Neste terreno, muitas são as vulnerabilidades, entre as quais: falta de mecanismos adaptados de financiamento à produção; dificuldade em manter produtividade, qualidade e regularidade na oferta de produtos e serviços; conflitos que emergem na gestão dos empreendimentos; limites na manutenção, ao longo do tempo, de vínculos com os consumidores; tensões entre a lógica de operação de determinados circuitos de comercialização e os valores e princípios que dão identidade ao empreendimento; baixa capacidade de atuação "em rede".

O dilema dos mercados não se limita à questão dos produtos, colocando em jogo as relações que perpassam a produção, o processamento e a distribuição daquilo que é produzido.

19. Ver: <http://www.agroecologiaemrede.org.br/>. Consultado em janeiro de 2010.

20. Para mais informações, ver: <www.mds.gov.br e http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=1150>. Sítios consultados em janeiro de 2010.

21. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003, e tem como objetivo incentivar a agricultura familiar através de ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários a pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos, sendo coordenado por um grupo gestor do qual participam diferentes ministérios, presidido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Na prática, o programa possibilita a compra de produtos oriundos da agricultura familiar, comercializados, na grande maioria dos casos, através de asociações e cooperativas, e sua distribuição a programas sociais. Produtos orgânicos ou agroecológicos contam com um incentivo de preço de até 30%. Segundo estudo realizado pelo Deser (Deser, 2008), foram atendidas pelo PAA, entre 2003 e 2008, 629.274 famílias de agricultores familiares (com possibilidade de repetição de um ano para outro). Para informações técnicas sobre o programa ver: <www.mds.gov.br e www.conab.gov.br>.

A construção de mercados diferenciados, seja para os produtos orgânicos e agroecológicos, seja para os bens e serviços produzidos pelos empreendimentos de *economia solidária*, responde, no entender deste trabalho, de uma forma ainda muito parcial. aos problemas enfrentados por grupos e organizações. Colocam-se algumas questões cruciais: *i)* normas e critérios de enquadramento e certificação que definem quem pode atuar neste circuito de comercialização diferenciado e sua capacidade de incluir ou de excluir do processo determinados agricultores e empreendimentos; *ii)* as relações entre o Estado e a sociedade civil na gestão compartilhada desses mercados; *iii)* a construção desses nichos ou segmentos de mercado e sua relação com questões mais abrangentes relacionadas à gestão dos meios de trabalho e dos bens e serviços ambientais no conjunto da sociedade; *iv)* a sustentabilidade ou insustentabilidade dos atuais padrões de consumo, para além dos limites de segmentos diferenciados; e *v)* a apropriação dos valores imateriais agregados a estes produtos pelos grandes negócios. Importante dizer, no entanto, que ao problematizar-se a temática dos mercados diferenciados, não se está invalidando o rico aprendizado que vem sendo construído neste campo, tanto pelas organizações do campo agroecológico como no contexto da *economia solidária* no esforço de construção do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário. Muitas dessas questões se aplicam, ainda que de uma forma um pouco diferente, às experiências de comercialização desenvolvidas pelos agricultores familiares através do mercado institucional, e que pelas dimensões alcançadas representam um acúmulo importante no debate acerca da construção social dos mercados.

As experiências que vêm sendo gestadas por grupos e organizações de camponeses e agricultores através do mercado institucional no Brasil têm possibilitado, no entender do presente estudo, não apenas a construção de um nicho de mercado, mas de ações de política pública que buscam reforçar novas formas de regulação dos mercados existentes, incorporando, de forma bastante avançada, critérios de natureza social e preocupações relacionadas à sustentabilidade ambiental. A diversificação dos sistemas produtivos das unidades de produção familiar vinculadas ao programa, constatada por trabalhos de pesquisa realizados nas mais diferentes regiões do Brasil, não apenas entre agricultores que comercializam produtos agroecológicos mas entre os beneficiários do programa de um modo geral, merece, sem dúvida, um trabalho de investigação mais aprofundado.

A recente aprovação da Lei da Alimentação Escolar (Lei 11.947/2009), em processo de implantação, é mais um importante avanço nessa direção. Ela permite a compra sem licitação de produtos da agricultura familiar para atendimento às escolas, em um conjunto mais amplo de diretrizes que têm como eixos orientadores um conceito de alimentação saudável e adequada, a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem e o apoio ao desenvolvimento sustentável. Abrem-se, quem sabe, novas possibilidades de adoção, pelas políticas públicas, de princípios de sustentabilidade, não apenas numa ótica de controle e regulação, mas de estímulo a processos ativos de construção de modos de vida sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ALIER, J. M. **Marxism, social metabolism, and ecologically unequal exchange**. Lund University, World Systems Theory and the Environment, p. 19-22, Sept., 2003.

_____. Economia ecológica: levando em consideração a natureza. *In:* ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres:** conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Editora Contexto, p. 41-88, 2007.

BEBBINGTON, A. Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. **World Development**, v. 27, n. 12, p. 2021-2044, 1999.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. **Sustainable rural livelihoods**: practical concepts for the 21st century. Brighton, England: Institute of Development Studies, 1991 (Discussion Paper nº 296).Disponível em: <http://community.eldis.org/.59b4ab37/dp296.pdf.> Acessado em: 19 jul. 2010

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS (DESER). **O Programa de Aquisição de Alimentos e sua relação com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política de Comercialização Agrícola no Brasil, entre 2003-07:** uma Avaliação. Curitiba: Deser, 2008.

GLIESSMAN, S. **Agroecology**: ecological processes in sustainable agriculture. Chelsea: Ann Arbor Press, 1997.

GUZMÁN, E. S. El marco teorico de la agroecologia. *In:* GUZMÁN, E. S. **Desde el pensamiento social agrario**. Córdoba: Servicio de Publicaciones Instituto de Sociologia y Estudios Campesinos, Universidade de Córdoba, p. 221-248, 2006.

FAO. **The state of food insecurity in the world 2009.** Economic crisis, impacts and lessons learned. Rome: FAO, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FEBES). **IV Plenária Nacional de Economia Solidária. Relatório final.** Goiás: Luziânia, junho de 2008.

IPCC. **Climate Change 2007 - Synthesis Report**. An Assessment of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Spain: Valencia, p. 12-17, November, 2007.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil:** uma construção a partir de diferentes atores. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado), p. 182, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2007.

McMICHAEL, P. A food regime analysis of the "world food crisis". Agriculture and Human Values, Routledge, n. 4, December 2009. p. 281-295.

MEARNS, R.; NORTON, A. (Eds.). **Social dimensions of climate change:** equity and vulnerability in a warming world. Washington D.C.: The World Bank, 2009.

MOTTA, E. **O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária:** quantificando uma outra economia. Palestra apresentada durante a Jornada de Estudos Sociais da Economia, coorganizada pelo DCESE/IDAES e NUCeC do Museu Nacional da UFRJ, julho de 2006.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – MMC. **Agroecologia**: uma alternativa para a continuidade da vida. Folder, 2007. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/folder_tbase2007.pdf>.

SCOONES, I. Livelihoods perspectives and rural development. **Journal of Peasant Studies**, n. 36:1, p. 171-196, January, 2009.

EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO MEIO URBANO E A AGENDA AMBIENTAL: POSSIBILIDADES E ENTRAVES NO BRASIL ATUAL

Leandro Pereira Morais*

No cenário atual, pensar e discutir a possibilidade de um novo modelo de desenvolvimento se coloca como uma tarefa oportuna, pertinente e relevante, mas também ousada e marcada por óbices que vão da esfera teórico-conceitual às de cunho prático e ideológico. Como se pôde constatar, ao longo da evolução do sistema capitalista de produção, concomitantemente aos avanços materiais, produtivos e tecnológicos concebidos, observou-se a geração de uma massa de excluídos e miseráveis e de um padrão de produção e consumo que negligenciou a preservação ambiental e desvirtuou a ideia do *bem viver*.

No Brasil, vale lembrar que este padrão de produção e consumo constituiu-se, definitivamente, na segunda metade dos anos 1950, a partir do processo de industrialização pesada, no governo Juscelino Kubitschek (JK) – o Plano de Metas, cujo slogan era "50 anos em cinco". De fato, num período relativamente curto, os brasileiros foram capazes de construir uma economia moderna, incorporando os padrões de produção e consumo próprios dos países desenvolvidos. A industrialização acelerada, acompanhada da urbanização rápida, multiplicou as oportunidades de investimento e de geração de emprego e renda. No entanto, mediante o quadro de significativo progresso material, observou-se também aumento da desigualdade e concentração de renda, além do aumento da pobreza e miséria "urbanas" – exportadas do campo para as cidades, para onde muitos foram em busca de novas oportunidades.

Este fato se tornou mais preocupante a partir dos anos 1980, que inauguraram um período de queda da atividade econômica (crise econômica) com altos índices inflacionários, num cenário que ficou conhecido, do ponto de vista econômico, como a *década perdida*. Posteriormente, os anos 1990 se iniciaram com uma mudança radical no quadro financeiro internacional e com a implantação de uma *nova política de desenvolvimento*, baseada no receituário propugnado pelo Consenso de Washington, fundamentalmente caracterizado por: liberalização do comércio externo e da entrada e saída de capitais, privatização de empresas estatais, redução do tamanho do aparelho do Estado e concessão de serviços de utilidade pública para a iniciativa privada.

Em outras palavras, adentrou-se o neoliberalismo e as práticas concebidas uma década antes por Reagan nos EUA e Thatcher na Inglaterra. Seus efeitos foram notáveis e, em que pese o controle inflacionário, as mudanças introduzidas na economia brasileira (liberalização, desregulamentação, privatização etc.) perfilaram um novo quadro de agravamento das fortes desigualdades econômicas e sociais, desta vez acrescidas do significativo e assustador aumento do desemprego e da informalidade, seguidos pela precarização e desestruturação do mercado de trabalho nacional.

* Professor de economia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas, coordenador de projetos em desenvolvimento do território do Instituto Pólis e representante do Brasil no Observatório Ibero-americano de Emprego e Economia Social e Cooperativa (OIBESCOOP).

Para aqueles que o vivenciaram, o aumento do desemprego foi seguido por uma série de medidas de enfrentamento, abrindo espaço para práticas alternativas, conhecidas como economia social ou solidária. Também foram disseminadas experiências de desenvolvimento local. Vale notar que, recentemente, em muitos países, constata-se o crescimento de iniciativas de produção e de prestação de serviços, organizadas com base na livre associação e nos princípios de cooperação e autogestão. De fato, a presença e a progressiva amplitude deste campo de práticas suscitaram programas e ações por parte do setor público no sentido de promovê-las enquanto opção de trabalho, renda e melhor qualidade de vida.

No caso brasileiro, um avanço expressivo, de crescente reconhecimento internacional, foi o surgimento, em junho de 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), dentro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), culminância de várias experiências desenvolvidas nos planos estadual e municipal (como, por exemplo, em Belém, Porto Alegre, Recife, São Paulo etc.) – tema tratado por Singer (2009), responsável pela secretaria. Em síntese, pode-se afirmar que a Senaes foi criada enquanto reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, de um processo de transformação social em curso, provocado pela crise econômica dos anos 1980 e pela ampla crise do trabalho de uma década depois, tida como reflexo da política econômica adotada nos anos 1990. Ademais, é compreendida como uma nova modalidade de política pública no plano federal, que aponta para a defesa contra a exclusão social e opera como mecanismo de inserção socioeconômica.

Para a Senaes, a economia solidária é entendida como um conjunto de atividades econômicas organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras a partir da autogestão. As atividades econômicas compreendem atividades relacionadas à produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, comércio justo e consumo solidário. As *organizações solidárias* se referem às cooperativas, associações, empresas autogestionadas, grupos solidários, redes solidárias, clubes de intercâmbio etc. a partir da ideia de empreendimentos econômicos solidários (EES).

Os EES são organizações, singulares ou complexas, de caráter coletivo, nas quais trabalhadores dos meios rural ou urbano exercem a gestão coletiva de seus empreendimentos, podendo ou não possuir registro legal para as práticas de suas atividades econômicas. Mediante a inexistência de consenso, na prática e na literatura especializada sobre o tema, no que tange aos aspectos conceituais e teóricos[1] e às organizações que fazem parte da economia solidária, salienta-se que, para a Senaes, muitas das cooperativas tradicionais – catalogadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) – e das organizações do *terceiro setor* – como fundações, institutos e organizações não governamentais (ONGs) – não fazem parte do conjunto dos EES analisados pela secretaria.

Segundo o Atlas da Economia Solidária no Brasil, elaborado no âmbito do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies)[2] com base nos dados de 2007, há 21.859 EES contabilizados em todo o país. Estes EES foram criados, em sua maioria, entre 1991 e 2007, tendem a localizar-se em áreas rurais e empregam mais de 1,6 milhão de pessoas, sendo que mais de 15 mil EES possuem entre 10 e 50 pessoas, e pouco mais de 5 mil têm mais que 50 empregados. Também interessantes são estas informações: *i*) do total dos EES no país, 51,8% se organizam em forma de associação, 36,5% em grupo informal e 9,7% em cooperativa; *ii*) os motivos pelos quais os EES foram criados referem-se a alternativa

1. Sobre esta discussão, é interessante ver Morais (2007).

2. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>.

ao desemprego (38,2%), aumento de renda (36,2%), obtenção de financiamento (16,2%), exercício do trabalho associado (9%) e recuperação de empresa (0,5%); *iii*) entre as principais atividades econômicas, serviços e cultivos agrícolas e fabricação de produtos têxteis são as mais realizadas; *iv*) do ponto de vista da responsabilidade ambiental – tema sobre o qual se pretende refletir –, do total dos EES, 6.144 produzem sem a utilização de agrotóxicos, 7.121 realizam tratamento de resíduos e 634 realizam reaproveitamento de material; ou seja, mais da metade dos EES já contempla a preocupação ambiental em seus empreendimentos.

Percebe-se, portanto, a relação harmoniosa, que deve ser fomentada, entre as práticas de economia solidária e a preocupação ambiental. Este tema vem sendo suscitado no momento, sendo de grande valia para se pensar um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável. Um estudo recente de Crystal Tremblay (2009), intitulado *Advancing the Social Economy for Socio-economic development – international perspectives*, ao tratar de questões relacionadas à *environmental sustainability*, afirma que, atualmente, emerge uma literatura que pretende mostrar como a economia social/solidária poderá contribuir para a sustentabilidade ambiental. No entanto, ainda são muito escassos os estudos neste sentido, inclusive pela própria dificuldade de se mensurar o setor, fruto da ausência de consenso em termos de definição e delimitação de suas entidades e atividades. Isto dificulta, tanto para os estudiosos do tema quanto para os formuladores de políticas públicas, argumentarem e criarem indicadores para avaliar e mostrar os efeitos positivos das práticas de economia solidária nos avanços na questão ambiental.

No entanto, é possível incorporar, entre as principais características da economia solidária, a questão ambiental e a sustentabilidade como partes inerentes de suas propostas e de seu modelo de desenvolvimento. Com a cooperação, a autogestão e a solidariedade a partir da união de interesses, objetivos comuns e esforços, aliados à ampla participação, é possível fomentar práticas autossustentáveis, capazes de levar adiante a produção de bens e serviços com responsabilidade social e ambiental. A solidariedade intra e inter EES, bem como sua relação com a sociedade, seja em âmbito local, regional ou nacional, se configura em importante e necessário fator que levará à melhoria das condições de vida, ou seja, será capaz de aliar geração de trabalho e renda a crescimento econômico, distribuição de renda e preservação dos ecossistemas. Deve-se lembrar também que os valores da economia solidária podem contribuir com uma mudança social referente à atitude consumista. Do ponto de vista da sustentabilidade econômico-financeira dos empreendimentos[3] – aspecto cuja consecução é de extrema importância para os EES –, além de questões técnicas, gerenciais e econômicas, incluindo a determinação do preço justo do que será comercializado, é cabível pensar-se nos aspectos culturais, sociais e ambientais.

Nesta perspectiva, vale ressaltar que a dimensão pela qual se entende a sustentabilidade refere-se àquela que engloba e inter-relaciona diferentes aspectos, tais como o ecológico

3. Sobre o tema, vale mencionar que se observa, por parte de muitos que discutem e participam da economia solidária, certa resistência no que tange a temas ligados a empresas, eficiência e empreendedorismo, uma vez que entendem estarem os brasileiros contaminados ideologicamente e, sobretudo, operarem dentro do marco da racionalidade capitalista. Esta problemática foi tratada por Gaiger (2008), que considera tal crítica uma *atitude refratária* e atenta à necessidade de se resgatar o termo empreendedorismo no âmbito da economia solidária e de se entender a complexidade do processo empreendedor e sua adequação às necessidades do *empreendedorismo associativo*, típico dos EES, na qual são ingredientes importantes a cooperação no trabalho, as decisões coletivas, a troca de informações e o projeto coletivo. Somente após transpassar esta barreira é que se poderá apresentar os EES como realmente capazes de gerar condições de viabilidade e prosseguir funcionando no médio e longo prazos. Isto envolve aspectos internos e externos e requer um conjunto de ações tais como autossuficiência econômica e financeira, capacidade de investimento, incremento produtivo, educação e qualificação permanentes, ampliação social do empreendimento, preservação de parceiros estratégicos e emprego de tecnologias limpas. Para mais informações, ver Morais e Bacic (2009).

(estoque e uso de recursos naturais na produção e no consumo), ambiental (capacidade de regeneração e recuperação da natureza), demográfico (condições de vida em determinadas áreas), cultural (preservação de valores e alterações no estilo de vida), social (justiça distributiva), político (possibilidades de construção participativa da cidadania), econômico (autonomia financeira) e institucional (modo como todas as dimensões se refletem na construção de novas institucionalidades).

Pela perspectiva dos EES em áreas urbanas, no que tange especificamente à agenda ambiental e à necessidade de se repensar o padrão brasileiro de produção e de consumo frente ao processo de urbanização rápido, desestruturado e caótico, é possível avançar em projetos que atentem, por exemplo, à implantação de técnicas de:

- conservação e reutilização de componentes;
- incentivo ao uso de sistemas de energia que aproveitem recursos locais (como o eólico e o solar);
- plantação de hortas comunitárias com o objetivo de dinamizar a agroecologia e contemplar aspectos de segurança alimentar e de encurtamento dos circuitos de produção e consumo;
- utilização de tecnologias sociais com objetivos inclusivos e de resposta aos problemas do território etc.

Tais projetos devem ser pensados sob a perspectiva do gerenciamento participativo e integrado, de forma a combater desperdícios e abrir espaço para a inovação e o aprendizado sociais em prol da sustentabilidade socioambiental.

Embora os exemplos práticos ainda sejam tímidos, pouco conhecidos, e a maioria dos EES se situem em áreas rurais, algumas experiências já vêm trazendo externalidades positivas a toda a sociedade. Neste contexto, é possível mencionar o caso dos catadores de materiais recicláveis. Esta atividade possibilita a geração de renda para inúmeras pessoas que vivem nas cidades e não encontravam emprego. Em que pese o fato de esta ser uma atividade árdua e de baixo prestígio social, nos dias atuais percebe-se que esta concepção vem se alterando.

Um caso interessante é o vivenciado há cerca de 15 anos pela Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare) na região de Belo Horizonte (MG). Do ponto de vista socioeconômico, além da renda que auferem todos os meses, estes trabalhadores e trabalhadoras, antes tidos como marginais, hoje possuem um trabalho que vem, paulatinamente, se estruturando e ganhando *valor* social. Do ponto de vista ambiental, a sociedade e a natureza agradecem, uma vez que cada quilo de material que os catadores tiram das ruas é uma quantidade de lixo a menos, o que resulta em menor risco de enchentes e na redução da poluição das águas. Ademais, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), cada tonelada de papel reciclável poupa cerca de 22 árvores, economiza 71% de energia elétrica e reduz em 74% a poluição do ar.

Outro aspecto interessante, em se tratando da experiência da Asmare, refere-se ao fato de que, além do trabalho de coleta realizado pelos catadores, ela desenvolve um trabalho de parceria e conscientização ambiental junto a empresas, escolas, órgãos públicos, entre outros acerca da importância da coleta de recicláveis e seu impacto socioambiental. Internamente, a associação desenvolve uma série de oficinas que tratam de temas ligados à reciclagem, mas também de temas de ordem econômica, social, política e cultural. Inclusive, estas oficinas vêm qualificando indivíduos, antes sem perspectiva, para a execução de trabalhos em

marcenarias, papelarias, corte e costura, assim como em atividades culturais, na confecção de adereços e fantasias para o carnaval e em apresentações teatrais em escolas, parques etc., disseminando a educação ambiental e a coleta seletiva.

É mister mencionar que esta experiência está ancorada em parcerias com universidades, associações comerciais, pastorais da Igreja Católica e, sobretudo, com órgãos públicos, sendo a prefeitura de significativa importância. Isto mostra a relevância do estabelecimento de redes para o êxito dos EES nos meios urbanos. É sabido que tais EES apresentam certas debilidades (formação escolar e técnica dos integrantes, dificuldade/impossibilidade de acesso ao crédito, conhecimento do mercado etc.), que emperram o andamento dos empreendimentos. Desta forma, a construção do *espaço emancipador* ou do *espaço de autonomia* dos EES deve estar articulada com os atores sociais envolvidos, bem como com um conjunto de instituições, sendo o setor público de fundamental importância, sobretudo quando se trata de EES que atuam no meio urbano.

No caso dos recicláveis, não obstante o avanço já verificado, ainda está por vir a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que está na Câmara desde setembro de 2009, bem como a elaboração de um marco regulatório mais claro e bem definido. Também se espera o fortalecimento na construção participativa de políticas públicas mais consistentes e transparentes, com a devida inclusão dos catadores. Ou seja, a participação do Estado, apoiando e institucionalizando, é de suma relevância para o êxito e a continuidade destes tipos de experiências.

Outro caso referente à prática dos EES em meios urbanos que vem adquirindo bastante importância é o dos bancos comunitários. Estes são prestadores de serviços financeiros solidários de natureza associativa e comunitária, cujo foco é a perspectiva de geração de trabalho e renda a partir dos princípios de economia solidária. O caso pioneiro e paradigmático no Brasil é o do Banco Palmas, inaugurado no Conjunto Palmeira, na periferia de Fortaleza, Ceará, em janeiro de 1998. Esta iniciativa concebeu um sistema econômico que conta com uma linha de microcrédito alternativa, instrumentos de incentivo ao consumo local, como a criação da moeda social circulante (palma), e novas formas de comercialização, como feiras e lojas solidárias. Esta experiência vem se espraiando pelo Brasil (Banco Cocais, no Piauí, entre outros) e também no exterior (por exemplo, na Venezuela), o que demonstra um potencial considerável para o enfrentamento da impossibilidade e/ou dificuldade de acesso ao sistema financeiro tradicional por parte daqueles que pretendem abrir ou ampliar um negócio. Pode-se pensar, inclusive, na possibilidade de atrelar a estas iniciativas a priorização do financiamento de projetos para EES de cunho ambiental. No entanto, em que pesem os avanços atribuídos à Rede Brasileira de Bancos Comunitários, ainda se carece de um marco legal que seja capaz de sustentar a criação do segmento nacional de finanças populares e solidárias (SEGUNDO, 2009).

Destarte, do ponto de vista dos EES, bem como das atividades desenvolvidas pela SENAES, deve-se chamar a devida atenção à importância do processo de institucionalização das políticas públicas de apoio ao setor. O tratamento dado ao tema na edição de agosto de 2009 deste boletim propugna que a economia solidária deva ser entendida não apenas como uma *política de governo*, mas incorporada à agenda do Estado brasileiro. Vale registrar que já há avanços, mas Schiochet (2009) aponta para a urgência de se estabelecer uma legislação específica para instituir formalmente os sujeitos e os instrumentos para assegurar os direitos da economia solidária. O autor também entende que "a lei somente se tornará ação viva caso a economia solidária apresente força política para exigir a permanência das

iniciativas em curso", sendo que esta força dependerá, por sua vez, "da força ético-política originária das alianças e compromissos entre a economia solidária e demais sujeitos e lutas emancipatórias" (*op. cit.,* p.59).

Conforme reconhece Praxedes (2009, p. 58), "é necessário compreender que as políticas públicas para o segmento fazem parte de um cenário recente em construção". Este grau de "experimentação" das políticas públicas para o setor já fora reconhecido por França Filho *et al.* (2006) em *Ação Pública e Economia Solidária – uma perspectiva internacional*. Nesta interessante coletânea, Schwengber, Praxedes e Parra (2006, p. 145) atentaram ao fato de que "o grande desafio das políticas de fomento à economia solidária é, antes de mais nada, um exercício de formar cidadãos, organizar sujeitos, ocupar a arena pública e constituir novos sujeitos". Desta forma, entende-se que conhecer a dinâmica dos EES, bem como as políticas públicas em elaboração e experimentação, constitui-se em um passo importante para desvendar e enfrentar a realidade de um país marcado por uma profunda desigualdade socioeconômica.

REFERÊNCIAS

FRANÇA FILHO, *et al.* (Org.). **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GAIGER, L. I. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Outra Economía**, vol. 2, n. 3, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.riless.org/otraeconomia>. Acesso em: 22 de abril, 2009.

MORAIS, L. P. Economia social e solidária: do que se trata este complexo e contraditório setor? Balanço, tendências e perspectivas para análise do caso brasileiro. *In:* CONGRESSO NACIONAL DA ABET. Salvador: ABET, CD-ROM, ***Anais,*** 2007.

MORAIS, L. P.; BACIC, M. J. Economia social e programas de emancipação por meio de empreendimentos econômicos sociais no Brasil: avanços e dificuldades. *In:* **Revista Alcance – Eletrônica,** vol.16, n.3, p.339-357, set. – dez., 2009. Disponível em: <http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/ra/issue/view/155/showToc>.

PRAXEDES, S. Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias. *In:* **Boletim Mercado de Trabalho**. Brasília: IPEA, n. 39, p. 57-62, maio de 2009.

SCHIOCHET, V. Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. *In:* **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise. Brasília: MTE/Ipea, n. 40, p. 55-59, agosto de 2009.

SCHWENGBER, A. M.; PRAXEDES, S. F.; PARRA, H. Z. Programa Oportunidade Solidária: construindo uma política pública de economia solidária. *In:* FRANÇA FILHO, *et al.* (Org.). **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 125-146, 2006.

SEGUNDO, J. M. Bancos comunitários. *In:* **Le monde diplomatique.** Brasil: janeiro de 2009, p. 24-25.

SINGER, P. Políticas públicas da SENAES do MTE. *In:* **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise. Brasília: MTE/Ipea, n. 39, p. 43-48, maio de 2009.

TREMBLAY, C. Advancing the social economy for social-economic development: international perspectives. *In:* **Canadian Social Economy Research Partnerships**. Public Policy Papers Series, n. 1, setembro de 2009.

ANEXO ESTATÍSTICO

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

OCUPAÇÃO

MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

DESEMPREGO

SEGURO-DESEMPREGO

RENDIMENTOS

INFORMALIDADE

Advertência

Os dados deste Anexo Estatístico que são provenientes da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam valores distintos daqueles que foram publicados até o número 38 deste boletim, em decorrência de novos fatores de expansão das amostras.

Para mais informações, consultar:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/notatecnicareponderacao2009.pdf

ANEXO ESTATÍSTICO

Índice de Tabelas

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

1. PEA por região metropolitana A1
2. PEA por gênero A1
3. PEA por grau de instrução A2
4. PEA por faixa etária A2
5. Taxa de participação por região metropolitana A3
6. Taxa de participação por gênero A3
7. Taxa de participação por grau de instrução A4
8. Taxa de participação por faixa etária A4
9. População economicamente inativa que gostaria de trabalhar A5

II. OCUPAÇÃO

1. Nível de ocupação por região metropolitana A7
2. Nível de ocupação por gênero A7
3. Nível de ocupação por grau de instrução A8
4. Nível de ocupação por faixa etária A8
5. Nível de ocupação por posição na ocupação A9
6. Empregados por categoria de ocupação A9
7. Nível de ocupação por setor de atividade A10

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

1. Admissões por UF A11
2. Desligamentos por UF A12
3. Variação do nível de emprego por UF A13
4. Admissões por setor de atividade A14
5. Desligamentos por setor de atividade A15
6. Variação do nível de emprego formal por setor de atividade A16

IV. DESEMPREGO

1 Taxa de desemprego por região metropolitana: PME A17
2 Taxa de desemprego aberto: PED A17
3 Taxa de desemprego oculto por desalento: PED A18
4 Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED A18
5 Taxa de desemprego total: PED A19
6. Taxa de desemprego por gênero: PME A19
7. Taxa de desemprego por grau de instrução: PME A20
8. Taxa de desemprego por faixa etária: PME A20
9. Taxa de desemprego por posição na família: PME A21
10. Composição do desemprego por gênero: PME A21
11. Composição do desemprego por posição na família: PME A22
12. Composição do desemprego por faixa etária: PME A22
13. Composição do desemprego por grau de instrução: PME A23
14. Composição do desemprego por faixa de duração: PME A23

V. SEGURO-DESEMPREGO

1. Requerentes, segurados e valor médio do benefício A25

VI. RENDIMENTOS

1. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região A27
2. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região A27
3. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação A28
4. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação A28
5. Salário mínimo real A29

VII. INFORMALIDADE

1. Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana A31
2. Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana A31
3. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana A32
4. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana A32

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.1
PEA por região metropolitana
(Em mil pessoas)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002[a]		1.366	1.512	2.031	5.057	8.446	1.712	20.125	n.d	n.d.
2003		1.470	1.599	2.142	5.188	8.965	1.765	21.128	1.360	22.488
2004		1.461	1.654	2.229	5.275	9.130	1.777	21.525	1.379	22.904
2005		1.486	1.722	2.246	5.257	9.182	1.800	21.693	1.446	23.139
2006		1.548	1.735	2.362	5.325	9.335	1.834	22.139	1.443	23.582
2007		1.511	1.832	2.437	5.351	9.549	1.853	22.535	1.481	24.015
2008		1.492	1.805	2.510	5.446	9.774	1.907	22.934	1.564	24.498
2009	Janeiro	1.534	1.842	2.470	5.456	9.852	1.890	23.044	1.545	24.589
	Fevereiro	1.510	1.827	2.460	5.392	9.856	1.838	22.884	1.554	24.438
	Março	1.538	1.852	2.470	5.385	9.929	1.860	23.035	1.549	24.584
	Abril	1.508	1.842	2.487	5.379	9.883	1.860	22.959	1.546	24.505
	Maio	1.533	1.834	2.523	5.364	9.906	1.859	23.020	1.539	24.559
	Junho	1.528	1.815	2.546	5.420	9.844	1.862	23.015	1.536	24.551
	Junho	1.536	1.839	2.559	5.405	9.958	1.889	23.186	1.552	24.738
	Agosto	1.530	1.871	2.573	5.440	10.012	1.907	23.334	1.542	24.876
	Setembro	1.526	1.895	2.566	5.414	10.007	1.911	23.319	1.552	24.871
	Outubro	1.550	1.894	2.586	5.405	9.896	1.927	23.258	1.605	24.863
	Novembro	1.558	1.899	2.576	5.477	9.882	1.924	23.317	1.579	24.896
	Dezembro	1.590	1.891	2.599	5.503	9.911	1.913	23.407	1.592	24.999
	Jan.-dez./2009	1.537	1.858	2.535	5.420	9.911	1.887	23.148	1.558	24.706

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.
[a] Média referente ao período (mar.-dez.)
n.d.= não disponível.

TABELA I.2
PEA por gênero
(Em mil pessoas)

Período		Masculino	Feminino
2002[a]		11.306	8.820
2003		11.737	9.392
2004		11.857	9.668
2005		11.928	9.765
2006		12.139	10.000
2007		12.281	10.254
2008		12.446	10.488
2009	Janeiro	12.485	10.558
	Fevereiro	12.458	10.427
	Março	12.534	10.501
	Abril	12.490	10.469
	Maio	12.493	10.527
	Junho	12.458	10.556
	Junho	12.518	10.668
	Agosto	12.541	10.793
	Setembro	12.539	10.780
	Outubro	12.496	10.762
	Novembro	12.480	10.837
	Dezembro	12.528	10.879
	Jan.-dez./2009	12.502	10.647

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.3
PEA por grau de instrução
(Em mil pessoas)

Período		< 8	8 - 10	> = 11
2002[a]		7.008	4.089	8.989
2003		7.174	4.233	9.686
2004		6.963	4.215	10.307
2005		6.669	4.161	10.830
2006		6.503	4.172	11.430
2007		6.244	4.189	12.072
2008		6.001	4.173	12.732
2009	Janeiro	5.839	4.051	13.130
	Fevereiro	5.808	4.007	13.047
	Março	5.717	4.062	13.220
	Abril	5.680	4.054	13.201
	Maio	5.640	4.100	13.252
	Junho	5.614	4.105	13.260
	Julho	5.648	4.129	13.381
	Agosto	5.641	4.174	13.488
	Setembro	5.703	4.126	13.459
	Outubro	5.693	4.220	13.325
	Novembro	5.680	4.270	13.344
	Dezembro	5.760	4.240	13.391
	Jan.-dez./2009	5.702	4.128	13.292

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.4
PEA por faixa etária
(Em mil pessoas)

Período		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002[a]		95	569	3.996	12.506	2.959
2003		127	616	4.073	13.041	3.272
2004		107	598	4.090	13.239	3.490
2005		64	521	3.989	13.457	3.662
2006		73	538	4.013	13.684	3.831
2007		64	496	3.986	13.964	4.025
2008		62	480	3.921	14.155	4.317
2009	Janeiro	66	454	3.760	14.309	4.454
	Fevereiro	47	448	3.761	14.166	4.463
	Março	58	460	3.866	14.154	4.497
	Abril	61	452	3.837	14.145	4.464
	Maio	50	422	3.834	14.262	4.451
	Junho	50	415	3.789	14.234	4.526
	Julho	43	410	3.811	14.401	4.520
	Agosto	52	406	3.813	14.406	4.656
	Setembro	46	390	3.840	14.405	4.637
	Outubro	47	426	3.827	14.321	4.637
	Novembro	51	438	3.783	14.265	4.780
	Dezembro	54	398	3.782	14.383	4.790
	Jan.-dez./2009	52	427	3.809	14.288	4.573

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.5
Taxa de participação por região metropolitana
(Em %)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002[a]		48,5	56,1	54,7	54,4	57,1	56,1	55,3	n.d.	n.d.
2003		51,3	57,6	56,3	54,8	59,8	56,7	57,1	59,9	57,3
2004		49,8	57,8	57,2	55,0	59,9	56,3	57,2	59,0	57,3
2005		49,7	58,5	56,4	54,0	59,3	56,3	56,6	60,1	56,8
2006		51,2	57,6	58,1	54,1	59,2	56,6	56,9	58,7	57,0
2007		49,0	59,0	58,8	53,6	59,7	56,5	56,9	59,0	57,0
2008		47,3	56,8	59,1	54,0	60,1	57,5	57,0	61,2	57,3
2009	Janeiro	48,0	56,8	57,7	53,8	60,1	56,5	56,7	60,1	56,9
	Fevereiro	47,2	56,1	57,5	53,1	60,1	55,2	56,3	60,3	56,6
	Março	47,9	56,9	57,7	53,1	60,4	56,0	56,7	59,9	56,9
	Abril	47,0	56,3	57,9	53,0	60,3	55,8	56,5	59,7	56,7
	Maio	47,9	56,0	58,4	53,0	60,4	55,5	56,6	59,0	56,8
	Junho	47,7	55,5	58,8	53,4	59,8	55,4	56,4	58,8	56,6
	Julho	47,8	55,8	58,9	53,2	60,2	55,9	56,7	59,3	56,9
	Agosto	47,8	56,5	59,1	53,3	60,3	56,5	56,8	59,1	57,0
	Setembro	47,6	57,3	59,1	53,0	60,3	56,5	56,8	59,4	57,0
	Outubro	48,1	57,1	59,5	53,0	59,8	56,9	56,7	61,5	57,0
	Novembro	48,3	57,2	59,3	53,6	59,7	57,0	56,8	60,4	57,1
	Dezembro	49,2	57,1	59,8	53,8	59,6	56,5	56,9	60,4	57,1
	Jan.-dez./2009	47,9	56,6	58,6	53,3	60,1	56,1	56,7	59,8	56,9

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.
n.d.= não-disponível.

TABELA I.6
Taxa de participação por gênero
(Em %)

Período		Masculino	Feminino
2002[a]		66,3	45,7
2003		67,7	47,8
2004		67,3	48,3
2005		66,7	47,7
2006		66,8	48,1
2007		66,5	48,5
2008		66,6	48,7
2009	Janeiro	65,9	48,7
	Fevereiro	65,8	48,1
	Março	66,2	48,3
	Abril	66,1	48,1
	Maio	66,2	48,3
	Junho	66,1	48,2
	Julho	66,0	48,6
	Agosto	66,0	48,9
	Setembro	66,0	48,9
	Outubro	65,9	48,8
	Novembro	65,8	49,1
	Dezembro	66,0	49,1
	Jan.-dez./2009	66,0	48,6

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.7
Taxa de participação por grau de instrução
(Anos de escolaridade, em %)

Período		< 8	8 - 10	> = 11
2002[a]		40,9	57,1	74,9
2003		42,1	58,9	76,2
2004		41,3	58,4	76,3
2005		39,9	56,9	75,9
2006		39,2	57,4	76,2
2007		38,1	57,2	76,2
2008		37,2	56,7	76,2
2009	Janeiro	36,8	55,0	75,6
	Fevereiro	36,6	54,6	75,1
	Março	36,3	54,9	75,7
	Abril	36,2	55,0	75,4
	Maio	35,9	55,2	75,8
	Junho	35,8	54,9	75,6
	Julho	35,9	55,4	75,8
	Agosto	35,8	55,7	76,1
	Setembro	35,8	55,9	76,1
	Outubro	35,6	56,8	75,8
	Novembro	35,6	57,0	76,0
	Dezembro	36,3	56,9	75,3
	Jan.-dez./ 2009	36,1	55,6	75,7

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.8
Taxa de participação por faixa etária
(Em %)

Período		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002[a]		2,6	24,0	68,3	76,6	36,0
2003		3,5	26,0	70,2	78,5	38,0
2004		3,0	25,5	70,8	78,8	38,2
2005		1,8	22,5	69,5	78,6	38,0
2006		2,0	23,6	70,6	79,1	38,3
2007		1,7	22,1	70,9	79,7	38,4
2008		1,7	21,7	70,7	79,9	39,2
2009	Janeiro	1,8	20,1	69,0	80,0	39,5
	Fevereiro	1,3	20,2	68,6	79,7	39,0
	Março	1,6	20,6	70,2	79,7	39,2
	Abril	1,6	20,5	69,9	79,5	39,0
	Maio	1,3	19,2	69,8	79,8	39,0
	Junho	1,4	18,5	69,5	79,6	39,6
	Julho	1,1	18,2	70,4	80,1	39,2
	Agosto	1,4	18,1	70,4	80,2	39,9
	Setembro	1,2	17,3	70,2	80,5	39,7
	Outubro	1,2	18,6	70,5	80,4	39,4
	Novembro	1,4	19,0	70,1	80,5	40,2
	Dezembro	1,5	17,6	70,0	80,7	40,1
	Jan.-dez./2009	1,4	19,0	69,9	80,1	39,5

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.9
População economicamente inativa que gostaria de trabalhar

Período		Disponíveis		Não-disponíveis	Total
		Marginalmente ligadas à PEA [a]	Total		
2002[b]		1.082	3.168	442	3.610
2003		985	2.811	404	3.215
2004		1.024	2.806	365	3.171
2005		1.027	2.800	343	3.144
2006		992	2.566	371	2.938
2007		920	2.300	408	2.709
2008		817	2.077	386	2.463
2009	Janeiro	983	2.226	454	2.680
	Fevereiro	992	2.196	402	2.598
	Março	912	2.092	396	2.488
	Abril	913	2.114	354	2.468
	Maio	856	2.058	347	2.404
	Junho	856	2.080	368	2.448
	Julho	864	2.073	365	2.438
	Agosto	788	1.929	349	2.279
	Setembro	799	1.929	333	2.262
	Outubro	800	1.933	359	2.292
	Novembro	756	1.855	344	2.199
	Dezembro	807	1.912	369	2.281
	Jan.-dez./2009	861	2.033	370	2.403

Fonte: PME/IBGE.

[a] Pessoas economicamente inativas que gostariam e estão disponíveis para trabalhar, e que estiveram na PEA no período de 358 dias anterior à semana de referência da pesquisa.

[b] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.1
Nível de ocupação por região metropolitana
(Em mil pessoas)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	total IBGE	CT	total
2002[a]		1.196	1.286	1.816	4.549	7.371	1.563	17.780	n.d.	n.d.
2003		1.267	1.332	1.910	4.712	7.703	1.598	18.520	1.239	19.759
2004		1.275	1.389	1.992	4.797	7.976	1.623	19.052	1.267	20.319
2005		1.289	1.455	2.049	4.851	8.243	1.666	19.554	1.340	20.894
2006		1.323	1.497	2.161	4.906	8.352	1.686	19.926	1.343	21.269
2007		1.329	1.581	2.252	4.969	8.586	1.718	20.435	1.389	21.824
2008		1.354	1.598	2.346	5.076	8.952	1.795	21.122	1.480	22.602
2009	Janeiro	1.402	1.636	2.313	5.096	8.924	1.784	21.154	1.461	22.615
	Fevereiro	1.373	1.625	2.294	5.048	8.875	1.728	20.943	1.455	22.398
	Março	1.377	1.631	2.307	5.012	8.884	1.741	20.953	1.452	22.405
	Abril	1.348	1.614	2.318	5.012	8.876	1.745	20.913	1.451	22.364
	Maio	1.372	1.612	2.353	5.009	8.892	1.746	20.984	1.455	22.439
	Junho	1.373	1.612	2.371	5.077	8.957	1.758	21.148	1.456	22.604
	Julho	1.379	1.630	2.404	5.066	9.073	1.780	21.332	1.465	22.797
	Agosto	1.363	1.657	2.380	5.134	9.106	1.803	21.444	1.454	22.898
	Setembro	1.366	1.688	2.403	5.117	9.139	1.809	21.520	1.474	22.994
	Outubro	1.403	1.696	2.428	5.103	9.046	1.828	21.505	1.526	23.031
	Novembro	1.410	1.688	2.425	5.174	9.083	1.823	21.603	1.508	23.111
	Dezembro	1.457	1.688	2.467	5.203	9.170	1.830	21.815	1.531	23.346
	Jan.-dez./2009	1.373	1.634	2.349	5.063	8.970	1.766	21.155	1.474	22.750

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.
[a] Média referente ao período mar.-dez.
n.d.= não-disponível.

TABELA II.2
Nível de ocupação por gênero
(Em mil pessoas)

Período		Masculino	Feminino
2002[a]		10.188	7.593
2003		10.554	7.966
2004		10.777	8.275
2005		10.999	8.555
2006		11.149	8.777
2007		11.370	9.065
2008		11.687	9.435
2009	Janeiro	11.697	9.457
	Fevereiro	11.617	9.326
	Março	11.619	9.333
	Abril	11.589	9.324
	Maio	11.586	9.398
	Junho	11.616	9.532
	Julho	11.687	9.645
	Agosto	11.716	9.728
	Setembro	11.747	9.774
	Outubro	11.749	9.755
	Novembro	11.764	9.839
	Dezembro	11.851	9.964
	Jan.-dez./2009	11.687	9.590

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.3
Nível de ocupação por grau de instrução
(Anos de escolaridade, em mil pessoas)

Período		0	1 - 3	4 - 7	8 - 10	> = 11
2002[a]		555	1.182	4.421	3.457	8.125
2003		561	1.174	4.572	3.531	8.647
2004		527	1.120	4.576	3.550	9.240
2005		479	1.089	4.508	3.604	9.842
2006		473	1.055	4.391	3.601	10.372
2007		424	976	4.336	3.662	11.007
2008		375	919	4.300	3.727	11.773
2009	Janeiro	367	909	4.158	3.638	12.058
	Fevereiro	372	916	4.110	3.595	11.928
	Março	368	862	4.078	3.604	12.005
	Abril	340	863	4.057	3.592	12.037
	Maio	337	838	4.042	3.627	12.113
	Junho	355	866	4.017	3.674	12.200
	Julho	376	847	4.047	3.692	12.342
	Agosto	381	872	4.013	3.713	12.435
	Setembro	373	907	4.061	3.689	12.460
	Outubro	377	943	4.026	3.792	12.346
	Novembro	365	887	4.101	3.841	12.386
	Dezembro	391	858	4.179	3.867	12.505
	Jan.-dez./2009	367	881	4.074	3.694	12.235

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.4
Nível de ocupação por faixa etária
(Em mil pessoas)

Período		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002[a]		78	375	3.134	11.380	2.814
2003		104	381	3.120	11.816	3.100
2004		88	385	3.167	12.086	3.327
2005		54	347	3.164	12.464	3.525
2006		61	362	3.168	12.646	3.689
2007		52	337	3.193	12.957	3.895
2008		51	341	3.267	13.266	4.196
2009	Janeiro	55	331	3.125	13.337	4.305
	Fevereiro	42	323	3.083	13.181	4.314
	Março	53	312	3.098	13.133	4.356
	Abril	51	309	3.103	13.128	4.322
	Maio	41	298	3.108	13.231	4.306
	Junho	43	300	3.124	13.293	4.387
	Julho	32	297	3.147	13.463	4.393
	Agosto	41	287	3.148	13.452	4.516
	Setembro	40	284	3.208	13.476	4.513
	Outubro	37	308	3.203	13.442	4.514
	Novembro	44	311	3.205	13.400	4.642
	Dezembro	42	291	3.230	13.592	4.661
	Jan.-dez./2009	44	304	3.149	13.344	4.436

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.5
Nível de ocupação por posição na ocupação
(Em mil pessoas)

Período		Empregados				Conta-própria	Empregadores	Não-remunerados	Total
		Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Não-remunerados				
2002[a]		8.092	3.775	1.346	11	3.449	891	216	17.780
2003		8.198	4.059	1.359	12	3.700	1.016	176	18.520
2004		8.331	4.292	1.382	9	3.872	1.001	166	19.052
2005		8.790	4.370	1.433	8	3.793	1.006	154	19.554
2006		9.179	4.315	1.470	7	3.817	987	151	19.926
2007		9.621	4.231	1.501	8	3.961	972	141	20.435
2008		10.263	4.157	1.598	8	3.978	979	138	21.122
2009	Janeiro	10.445	3.958	1.681	3	3.940	985	141	21.154
	Fevereiro	10.361	3.944	1.588	4	3.959	959	128	20.943
	Março	10.328	3.919	1.655	6	3.944	961	140	20.953
	Abril	10.393	3.934	1.592	4	3.884	976	130	20.913
	Maio	10.441	3.999	1.564	7	3.893	955	124	20.984
	Junho	10.489	4.004	1.628	4	3.922	974	127	21.148
	Julho	10.650	4.020	1.598	10	3.985	944	127	21.332
	Agosto	10.532	4.065	1.705	8	4.041	962	130	21.444
	Setembro	10.506	4.141	1.687	7	4.038	992	149	21.520
	Outubro	10.536	4.105	1.635	11	4.129	963	125	21.505
	Novembro	10.618	4.120	1.620	9	4.119	981	137	21.603
	Dezembro	10.749	4.193	1.611	6	4.156	976	123	21.815
	Jan.-dez./ 2009	10.504	4.034	1.630	6	4.001	969	132	21.276

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.6
Empregados por categoria de ocupação
(Em mil pessoas)

Período		Setor privado		Setor público			Domésticos	
		Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Com carteira	Sem carteira
2002[a]		7.217	2.624	379	271	1.346	497	880
2003		7.349	2.879	355	272	1.359	494	908
2004		7.475	3.023	341	290	1.382	515	979
2005		7.866	3.057	353	280	1.433	571	1.034
2006		8.240	2.941	368	301	1.470	572	1.073
2007		8.663	2.844	359	301	1.501	599	1.086
2008		9.303	2.833	356	292	1.598	603	1.031
2009	Janeiro	9.489	2.711	353	257	1.681	604	990
	Fevereiro	9.380	2.653	367	291	1.588	613	1.001
	Março	9.332	2.629	368	276	1.655	627	1.014
	Abril	9.413	2.616	373	275	1.592	607	1.043
	Maio	9.430	2.653	408	311	1.564	603	1.035
	Junho	9.479	2.719	401	270	1.628	609	1.015
	Julho	9.621	2.690	410	277	1.598	618	1.052
	Agosto	9.550	2.695	383	295	1.705	600	1.076
	Setembro	9.521	2.750	386	319	1.687	598	1.073
	Outubro	9.535	2.697	390	326	1.635	611	1.082
	Novembro	9.610	2.763	403	309	1.620	605	1.048
	Dezembro	9.751	2.800	383	305	1.611	615	1.089
	Jan.-dez./ 2009	9.509	2.698	385	293	1.630	609	1.043

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.7
Nível de ocupação por setor de atividade
(Em mil pessoas)

Período		Indústria[1]	Construção	Comércio[2]	Intermediação financeira[3]	Adm. pública[4]	Serviços domésticos	Outros serviços[5]	Outras atividades[6]
2002[a]		3.123	1.358	3.679	2.298	2.856	1.377	2.983	106
2003		3.257	1.398	3.736	2.486	2.929	1.402	3.160	152
2004		3.366	1.394	3.794	2.607	2.992	1.494	3.271	134
2005		3.452	1.417	3.854	2.717	3.065	1.605	3.316	127
2006		3.465	1.433	3.901	2.843	3.125	1.644	3.390	125
2007		3.480	1.476	3.967	3.039	3.193	1.685	3.466	129
2008		3.601	1.538	4.065	3.186	3.355	1.635	3.625	117
2009	Janeiro	3.604	1.500	4.128	3.170	3.397	1.593	3.654	108
	Fevereiro	3.487	1.539	4.058	3.212	3.341	1.614	3.592	101
	Março	3.433	1.542	4.034	3.180	3.408	1.641	3.613	101
	Abril	3.427	1.534	4.052	3.186	3.372	1.650	3.586	107
	Maio	3.403	1.533	4.068	3.250	3.428	1.638	3.560	106
	Junho	3.460	1.549	4.037	3.225	3.507	1.623	3.628	117
	Julho	3.469	1.569	4.114	3.267	3.467	1.670	3.657	118
	Agosto	3.605	1.569	4.031	3.347	3.522	1.675	3.586	109
	Setembro	3.562	1.599	4.073	3.330	3.489	1.671	3.679	117
	Outubro	3.626	1.604	4.092	3.274	3.428	1.693	3.665	121
	Novembro	3.628	1.615	4.125	3.268	3.437	1.653	3.749	128
	Dezembro	3.624	1.658	4.219	3.258	3.416	1.704	3.811	127
	Jan.-dez./2009	3.527	1.568	4.086	3.247	3.434	1.652	3.648	113

Fonte: PME/IBGE.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

1 - Indústria Extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

2 - Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e com. a varejo de combustíveis.

3 - Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.

4 - Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social.

5 - Atividades de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

6 - Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.

TABELA III.1
Admissões por UF

	2002[a]	2003[a]	2004[a]	2005[a]	2006[a]	2007[a]	2008[a]	Jan./2009	Fev./2009	Mar./2009	Abr./2009	Mai./2009	Jun./2009	Jul./2009	Ago./2009	Set./2009	Out./2009	Nov./2009	Dez./2009	Jan.-dez./ 2009[a]
RO	51.199	55.768	65.619	69.691	69.649	79.334	95.132	8.573	8.794	9.213	9.111	13.472	11.245	11.791	11.820	11.328	11.809	10.871	7.882	125.909
AC	11.687	10.728	11.884	14.943	17.580	16.278	21.148	1.571	1.536	1.778	2.156	1.920	2.351	2.281	2.498	2.296	1.911	2.123	1.369	23.790
AM	86.413	88.113	117.620	131.903	143.625	161.560	184.960	10.571	9.202	11.360	13.055	12.305	13.293	15.659	18.465	17.761	17.969	14.532	9.508	163.680
RR	5.221	5.966	7.311	8.228	7.937	9.522	13.001	1.020	1.030	1.157	1.158	1.154	1.039	1.169	1.194	1.294	1.409	1.097	871	13.592
PA	143.755	160.830	201.677	208.479	221.093	243.209	272.339	20.030	18.716	17.179	18.644	19.271	21.326	23.891	26.296	25.235	24.451	22.744	17.187	254.970
AP	9.491	10.699	12.901	14.584	15.290	18.041	21.656	1.319	1.414	1.769	2.014	1.692	1.640	1.709	1.967	1.762	2.017	1.704	1.422	20.429
TO	31.305	32.726	41.636	42.363	44.209	52.139	59.515	4.491	4.799	4.975	4.861	4.639	5.294	5.508	4.905	4.931	5.204	4.760	3.424	57.791
MA	60.558	62.670	70.431	85.854	94.335	111.763	144.739	10.212	9.664	12.153	10.095	10.523	11.470	13.024	14.399	11.864	11.756	12.856	9.629	137.645
PI	46.875	46.111	48.839	54.121	59.823	61.787	73.860	5.422	5.526	5.617	5.672	5.943	7.436	7.018	8.316	7.732	6.972	8.243	5.593	79.490
CE	215.582	210.583	227.205	240.637	267.041	295.833	345.458	25.447	24.722	28.131	27.705	28.010	32.357	37.224	39.267	38.239	36.638	36.356	25.108	379.204
RN	97.748	105.122	137.285	137.839	146.967	146.384	161.965	11.946	10.149	10.576	10.375	11.336	11.645	14.361	17.952	14.954	13.420	14.201	10.715	151.630
PB	74.189	67.107	73.471	79.613	84.592	92.780	103.426	7.567	7.574	7.964	7.391	8.071	7.996	11.865	14.261	11.281	9.017	9.140	7.012	109.139
PE	254.078	251.413	274.965	311.754	333.564	353.967	408.028	30.190	26.108	28.964	29.256	32.904	36.880	37.520	48.179	55.521	42.663	41.482	30.137	439.804
AL	88.185	93.277	99.851	103.837	110.055	109.173	120.327	7.295	4.960	5.390	5.329	6.122	6.685	7.643	7.710	41.524	13.924	8.636	5.852	121.070
SE	55.944	52.951	61.982	64.234	70.359	75.928	87.510	6.438	7.070	7.054	6.321	6.350	7.160	7.543	8.272	9.773	9.002	8.363	6.529	89.875
BA	348.538	349.688	406.076	470.493	473.212	531.251	610.700	47.677	42.462	51.525	50.752	53.628	52.668	57.724	58.899	58.493	57.101	57.655	45.963	634.547
MG	1.276.156	1.275.231	1.452.415	1.579.880	1.706.007	1.820.555	2.069.420	131.179	142.866	168.728	162.031	184.862	196.940	179.198	179.530	180.848	172.156	165.884	125.978	1.990.200
ES	221.484	222.795	255.143	291.455	314.285	339.581	390.245	25.791	28.101	31.229	31.431	40.302	30.568	31.846	31.014	30.509	31.722	30.888	27.147	370.548
RJ	890.500	863.172	930.436	1.017.193	1.047.227	1.168.783	1.361.327	99.747	103.794	122.194	109.147	114.913	112.610	117.192	117.078	116.655	116.233	119.901	104.143	1.353.607
SP	3.067.642	2.972.094	3.426.878	3.811.240	4.074.928	4.635.279	5.380.429	383.142	392.085	459.839	447.957	419.205	412.413	431.565	449.936	445.784	443.474	434.862	330.948	5.051.210
PR	710.236	735.432	860.828	898.971	933.008	1.067.382	1.250.348	95.623	95.160	115.512	103.198	100.791	98.635	100.119	102.661	106.051	103.794	103.578	70.522	1.195.644
SC	531.525	556.244	655.009	692.088	730.675	830.160	950.005	80.474	84.139	85.836	74.352	71.212	70.386	75.434	77.932	80.239	84.193	86.114	58.085	928.396
RS	757.568	777.864	914.638	869.708	881.310	986.199	1.161.486	89.407	88.282	105.542	94.578	84.233	83.087	84.871	93.978	95.937	100.920	107.593	83.798	1.112.226
MS	131.314	140.349	162.065	163.467	170.662	193.899	242.953	20.207	19.730	25.072	20.394	19.133	18.713	17.914	18.973	18.817	18.428	18.602	13.403	229.386
MT	182.489	201.391	253.451	240.380	227.021	268.853	327.013	27.651	28.244	27.972	25.861	27.118	29.945	31.434	29.022	29.267	27.799	23.134	16.713	324.160
GO	298.605	301.347	346.598	380.208	386.167	454.710	545.751	42.131	43.975	47.527	54.485	46.824	48.025	45.965	47.363	46.695	45.687	43.511	31.587	543.775
DF	164.092	159.672	180.282	195.838	200.528	216.939	256.590	21.429	23.452	25.255	23.117	22.642	24.542	26.713	25.568	26.790	24.246	24.213	17.956	285.923
Total	**9.812.379**	**9.809.343**	**11.296.496**	**12.179.001**	**12.831.149**	**14.341.289**	**16.659.331**	**1.216.550**	**1.233.554**	**1.419.511**	**1.350.446**	**1.348.575**	**1.356.349**	**1.398.181**	**1.457.455**	**1.491.580**	**1.433.915**	**1.413.043**	**1.068.481**	**16.187.640**

Fonte: Caged/MTE.

[a] Soma dos meses de janeiro a dezembro.

TABELA III.2
Desligamentos por UF

	2002[a]	2003[a]	2004[a]	2005[a]	2006[a]	2007[a]	2008[a]	Jan./2009	Fev./2009	Mar./2009	Abr./2009	Mai./2009	Jun./2009	Jul./2009	Ago./2009	Set./2009	Out./2009	Nov./2009	Dez./2009	Jan.-dez./ 2009[a]
RO	46.444	52.369	59.584	64.807	64.978	71.001	89.752	7.513	7.196	7.914	7.037	8.111	8.273	9.108	8.419	8.451	8.916	8.906	11.190	101.034
AC	10.872	10.881	11.064	12.607	16.400	16.374	20.649	1.638	1.575	1.918	1.563	1.477	1.839	1.951	1.657	2.012	1.772	2.029	2.390	21.821
AM	75.316	77.977	94.889	111.964	130.620	138.976	176.224	16.873	15.562	12.640	14.124	12.453	12.309	12.865	11.916	13.174	13.271	12.411	17.490	165.088
RR	5.180	5.719	6.397	6.765	7.269	8.180	12.427	914	993	1.085	1.077	1.105	1.046	1.230	1.050	831	1.035	886	1.151	12.403
PA	130.435	148.360	163.473	190.682	200.287	215.206	263.613	23.562	21.200	22.822	20.787	19.953	20.269	19.441	19.092	20.433	18.823	19.063	22.145	247.590
AP	8.704	10.938	9.995	13.273	13.878	16.337	19.707	1.985	1.422	1.870	1.516	1.698	1.816	1.712	1.624	1.556	1.903	1.481	1.655	20.238
TO	30.880	29.700	35.833	41.369	42.069	45.034	58.805	4.659	3.772	4.783	4.243	4.617	5.091	4.673	4.714	4.600	3.920	4.466	5.208	54.746
MA	57.316	56.577	60.392	72.972	80.603	95.585	125.395	13.414	10.907	12.555	10.974	11.749	12.633	11.829	12.401	10.947	11.438	10.126	13.456	142.429
PI	41.549	44.158	42.949	47.559	52.283	53.886	62.536	6.023	5.775	5.467	5.396	4.909	5.200	5.617	5.551	5.301	4.525	5.452	7.547	66.763
CE	184.751	191.938	195.965	209.762	233.481	256.111	304.017	32.308	25.195	26.759	24.475	25.857	26.605	27.701	25.477	25.273	25.594	24.060	25.464	314.768
RN	86.992	98.042	119.293	119.443	131.626	131.380	148.434	14.923	15.538	13.046	13.002	13.128	10.909	11.462	11.176	10.533	10.843	9.856	12.414	146.830
PB	67.029	70.459	60.758	68.845	71.516	80.623	93.531	7.857	12.410	12.154	7.522	7.022	7.152	7.594	7.462	6.638	5.781	6.269	7.987	95.848
PE	236.905	237.584	237.539	271.524	294.679	307.619	355.228	38.162	27.085	51.216	40.241	27.580	27.090	30.035	29.189	30.476	31.040	29.713	31.260	393.087
AL	80.373	82.405	90.169	98.132	98.000	109.678	117.005	8.479	9.946	20.972	22.009	7.122	6.659	6.084	6.432	5.958	6.019	6.536	7.033	113.249
SE	45.108	50.469	52.091	56.590	62.771	67.143	76.472	6.757	6.031	8.385	7.064	7.221	6.430	6.377	6.002	6.085	6.261	5.372	6.692	78.677
BA	311.240	323.186	353.352	406.541	448.123	472.531	569.778	48.594	42.040	47.028	46.835	44.568	46.549	47.932	47.814	47.728	49.658	44.414	50.217	563.377
MG	1.180.740	1.199.582	1.277.161	1.424.471	1.553.713	1.652.157	1.938.698	157.979	143.735	159.329	146.429	147.344	151.344	176.215	170.917	173.397	156.258	140.905	175.740	1.899.592
ES	197.932	209.792	219.136	250.795	282.316	314.507	360.871	29.516	28.471	30.740	26.682	30.241	37.219	31.945	27.366	26.302	25.436	25.785	31.870	351.573
RJ	817.854	804.625	822.606	896.082	931.069	1.023.997	1.206.731	116.285	98.314	116.036	102.455	106.993	107.155	107.543	101.237	101.996	99.528	95.288	111.902	1.264.732
SP	2.867.964	2.800.585	2.929.226	3.338.309	3.602.301	4.023.740	4.854.822	421.818	392.180	425.608	375.935	374.684	384.811	378.754	371.953	386.237	374.328	365.195	522.134	4.773.637
PR	651.647	673.062	738.180	826.597	846.612	945.021	1.139.445	94.031	92.666	104.670	95.261	89.109	92.671	93.197	88.224	92.311	90.367	87.547	106.506	1.126.560
SC	482.084	510.563	564.258	628.457	669.353	746.530	876.099	74.067	78.465	86.129	73.516	73.284	69.265	70.251	65.944	67.522	68.051	68.267	82.621	877.382
RS	714.880	730.183	797.816	843.445	829.211	891.875	1.070.932	86.609	87.535	100.808	91.643	88.309	84.481	85.352	82.995	81.552	81.324	81.870	95.522	1.048.000
MS	119.843	127.849	141.978	158.855	164.155	181.977	233.087	18.105	17.522	20.132	20.080	17.821	16.776	17.968	17.086	16.579	16.981	16.452	20.984	216.486
MT	171.610	185.078	225.683	246.156	222.890	244.297	304.120	24.327	22.866	29.050	26.415	26.345	24.492	26.760	26.021	26.925	27.007	27.193	31.347	318.748
GO	279.342	280.568	309.345	348.536	365.106	413.557	498.404	40.296	35.917	39.613	39.823	41.721	40.677	41.458	40.809	41.445	43.015	45.556	59.041	509.371
DF	146.975	151.261	154.088	170.482	187.154	200.575	230.345	21.604	20.057	21.964	18.137	22.597	28.093	24.725	22.801	24.701	19.865	21.250	22.707	268.501
Total	**9.049.965**	**9.163.910**	**9.773.220**	**10.925.020**	**11.602.463**	**12.723.897**	**15.207.127**	**1.318.298**	**1.224.375**	**1.384.693**	**1.244.241**	**1.217.018**	**1.236.854**	**1.259.779**	**1.215.329**	**1.238.963**	**1.202.959**	**1.166.348**	**1.483.673**	**15.192.530**

Fonte: Caged/MTE.

[a] Soma dos meses de janeiro a dezembro.

TABELA III.3
Variação do nível de emprego por UF

	2002[a]	2003[a]	2004[a]	2005[a]	2006[a]	2007[a]	2008[a]	Jan./2009	Fev./2009	Mar./2009	Abr./2009	Mai./2009	Jun./2009	Jul./2009	Ago./2009	Set./2009	Out./2009	Nov./2009	Dez./2009	Jan.-dez./ 2009[a]
RO	4.755	3.399	6.035	4.884	4.671	8.333	5.380	1.060	1.598	1.299	2.074	5.361	2.972	2.683	3.401	2.877	2.893	1.965	-3308	24.875
AC	815	-153	820	2.336	1.180	-96	499	-67	-39	-140	593	443	512	330	841	284	139	94	-1021	1.969
AM	11.097	10.136	22.731	19.939	13.005	22.584	8.736	-6.302	-6.360	-1.280	-1.069	-148	984	2.794	6.549	4.587	4.698	2.121	-7982	-1.408
RR	41	247	914	1.463	668	1.342	574	106	37	72	81	49	-7	-61	144	463	374	211	-280	1.189
PA	13.320	12.470	38.204	17.797	20.806	28.003	8.726	-3.532	-2.484	-5.643	-2.143	-682	1.057	4.450	7.204	4.802	5.628	3.681	-4958	7.380
AP	787	-239	2.906	1.311	1.412	1.704	1.949	-666	-8	-101	498	-6	-176	-3	343	206	114	223	-233	191
TO	425	3.026	5.803	994	2.140	7.105	710	-168	1.027	192	618	22	203	835	191	331	1.284	294	-1784	3.045
MA	3.242	6.093	10.039	12.882	13.732	16.178	19.344	-3.202	-1.243	-402	-879	-1.226	-1.163	1.195	1.998	917	318	2.730	-3827	-4.784
PI	5.326	1.953	5.890	6.562	7.540	7.901	11.324	-601	-249	150	276	1.034	2.236	1.401	2.765	2.431	2.447	2.791	-1954	12.727
CE	30.831	18.645	31.240	30.875	33.560	39.722	41.441	-6.861	-473	1.372	3.230	2.153	5.752	9.523	13.790	12.966	11.044	12.296	-356	64.436
RN	10.756	7.080	17.992	18.396	15.341	15.004	13.531	-2.977	-5.389	-2.470	-2.627	-1.792	736	2.899	6.776	4.421	2.577	4.345	-1699	4.800
PB	7.160	-3.352	12.713	10.768	13.076	12.157	9.895	-290	-4.836	-4.190	-131	1.049	844	4.271	6.799	4.643	3.236	2.871	-975	13.291
PE	17.173	13.829	37.426	40.230	38.885	46.348	52.800	-7.972	-977	-22.252	-10.985	5.324	9.790	7.485	18.990	25.045	11.623	11.769	-1123	46.717
AL	7.812	10.872	9.682	5.705	12.055	-505	3.322	-1.184	-4.986	-15.582	-16.680	-1.000	26	1.559	1.278	35.566	7.905	2.100	-1181	7.821
SE	10.836	2.482	9.891	7.644	7.588	8.785	11.038	-319	1.039	-1.331	-743	-871	730	1.166	2.270	3.688	2.741	2.991	-163	11.198
BA	37.298	26.502	52.724	63.952	25.089	58.720	40.922	-917	422	4.497	3.917	9.060	6.119	9.792	11.085	10.765	7.443	13.241	-4254	71.170
MG	95.416	75.649	175.254	155.409	152.294	168.398	130.722	-26.800	-869	9.399	15.602	37.518	45.596	2.983	8.613	7.451	15.898	24.979	-49762	90.608
ES	23.552	13.003	36.007	40.660	31.969	25.074	29.374	-3.725	-370	489	4.749	10.061	-6.651	-99	3.648	4.207	6.286	5.103	-4723	18.975
RJ	72.646	58.547	107.830	121.111	116.158	144.786	154.596	-16.538	5.480	6.158	6.692	7.920	5.455	9.649	15.841	14.659	16.705	24.613	-7759	88.875
SP	199.678	171.509	497.652	472.931	472.627	611.539	525.607	-38.676	-95	34.231	72.022	44.521	27.602	52.811	77.983	59.547	69.146	69.667	-191186	277.573
PR	58.589	62.370	122.648	72.374	86.396	122.361	110.903	1.592	2.494	10.842	7.937	11.682	5.964	6.922	14.437	13.740	13.427	16.031	-35984	69.084
SC	49.441	45.681	90.751	63.631	61.322	83.630	73.906	6.407	5.674	-293	836	-2.072	1.121	5.183	11.988	12.717	16.142	17.847	-24536	51.014
RS	42.688	47.681	116.822	26.263	52.099	94.324	90.554	2.798	747	4.734	2.935	-4.076	-1.394	-481	10.983	14.385	19.596	25.723	-11724	64.226
MS	11.471	12.500	20.087	4.612	6.507	11.922	9.866	2.102	2.208	4.940	314	1.312	1.937	-54	1.887	2.238	1.447	2.150	-7581	12.900
MT	10.879	16.313	27.768	-5.776	4.131	24.556	22.893	3.324	5.378	-1.078	-554	773	5.453	4.674	3.001	2.342	792	-4.059	-14634	5.412
GO	19.263	20.779	37.253	31.672	21.061	41.153	47.347	1.835	8.058	7.914	14.662	5.103	7.348	4.507	6.554	5.250	2.672	-2.045	-27454	34.404
DF	17.117	8.411	26.194	25.356	13.374	16.364	26.245	-175	3.395	3.291	4.980	45	-3.551	1.988	2.767	2.089	4.381	2.963	-4751	17.422
Total	**762.414**	**645.433**	**1.523.276**	**1.253.981**	**1.228.686**	**1.617.392**	**1.452.204**	**-101.748**	**9.179**	**34.818**	**106.205**	**131.557**	**119.495**	**138.402**	**242.126**	**252.617**	**230.956**	**246.695**	**-415.192**	**995.110**

Fonte: Caged/MTE.

[a] Soma dos meses de janeiro a dezembro.

TABELA III.4
Admissões por setor de atividade

		Extrativa mineral	Indústria transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999[a]		30.619	1.794.460	50.091	919.971	1.882.359	2.940.430	86.262	457.624	19.609	8.181.425
2000[a]		36.878	2.066.171	46.848	1.052.518	2.109.061	3.426.286	79.794	840.289	10.287	9.668.132
2001[a]		34.171	2.121.599	66.214	1.116.777	2.293.126	3.712.195	97.241	905.673	4.647	10.351.643
2002[a]		31.582	2.026.046	46.818	1.032.656	2.234.658	3.402.894	88.016	949.651	59	9.812.380
2003[a]		33.158	2.040.075	39.441	926.269	2.274.583	3.390.358	72.855	1.031.572	1.032	9.809.343
2004[a]		40.357	2.512.042	47.204	1.005.910	2.639.535	3.767.385	72.036	1.211.892	135	11.296.496
2005[a]		45.115	2.551.984	63.288	1.091.798	2.912.498	4.218.210	97.546	1.198.355	207	12.179.001
2006[a]		46.759	2.692.463	66.406	1.257.480	2.940.198	4.717.250	85.068	1.025.525	0	12.831.149
2007[a]		48.370	3.126.985	61.347	1.428.582	3.298.542	4.969.393	97.321	1.310.749	0	14.341.289
2008[a]		54.161	3.525.765	70.994	1.866.537	3.774.888	5.856.365	105.502	1.405.119	0	16.659.331
2009	Janeiro	2.984	216.799	6.903	151.465	283.068	452.142	11.678	91.511	0	1.216.550
	Fevereiro	2.882	221.522	6.654	138.627	270.441	482.005	20.573	90.850	0	1.233.554
	Março	3.307	281.783	6.843	168.517	308.549	519.142	14.230	117.140	0	1.419.511
	Abril	3.390	281.015	6.876	152.788	293.078	482.602	10.340	120.357	0	1.350.446
	Maio	3.627	249.233	6.258	162.176	298.366	477.454	8.462	142.999	0	1.348.575
	Junho	3.625	246.138	6.204	166.244	303.306	471.045	7.956	151.831	0	1.356.349
	Julho	3.785	263.157	7.998	180.477	316.277	481.449	8.915	136.123	0	1.398.181
	Agosto	4.169	298.018	6.079	184.570	328.428	520.583	8.815	106.793	0	1.457.455
	Setembro	4.227	351.039	5.602	182.719	336.475	508.162	7.011	96.345	0	1.491.580
	Outubro	4.290	299.291	6.271	178.624	349.639	499.498	6.245	90.057	0	1.433.915
	Novembro	3.607	268.455	6.508	171.342	384.666	494.917	5.335	78.213	0	1.413.043
	Dezembro	3.022	170.635	5.412	112.529	311.235	413.756	3.244	48.648	0	1.068.481
	Jan.-dez./2009	42.915	3.147.085	77.608	1.950.078	3.783.528	5.802.755	112.804	1.270.867	0	16.187.640

Fonte: Caged/MTE.

[a] Soma dos meses de janeiro a dezembro.

TABELA III.5
Desligamentos por setor de atividade

		Extrativa mineral	Indústria transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999[a]		31.951	1.779.561	66.090	1.033.114	1.867.783	2.925.528	77.086	577.175	19.138	8.377.426
2000[a]		33.169	1.873.308	62.138	1.054.145	1.933.589	3.142.358	76.612	830.494	4.723	9.010.536
2001[a]		31.720	2.017.777	64.674	1.150.181	2.083.321	3.401.233	85.467	922.801	3.390	9.760.564
2002[a]		25.999	1.864.875	41.541	1.062.081	1.951.397	3.117.097	77.812	909.072	91	9.049.965
2003[a]		26.553	1.911.284	36.294	974.424	2.048.675	3.130.073	63.025	973.374	208	9.163.910
2004[a]		30.020	2.007.432	42.638	955.147	2.235.595	3.297.262	72.418	1.132.618	90	9.773.220
2005[a]		35.585	2.374.436	49.755	1.006.745	2.522.683	3.648.505	75.947	1.211.233	131	10.925.020
2006[a]		34.707	2.442.224	59.037	1.171.684	2.603.404	4.195.641	76.815	1.018.951	0	11.602.463
2007[a]		38.608	2.732.401	53.595	1.251.827	2.893.451	4.382.290	82.069	1.289.656	0	12.723.897
2008[a]		45.490	3.347.090	63.029	1.668.669	3.392.670	5.208.106	95.186	1.386.887	0	15.207.127
2009	Janeiro	3.443	271.929	6.190	140.141	333.849	449.690	9.444	103.612	0	1.318.298
	Fevereiro	3.587	277.978	5.847	135.785	280.716	424.487	6.082	89.893	0	1.224.375
	Março	3.267	317.558	6.375	152.394	318.246	469.862	7.089	109.902	0	1.384.693
	Abril	3.972	280.832	6.302	139.400	287.431	423.323	5.308	97.673	0	1.244.241
	Maio	3.456	248.533	5.992	144.769	283.760	433.425	7.011	90.072	0	1.217.018
	Junho	3.651	244.137	5.401	147.923	285.784	448.168	7.128	94.662	0	1.236.854
	Julho	3.687	245.803	5.501	148.302	288.941	453.794	7.111	106.640	0	1.259.779
	Agosto	3.192	231.454	5.888	144.613	271.615	435.015	5.510	118.042	0	1.215.329
	Setembro	3.091	227.721	7.645	150.052	286.174	445.394	5.477	113.409	0	1.238.963
	Outubro	3.133	224.739	5.386	152.468	281.123	429.917	4.567	101.626	0	1.202.959
	Novembro	2.994	228.861	5.844	153.551	268.095	407.665	4.497	94.841	0	1.166.348
	Dezembro	3.406	336.675	6.253	163.495	300.637	481.838	25.505	165.864	0	1.483.673
	Jan.-dez./2009	40.879	3.136.220	72.624	1.772.893	3.486.371	5.302.578	94.729	1.286.236	0	15.192.530

Fonte: Caged/MTE.

[a] Soma dos meses de janeiro a dezembro.

TABELA III.6
Variação do nível de emprego formal por setor de atividade

		Extrativa mineral	Indústria transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999[a]		-1.332	14.899	-15.999	-113.143	14.576	14.902	9.176	-119.551	471	-196.001
2000[a]		3.709	192.863	-15.290	-1.627	175.472	283.928	3.182	9.795	5.564	657.596
2001[a]		2.451	103.822	1.540	-33.404	209.805	310.962	11.774	-17.128	1.257	591.079
2002[a]		5.583	161.171	5.277	-29.425	283.261	285.797	10.204	40.579	-33	762.414
2003[a]		6.605	128.791	3.147	-48.155	225.908	260.285	9.830	58.198	824	645.433
2004[a]		10.337	504.610	4.566	50.763	403.940	470.123	-382	79.274	45	1.523.276
2005[a]		9.530	177.548	13.533	85.053	389.815	569.705	21.599	-12.878	76	1.253.981
2006[a]		12.052	250.239	7.369	85.796	336.794	521.609	8.253	6.574	0	1.228.686
2007[a]		9.762	394.584	7.752	176.755	405.091	587.103	15.252	21.093	0	1.617.392
2008[a]		8.671	178.675	7.965	197.868	382.218	648.259	10.316	18.232	0	1.452.204
2009	Janeiro	-459	-55.130	713	11.324	-50.781	2.452	2.234	-12.101	0	-101.748
	Fevereiro	-705	-56.456	807	2.842	-10.275	57.518	14.491	957	0	9.179
	Março	40	-35.775	468	16.123	-9.697	49.280	7.141	7.238	0	34.818
	Abril	-582	183	574	13.388	5.647	59.279	5.032	22.684	0	106.205
	Maio	171	700	266	17.407	14.606	44.029	1.451	52.927	0	131.557
	Junho	-26	2.001	803	18.321	17.522	22.877	828	57.169	0	119.495
	Julho	98	17.354	2.497	32.175	27.336	27.655	1.804	29.483	0	138.402
	Agosto	977	66.564	191	39.957	56.813	85.568	3.305	-11.249	0	242.126
	Setembro	1.136	123.318	-2.043	32.667	50.301	62.768	1.534	-17.064	0	252.617
	Outubro	1.157	74.552	885	26.156	68.516	69.581	1.678	-11.569	0	230.956
	Novembro	613	39.594	664	17.791	116.571	87.252	838	-16.628	0	246.695
	Dezembro	-384	-166.040	-841	-50.966	10.598	-68.082	-22.261	-117.216	0	-415.192
	Jan.-dez./2009	2.036	10.865	4.984	177.185	297.157	500.177	18.075	-15.369	0	995.110

Fonte: Caged/MTE.

[a] Soma dos meses de janeiro a dezembro.

TABELA IV.1
Taxa de desemprego por região metropolitana : PME
(Em %)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002[a]		12,5	15,0	10,6	10,1	12,7	8,8	11,7	n.d.	n.d.
2003		13,8	16,7	10,8	9,2	14,1	9,5	12,3	8,9	12,1
2004		12,7	16,0	10,6	9,0	12,6	8,6	11,5	8,1	11,2
2005		13,2	15,5	8,8	7,7	10,2	7,4	9,8	7,4	9,7
2006		14,6	13,7	8,5	7,9	10,5	8,0	10,0	6,9	9,8
2007		12,0	13,7	7,6	7,2	10,1	7,3	9,3	6,2	9,1
2008		9,3	11,5	6,5	6,8	8,4	5,9	7,9	5,4	7,7
2009	Janeiro	8,6	11,2	6,4	6,6	9,4	5,6	8,2	5,4	8,0
	Fevereiro	9,1	11,0	6,8	6,4	10,0	6,0	8,5	6,3	8,3
	Março	10,4	11,9	6,6	6,9	10,5	6,4	9,0	6,3	8,8
	Abril	10,6	12,4	6,8	6,8	10,2	6,2	8,9	6,1	8,7
	Maio	10,5	12,1	6,7	6,6	10,2	6,1	8,8	5,5	8,6
	Junho	10,2	11,2	6,9	6,3	9,0	5,6	8,1	5,2	7,9
	Julho	10,2	11,4	6,1	6,3	8,9	5,8	8,0	5,6	7,8
	Agosto	10,9	11,4	7,5	5,6	9,1	5,4	8,1	5,7	7,9
	Setembro	10,5	10,9	6,4	5,5	8,7	5,4	7,7	5,0	7,5
	Outubro	9,5	10,4	6,1	5,6	8,6	5,1	7,5	4,9	7,3
	Novembro	9,5	11,1	5,9	5,5	8,1	5,3	7,4	4,5	7,2
	Dezembro	8,4	10,7	5,1	5,4	7,5	4,3	6,8	3,8	6,6
	Jan.-dez./2009	9,9	11,3	6,4	6,1	9,2	5,6	8,1	5,4	7,9

Fontes:PME/IBGE e PME/Ipardes.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

n.d.= não-disponível.

TABELA IV.2
Taxa de desemprego aberto: PED
(Em %)

Período		SP	DF	POA	SAL	RE	BH
2002[a]		12,2	12,8	10,2	16,5	11,4	11,6
2003		12,7	14,6	11,0	17,1	13,6	12,2
2004		11,8	13,2	10,7	15,0	14,4	12,7
2005		10,6	12,4	10,3	14,3	13,8	11,0
2006		10,4	11,4	10,3	14,9	13,5	9,8
2007		10,1	11,5	9,6	13,9	12,4	8,8
2008		9,3	10,9	8,4	12,2	12,1	7,6
2009	Janeiro	9,2	10,0	7,6	11,5	10,5	6,9
	Fevereiro	9,8	10,2	7,8	11,5	10,8	7,6
	Março	10,8	11,1	9,0	12,0	11,8	8,3
	Abril	10,9	11,5	9,7	12,7	12,5	9,1
	Maio	10,8	11,7	10,1	13,6	12,4	8,9
	Junho	10,3	11,2	9,5	13,9	11,8	8,5
	Julho	10,5	10,8	9,2	13,3	11,4	8,2
	Agosto	10,1	10,4	8,8	12,8	11,9	8,1
	Setembro	10,1	10,4	8,4	12,0	12,0	7,8
	Outubro	9,9	10,3	8,1	11,4	11,8	7,5
	Novembro	9,4	10,3	7,9	11,0	10,6	7,4
	Dezembro	8,5	9,7	7,4	10,6	10,7	7,6
	Jan.-dez./2009	10,0	10,6	8,6	12,2	11,5	8,0

Fonte: PED/Dieese.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

n.d.= não-disponível.

TABELA IV.3
Taxa de desemprego oculto por desalento: PED
(Em %)

Período		SP	DF	POA	SAL	RE	BH
2002[a]		2,0	3,6	1,8	3,2	4,5	2,4
2003		2,1	3,6	2,0	3,4	4,7	2,8
2004		1,9	3,7	1,7	3,1	4,5	2,6
2005		1,6	3,0	1,4	2,8	4,1	2,7
2006		1,5	3,2	1,3	2,1	3,8	2,0
2007		1,3	2,9	1,1	1,7	3,5	1,6
2008		1,1	2,8	n.d.	2,3	3,1	1,3
2009	Janeiro	1,0	2,7	n.d.	2,5	3,3	1,0
	Fevereiro	1,1	2,9	n.d.	2,6	3,6	1,0
	Março	1,2	3,0	n.d.	2,5	3,8	1,1
	Abril	1,1	2,8	n.d.	2,3	3,5	1,0
	Maio	1,0	2,6	n.d.	2,4	3,4	1,3
	Junho	0,9	2,5	n.d.	2,3	3,1	1,4
	Julho	1,1	2,4	n.d.	2,2	3,1	1,5
	Agosto	1,1	2,5	n.d.	2,3	2,9	1,3
	Setembro	1,1	2,5	n.d.	2,3	2,8	1,3
	Outubro	1,0	2,5	n.d.	2,2	2,7	1,1
	Novembro	0,8	2,4	n.d.	1,9	2,6	1,2
	Dezembro	0,9	2,2	n.d.	1,9	2,6	1,1
	Jan.-dez./2009	1,0	2,6	n.d.	2,3	3,1	1,2

Fonte: PED/Dieese.
[a] Média referente ao período mar.-dez.
n.d.= não-disponível.

TABELA IV.4
Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED
(Em %)

Período		SP	DF	POA	SAL	RE	BH
2002[a]		4,9	4,3	3,5	7,7	4,7	4,1
2003		5,1	4,6	3,6	7,6	4,6	4,7
2004		5,1	4,2	3,6	7,6	4,5	4,1
2005		4,9	3,7	2,9	7,4	4,3	3,3
2006		4,1	4,2	2,8	6,7	4,1	2,2
2007		3,6	3,4	2,3	6,3	4,0	1,8
2008		3,1	3,0	2,0	5,9	4,5	1,1
2009	Janeiro	2,3	2,9	1,6	5,4	4,5	0,9
	Fevereiro	2,6	3,1	1,7	5,2	4,7	0,8
	Março	2,9	3,1	1,7	5,6	4,7	0,8
	Abril	3,0	3,2	1,8	5,5	4,7	0,7
	Maio	3,0	2,7	1,8	5,6	4,6	0,8
	Junho	3,0	2,7	1,8	5,1	4,5	1,1
	Julho	3,2	2,6	2,0	5,4	4,4	1,3
	Agosto	2,9	2,7	1,9	4,9	4,7	1,5
	Setembro	2,8	2,3	1,9	5,1	4,9	1,3
	Outubro	2,4	2,3	1,6	5,1	4,7	1,4
	Novembro	2,6	2,6	1,5	4,9	4,5	1,2
	Dezembro	2,6	2,6	1,5	4,5	4,2	1,1
	Jan.-dez./2009	2,8	2,7	1,7	5,2	4,6	1,1

Fonte: PED/Dieese.
[a] Média referente ao período mar.-dez.
n.d.= não-disponível.

TABELA IV.5
Taxa de desemprego total: PED
(Em %)

Período		SP	DF	POA	SAL	RE	BH
2002[a]		19,1	20,7	15,4	27,4	20,5	18,1
2003		19,9	22,8	16,6	28,1	22,9	19,8
2004		18,8	21,1	15,9	25,7	23,3	19,4
2005		17,0	19,1	14,6	24,5	22,2	16,9
2006		15,9	18,8	14,4	23,7	21,4	14,0
2007		15,0	17,8	12,9	21,9	19,9	12,3
2008		13,5	16,7	11,3	20,3	19,7	10,0
2009	Janeiro	12,5	15,7	10,0	19,4	18,3	8,8
	Fevereiro	13,5	16,3	10,4	19,4	19,1	9,4
	Março	14,9	17,2	11,7	20,1	20,3	10,2
	Abril	15,0	17,5	12,1	20,5	20,7	10,8
	Maio	14,8	17,0	12,6	21,6	20,4	11,0
	Junho	14,2	16,4	12,0	21,3	19,4	11,0
	Julho	14,8	15,9	12,0	20,9	18,9	11,0
	Agosto	14,2	15,5	11,6	20,0	19,5	10,9
	Setembro	14,1	15,3	11,3	19,4	19,7	10,4
	Outubro	13,2	15,1	10,4	18,7	19,2	10,0
	Novembro	12,8	15,3	10,0	17,8	17,7	9,8
	Dezembro	11,9	14,5	9,4	17,0	17,5	9,8
	Jan.-dez./2009	13,8	16,0	11,1	19,7	19,2	10,3

Fonte: PED/Dieese.
[a] Média referente ao período mar.-dez.
n.d.= não-disponível.

TABELA IV.6
Taxa de desemprego por gênero : PME
(Em %)

Período		Masculino	Feminino
2002[a]		9,9	13,9
2003		10,1	15,2
2004		9,1	14,4
2005		7,8	12,4
2006		8,1	12,2
2007		7,4	11,6
2008		6,1	10,0
2009	Janeiro	6,3	10,4
	Fevereiro	6,7	10,6
	Março	7,3	11,1
	Abril	7,2	10,9
	Maio	7,3	10,7
	Junho	6,8	9,7
	Julho	6,6	9,6
	Agosto	6,6	9,9
	Setembro	6,3	9,3
	Outubro	6,0	9,4
	Novembro	5,7	9,2
	Dezembro	5,4	8,4
	Jan.-dez./2009	6,5	9,9

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.7
Taxa de desemprego por grau de instrução
(Anos de escolaridade, em %)

Período		< 8	8 - 10	> = 11
2002[a]		12,0	15,4	9,6
2003		12,0	16,6	10,7
2004		10,5	15,8	10,4
2005		8,8	13,4	9,1
2006		8,9	13,6	9,2
2007		8,1	12,6	8,8
2008		6,7	10,6	7,5
2009	Janeiro	6,9	10,2	8,2
	Fevereiro	7,0	10,3	8,6
	Março	7,1	11,3	9,2
	Abril	7,4	11,4	8,8
	Maio	7,5	11,5	8,6
	Junho	6,7	10,5	8,0
	Julho	6,7	10,6	7,8
	Agosto	6,6	11,0	7,8
	Setembro	6,3	10,6	7,4
	Outubro	6,1	10,1	7,3
	Novembro	5,7	10,0	7,2
	Dezembro	5,7	8,8	6,6
	Jan.-dez./2009	6,6	10,5	8,0

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.8
Taxa de desemprego por faixa etária
(Em %)

Período		15 - 17	18 - 24	25 - 49	> = 50
2002[a]		34,2	21,6	9,0	4,9
2003		38,2	23,4	9,4	5,3
2004		35,4	22,5	8,7	4,7
2005		33,3	20,6	7,4	3,7
2006		32,6	21,1	7,6	3,7
2007		31,9	19,8	7,2	3,2
2008		28,8	16,6	6,3	2,8
2009	Janeiro	27,2	16,9	6,8	3,3
	Fevereiro	27,9	18,0	7,0	3,3
	Março	32,0	19,9	7,2	3,1
	Abril	31,7	19,1	7,2	3,2
	Maio	29,5	18,9	7,2	3,3
	Junho	27,7	17,6	6,6	3,1
	Julho	27,7	17,4	6,5	2,8
	Agosto	29,3	17,4	6,6	3,0
	Setembro	27,2	16,5	6,5	2,7
	Outubro	27,7	16,3	6,1	2,6
	Novembro	28,9	15,3	6,1	2,9
	Dezembro	27,0	14,6	5,5	2,7
	Jan.-dez./2009	28,7	17,3	6,6	3,0

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.9
Taxa de desemprego por posição na família: PME
(Em %)

Período		Chefe	Outros
2002[a]		7,1	15,7
2003		7,2	16,9
2004		6,4	15,9
2005		5,6	13,6
2006		5,6	13,7
2007		5,0	12,9
2008		4,3	11,0
2009	Janeiro	4,7	11,2
	Fevereiro	5,0	11,5
	Março	4,9	12,6
	Abril	5,0	12,2
	Maio	4,9	12,2
	Junho	4,6	11,2
	Julho	4,5	11,0
	Agosto	4,6	11,2
	Setembro	4,3	10,7
	Outubro	4,1	10,5
	Novembro	4,1	10,2
	Dezembro	3,8	9,5
	Jan.-dez./2009	4,5	11,2

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.10
Composição do desemprego por gênero: PME
(Em %)

Período		Masculino	Feminino
2002[a]		47,7	52,3
2003		45,4	54,6
2004		43,6	56,4
2005		43,5	56,5
2006		44,8	55,2
2007		43,3	56,7
2008		41,9	58,1
2009	Janeiro	41,7	58,3
	Fevereiro	43,3	56,7
	Março	43,9	56,1
	Abril	44,1	55,9
	Maio	44,5	55,5
	Junho	45,1	54,9
	Julho	44,8	55,2
	Agosto	43,6	56,4
	Setembro	44,0	56,0
	Outubro	42,6	57,4
	Novembro	41,8	58,2
	Dezembro	42,5	57,5
	Jan.-dez./2009	43,5	56,5

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.11
Composição do desemprego por posição na família: PME
(Em %)

Período		Chefe	Outros
2002[a]		29,2	70,8
2003		27,6	72,4
2004		26,1	73,9
2005		26,4	73,6
2006		26,1	73,9
2007		24,8	75,2
2008		25,3	74,7
2009	Janeiro	26,5	73,5
	Fevereiro	27,3	72,7
	Março	25,2	74,8
	Abril	26,0	74,0
	Maio	25,7	74,3
	Junho	26,4	73,6
	Julho	26,2	73,8
	Agosto	26,2	73,8
	Setembro	25,4	74,6
	Outubro	25,4	74,6
	Novembro	25,8	74,2
	Dezembro	25,8	74,2
	Jan.-dez./2009	26,0	74,0

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.12
Composição do desemprego por faixa etária: PME
(Em %)

Período		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002[a]		0,7	8,3	36,8	48,0	6,2
2003		0,9	9,0	36,5	47,0	6,6
2004		0,7	8,6	37,4	46,7	6,6
2005		0,5	8,1	38,6	46,5	6,4
2006		0,5	7,9	38,2	46,9	6,4
2007		0,6	7,6	37,7	48,0	6,2
2008		0,6	7,6	36,0	49,1	6,7
2009	Janeiro	0,6	6,5	33,6	51,4	7,9
	Fevereiro	0,2	6,4	34,9	50,7	7,6
	Março	0,2	7,1	36,9	49,0	6,8
	Abril	0,5	7,0	35,9	49,7	6,9
	Maio	0,4	6,1	35,6	50,7	7,1
	Junho	0,4	6,2	35,6	50,4	7,4
	Julho	0,6	6,1	35,9	50,6	6,8
	Agosto	0,6	6,3	35,2	50,5	7,4
	Setembro	0,4	5,9	35,2	51,7	6,9
	Outubro	0,5	6,7	35,6	50,2	7,0
	Novembro	0,4	7,4	33,7	50,4	8,0
	Dezembro	0,7	6,7	34,7	49,7	8,1
	Jan.-dez./2009	0,5	6,5	35,2	50,4	7,3

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.13
Composição do desemprego por grau de instrução
(Anos de escolaridade, em %)

Período		< 8	8 - 10	> = 11
2002[a]		36,2	26,9	36,8
2003		33,2	26,9	39,8
2004		29,9	26,9	43,2
2005		27,7	26,1	46,2
2006		26,4	25,7	47,8
2007		24,2	25,1	50,7
2008		22,5	24,6	52,9
2009	Janeiro	21,4	21,9	56,7
	Fevereiro	21,1	21,2	57,7
	Março	19,7	22,0	58,4
	Abril	20,5	22,6	56,9
	Maio	20,8	23,2	56,0
	Junho	20,1	23,1	56,8
	Julho	20,4	23,6	56,1
	Agosto	19,9	24,4	55,7
	Setembro	20,2	24,3	55,5
	Outubro	19,8	24,4	55,8
	Novembro	19,1	25,0	55,9
	Dezembro	20,9	23,4	55,7
	Jan.-dez./2009	20,3	23,3	56,4

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.14
Composição do desemprego por faixa de duração
(Em %)

Período		<1	1 - 6	7 - 11	12 - 23	> = 24
2002[a]		20,8	40,8	9,8	14,4	14,3
2003		18,3	47,6	10,8	12,0	11,4
2004		20,5	43,6	9,8	13,5	12,6
2005		22,5	43,9	9,1	12,7	11,8
2006		21,6	46,5	9,3	12,4	10,2
2007		24,3	46,7	8,3	12,2	8,5
2008		23,8	48,9	8,4	10,7	8,3
2009	Janeiro	33,2	46,0	7,1	8,1	5,7
	Fevereiro	28,6	51,4	6,2	7,8	6,0
	Março	24,7	53,9	6,8	7,4	7,2
	Abril	23,4	55,2	6,0	8,4	7,0
	Maio	22,7	55,2	7,3	8,5	6,4
	Junho	24,8	52,9	7,6	8,5	6,3
	Julho	26,5	50,7	8,7	8,4	5,8
	Agosto	27,9	46,8	10,2	9,0	6,1
	Setembro	24,0	48,1	12,2	10,1	5,6
	Outubro	25,8	46,1	11,0	10,8	6,4
	Novembro	24,8	44,8	11,5	10,1	8,7
	Dezembro	23,2	45,5	11,8	11,6	8,0
	Jan.-dez./2009	25,8	49,7	8,9	9,1	6,6

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA V.1
Requerentes, segurados e valor médio do benefício

Período		Requerentes	Segurados	Taxa de habilitação	V.M.B.[b]
2002[a]		4.884.001	4.803.535	98,35	1,42
2003[a]		5.051.407	4.971.712	98,42	1,38
2004[a]		4.892.760	4.812.008	98,35	1,39
2005[a]		5.473.693	5.362.968	97,98	1,36
2006[a]		5.857.041	5.749.511	98,16	1,31
2007[a]		6.275.716	6.149.789	97,99	1,29
2008[a]		6.950.857	6.816.600	98,07	1,28
2009	Janeiro	733.097	719.236	98,11	1,34
	Fevereiro	622.833	611.518	98,18	1,26
	Março	805.401	790.859	98,19	1,27
	Abril	686.615	673.984	98,16	1,27
	Maio	651.904	639.483	98,09	1,27
	Junho	649.476	637.076	98,09	1,27
	Julho	660.178	646.420	97,92	1,28
	Agosto	580.370	568.476	97,95	1,28
	Setembro	542.521	530.696	97,82	1,29
	Outubro	482.655	471.281	97,64	1,29
	Novembro	553.061	539.613	97,57	1,29
	Dezembro	517.364	502.222	97,07	1,30
	Jan.-dez./2009	7.485.475	7.330.864	97,90	1,28

Fonte: MTE.

Nota: A atualização das estatísticas do seguro-desemprego estão sendo coletadas na seção SAEG.net, no site do Ministério do Trabalho e Emprego.

[a] Os valores anuais se referem a soma dos valores dos respectivos anos diferentemente das demais tabelas que são médias.

[b] Valor médio do benefício em SMR.

TABELA VI.1
Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região
(Em R$ de dezembro de 2009)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT[b]	Total
2002[a]		979,46	978,47	1.144,64	1.339,55	1.504,28	1.236,02	1.341,19	n.d	n.d
2003		848,44	924,51	1.037,46	1.137,10	1.334,14	1.128,40	1.181,90	1.106,84	1.176,65
2004		827,31	905,59	1.035,20	1.123,94	1.313,17	1.135,51	1.166,43	1.141,83	1.164,71
2005		853,85	922,51	1.058,67	1.148,20	1.329,45	1.121,69	1.180,00	1.132,77	1.176,70
2006		894,24	972,46	1.100,92	1.179,59	1.396,85	1.159,11	1.226,68	1.221,86	1.226,34
2007		918,07	997,28	1.140,84	1.247,98	1.422,50	1.208,09	1.265,82	1.233,69	1.263,58
2008		905,37	1.064,15	1.193,34	1.313,40	1.456,11	1.238,52	1.308,80	1.304,33	1.308,49
2009	Janeiro	927,95	1.049,89	1.216,00	1.321,41	1.568,15	1.291,39	1.363,76	1.388,85	1.365,51
	Fevereiro	894,13	1.059,39	1.244,77	1.344,06	1.542,66	1.303,67	1.361,82	1.362,12	1.361,85
	Março	862,45	1.082,63	1.223,46	1.374,49	1.526,69	1.296,83	1.359,30	1.403,31	1.362,38
	Abril	900,56	1.076,32	1.200,95	1.381,53	1.496,34	1.304,66	1.349,44	1.312,42	1.346,85
	Maio	865,75	1.095,12	1.252,14	1.331,55	1.486,30	1.275,38	1.334,88	1.318,46	1.333,73
	Junho	866,68	1.093,90	1.272,10	1.314,38	1.480,17	1.272,61	1330,39	1.353,45	1.332,01
	Julho	910,81	1.129,66	1.251,65	1.369,08	1.452,06	1.293,87	1.337,41	1.349,71	1.338,27
	Agosto	904,00	1.108,36	1.271,07	1.384,92	1.470,67	1.299,68	1.350,09	1.411,22	1.354,37
	Setembro	953,70	1.139,92	1.237,95	1.383,22	1.486,41	1.301,90	1.358,01	1.388,21	1.360,13
	Outubro	907,49	1.163,74	1.254,27	1.368,10	1.498,20	1.290,35	1.357,80	1.418,57	1.362,05
	Novembro	895,32	1.112,51	1.251,60	1.352,92	1.512,72	1.306,78	1.356,66	1.435,79	1.362,20
	Dezembro	861,90	1.098,40	1.230,00	1.343,80	1.504,40	1.300,70	1.344,40	1.419,70	1.349,67
	Jan.-dez./2009	895,90	1.100,82	1.242,16	1.355,79	1.502,06	1.294,82	1.350,33	1.380,15	1.352,42

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.
[a] Média referente ao período mar.-dez.
[b] Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.
n.d.= não-disponível.

TABELA VI.2
Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região
(Em R$ dezembro 2009)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT[b]	Total
2002[a]		960,99	991,27	1.145,22	1.311,10	1.514,53	1.205,37	1.335,31	n.d	n.d
2003		829,27	918,57	1.029,09	1.139,10	1.310,55	1.115,16	1.168,84	1.066,82	1.161,69
2004		804,29	900,29	1.029,03	1.124,02	1.329,08	1.130,52	1.170,22	1.093,24	1.164,83
2005		858,13	941,50	1.066,41	1.153,39	1.351,18	1.130,73	1.193,73	1.118,94	1.188,50
2006		913,99	990,62	1.116,28	1.188,06	1.426,18	1.173,34	1.246,41	1.231,64	1.245,37
2007		941,32	1.030,12	1.152,97	1.263,84	1.454,63	1.231,77	1.290,60	1.263,47	1.288,70
2008		927,25	1.069,74	1.212,17	1.350,20	1.495,99	1.270,81	1.341,13	1.306,62	1.338,72
2009	Janeiro	868,41	1.048,56	1.203,21	1.327,44	1.536,52	1.283,56	1.346,59	1.310,88	1.344,09
	Fevereiro	833,85	1.057,75	1.186,96	1.349,27	1.507,83	1.277,53	1.335,54	1.372,98	1.338,16
	Março	883,43	1.051,78	1.170,11	1.363,77	1.491,06	1.302,47	1.335,95	1.293,85	1.333,00
	Abril	860,97	1.084,32	1.224,45	1.316,03	1.479,98	1.272,80	1.324,46	1.273,64	1.320,90
	Maio	849,69	1.080,69	1.244,55	1.296,00	1.479,12	1.263,20	1.319,41	1.323,03	1.319,66
	Junho	889,21	1.104,22	1.225,02	1.347,88	1.451,38	1.282,55	1.324,21	1.330,36	1.324,64
	Julho	887,35	1.092,38	1.246,40	1.365,16	1.454,49	1.282,21	1.332,06	1.382,49	1.335,59
	Agosto	934,13	1.123,42	1.216,52	1.366,08	1.479,87	1.295,66	1.345,65	1.379,54	1.348,02
	Setembro	895,89	1149,60	1221,93	1360,85	1491,35	1.275,68	1.346,42	1.403,10	1.350,38
	Outubro	883,87	1.102,44	1.224,13	1.343,09	1.507,96	1.301,98	1.347,54	1.441,20	1.354,10
	Novembro	873,98	1.125,14	1.233,46	1.415,97	1.653,24	1.348,80	1.431,73	1.461,79	1.433,83
	Jan.-nov./2009	878,25	1.092,76	1.217,89	1.350,14	1.502,98	1.289,68	1.344,50	1.361,17	1.345,67

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.
[a] Média referente ao período fev.-dez.
[b] Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.
n.d.= não-disponível.

TABELA VI.3
Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação
(Em R$ de dezembro de 2009)

Período		Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
		Com carteira	Sem carteira	Total			
2002[a]		1.298,84	820,13	1.171,60	1.868,84	1.151,21	1.341,19
2003		1.201,33	753,33	1.075,29	1.736,11	932,55	1.181,90
2004		1.197,32	748,25	1.068,07	1.699,22	926,21	1.166,43
2005		1.182,62	777,54	1.069,26	1.756,86	941,33	1.180,00
2006		1.223,06	801,58	1.112,61	1.852,99	985,35	1.226,68
2007		1.234,59	841,56	1.138,38	1.967,15	1.050,11	1.265,82
2008		1.259,63	852,48	1.166,03	2.047,43	1.093,44	1.308,80
2009	Janeiro	1.302,33	884,63	1.210,39	2.197,81	1.128,79	1.363,76
	Fevereiro	1.314,00	882,36	1.220,00	2.147,20	1.126,01	1.361,82
	Março	1.297,99	891,97	1.209,52	2.132,87	1.133,71	1.359,30
	Abril	1.284,65	852,41	1.191,40	2.147,59	1.114,43	1.349,44
	Maio	1.282,37	899,52	1.194,44	2.060,38	1.113,74	1.334,88
	Junho	1.251,01	898,01	1.172,85	2.073,30	1.144,16	1330,39
	Julho	1.280,41	878,87	1.193,49	2.151,30	1.136,39	1.337,41
	Agosto	1.271,62	919,76	1.195,07	2.188,55	1.133,26	1.350,09
	Setembro	1.296,80	899,09	1.208,57	2.182,18	1.138,89	1.358,01
	Outubro	1.291,40	906,21	1.207,50	2.203,55	1.145,94	1.357,80
	Novembro	1.310,15	906,94	1.221,05	2.200,76	1.113,01	1.356,66
	Dezembro	1.287,50	917,50	1.205,70	2.188,00	1.127,70	1.344,40
	Jan.-dez./2009	1.289,19	894,77	1.202,50	2.156,12	1.129,67	1.350,33

Fonte: PME/IBGE.

[a] Média referente ao período mar-dez.

TABELA VI.4
Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação
(Em R$ de dezembro de 2009)

Período		Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
		Com carteira	Sem carteira	Total			
2002[a]		1.323,03	792,91	1.181,48	1.898,64	1.100,18	1.335,31
2003		1.223,86	725,71	1.083,41	1.749,27	887,86	1.168,84
2004		1.227,54	732,45	1.084,64	1.728,95	900,18	1.170,22
2005		1.220,69	764,04	1.093,84	1.807,26	926,14	1.193,73
2006		1.272,16	787,64	1.145,99	1.934,67	960,74	1.246,41
2007		1.293,35	837,13	1.182,87	2.064,54	1.020,47	1.290,60
2008		1.318,46	838,14	1.208,84	2.151,87	1.076,64	1.341,13
2009	Janeiro	1.315,67	848,02	1.213,80	2.153,14	1.078,74	1.346,59
	Fevereiro	1.291,64	857,93	1.197,12	2.117,82	1.086,94	1.335,54
	Março	1.284,20	826,75	1.185,66	2.151,18	1.084,54	1.335,95
	Abril	1.283,62	874,00	1.194,37	2.059,06	1.088,43	1.324,46
	Maio	1.247,97	874,89	1.165,44	2.072,39	1.121,47	1.319,41
	Junho	1.278,18	857,77	1.187,25	2.147,30	1.103,20	1.324,21
	Julho	1.262,72	889,08	1.181,47	2.177,48	1.105,47	1.332,06
	Agosto	1.293,03	873,30	1.199,81	2.173,40	1.119,72	1.345,65
	Setembro	1.285,41	878,11	1.196,67	2.198,92	1.124,16	1.346,42
	Outubro	1.303,98	889,31	1.212,33	2.205,15	1.088,80	1.347,54
	Novembro	1.426,41	932,60	1.317,17	2.365,83	1.133,75	1.431,73
	Jan.-nov./2009	1.297,53	872,89	1.204,64	2.165,61	1.103,20	1.344,50

Fonte: PME/IBGE.

[a] Média referente ao período fev.-dez.

TABELA VI.5
Salário mínimo real
(Em R$ de dezembro de 2009)

Período		SMR
2002		121,52
2003		167,72
2004		196,13
2005		234,78
2006		285,29
2007		327,76
2008		383,72
2009	Janeiro	401,15
	Fevereiro	450,88
	Março	451,78
	Abril	454,26
	Maio	456,99
	Junho	458,91
	Julho	459,96
	Agosto	460,33
	Setembro	461,07
	Outubro	462,18
	Novembro	463,89
	Dezembro	465,00
	Jan.-dez./2009	453,87

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

TABELA VII.1
Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana
(Em %)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2002[a]		23,9	22,0	19,9	20,9	21,9	18,1	21,2	n.d.	n.d.
2003		24,6	22,0	21,4	20,5	23,1	18,6	21,9	17,1	21,6
2004		23,9	21,2	22,2	20,7	24,4	19,0	22,5	17,8	22,2
2005		23,5	22,4	20,8	20,4	24,3	19,1	22,3	16,3	22,0
2006		23,6	22,8	20,4	19,6	23,2	18,9	21,7	14,9	21,2
2007		22,2	21,9	20,7	18,6	21,9	18,8	20,7	15,0	20,4
2008		19,8	22,0	19,4	18,2	20,4	18,4	19,7	16,8	19,5
2009	Janeiro	17,6	21,1	17,6	17,6	19,8	16,6	18,7	16,0	18,5
	Fevereiro	18,6	20,5	17,4	17,4	20,1	16,7	18,8	15,0	18,6
	Março	17,8	19,2	18,6	17,1	19,9	17,4	18,7	14,5	18,4
	Abril	18,4	19,3	18,2	17,7	19,9	17,3	18,8	14,7	18,5
	Maio	17,7	19,4	18,7	17,7	20,4	17,1	19,1	14,4	18,8
	Junho	17,5	19,6	18,0	17,6	20,4	17,1	18,9	14,6	18,7
	Julho	16,6	19,9	17,9	18,1	20,0	16,9	18,8	14,3	18,6
	Agosto	18,0	21,3	17,8	17,6	20,2	16,8	19,0	13,2	18,6
	Setembro	17,3	20,6	19,2	18,0	20,5	16,7	19,2	12,7	18,8
	Outubro	17,5	20,3	18,7	18,1	20,1	17,3	19,1	15,3	18,8
	Novembro	18,3	19,9	18,3	18,8	19,9	16,6	19,1	15,8	18,8
	Dezembro	19,4	19,1	18,1	18,7	20,2	17,2	19,2	14,7	18,9
	Jan.-dez./2009	17,9	20,0	18,2	17,9	20,1	17,0	19,0	14,6	18,7

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.
[a] Média referente ao período mar.-dez.
n.d.= não-disponível.

TABELA VII.2
Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana
(Em %)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2002[a]		22,6	22,3	19,5	22,4	16,4	19,5	19,4	n.d.	n.d.
2003		24,1	22,4	19,4	22,6	17,5	19,5	20,0	20,6	20,1
2004		24,2	24,5	19,0	23,3	17,9	18,7	20,3	19,5	20,2
2005		22,6	23,1	18,6	23,2	16,5	17,8	19,4	19,5	20,2
2006		22,0	22,5	18,2	23,1	16,1	18,7	19,2	19,5	20,2
2007		21,2	22,7	17,8	22,8	17,2	18,2	19,4	19,8	19,4
2008		22,8	21,3	16,7	22,3	16,7	17,3	18,8	18,1	18,8
2009	Janeiro	24,3	20,0	16,9	21,2	16,8	16,9	18,6	18,4	18,6
	Fevereiro	23,6	21,2	16,5	21,9	16,9	17,5	18,9	19,5	18,9
	Março	23,2	21,5	16,2	22,3	16,5	17,9	18,8	19,6	18,9
	Abril	22,5	21,1	16,5	22,7	16,0	17,2	18,6	20,3	18,7
	Maio	23,9	21,7	16,6	22,6	15,6	17,5	18,6	20,3	18,7
	Junho	23,5	21,8	16,5	22,4	15,7	17,6	18,5	18,8	18,6
	Julho	23,6	21,8	16,7	22,9	15,9	16,7	18,7	19,0	18,7
	Agosto	23,1	21,4	16,6	22,4	16,5	17,5	18,8	19,9	18,9
	Setembro	23,3	20,4	16,6	22,5	16,4	17,9	18,8	19,6	18,8
	Outubro	22,3	21,5	16,6	22,6	17,3	18,2	19,2	17,8	19,1
	Novembro	23,0	22,3	16,8	22,4	16,7	18,3	19,1	17,2	18,9
	Dezembro	23,7	22,3	17,0	22,5	16,4	18,7	19,1	18,2	19,0
	Jan.-dez./2009	23,3	21,4	16,6	22,4	16,4	17,7	18,8	19,1	18,8

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.
[a] Média referente ao período mar.-dez.
n.d.= não-disponível.

TABELA VII.3

Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana

(Em %)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2002[a]		88,8	84,5	59,2	66,9	65,1	54,3	67,0	n.d.	n.d.
2003		84,7	96,6	62,0	59,9	73,6	51,3	68,5	47,6	67,1
2004		74,2	91,8	78,8	54,6	74,9	48,4	67,5	51,8	66,4
2005		79,8	83,5	71,3	50,0	63,1	51,4	59,6	46,1	58,7
2006		91,8	81,7	63,9	56,2	59,1	55,0	61,3	46,5	60,3
2007		81,2	86,3	54,8	53,5	51,3	52,6	54,2	37,5	53,0
2008		78,5	79,1	51,6	51,1	58,8	52,4	57,0	43,2	56,0
2009	Janeiro	62,7	56,6	44,1	49,5	63,2	40,6	55,1	50,7	54,9
	Fevereiro	72,4	48,3	49,7	62,9	47,5	52,0	50,6	41,2	49,9
	Março	70,9	62,0	37,2	58,3	57,8	52,9	55,3	36,2	54,0
	Abril	86,2	66,7	36,3	45,4	47,6	45,4	46,9	34,8	46,0
	Maio	64,7	47,2	45,7	63,2	37,4	37,4	42,6	53,8	43,4
	Junho	84,9	76,9	56,4	56,1	43,3	46,6	49,0	37,0	48,2
	Julho	84,9	78,2	50,4	50,9	34,7	36,7	42,0	52,9	42,7
	Agosto	63,0	69,3	47,1	42,3	50,3	48,0	48,1	42,0	47,7
	Setembro	89,2	67,3	46,8	46,3	44,1	50,7	46,4	67,3	47,6
	Outubro	59,6	48,3	37,8	56,2	46,2	45,1	46,6	60,8	47,5
	Novembro	78,5	69,5	39,8	48,6	58,4	40,6	53,0	41,3	52,1
	Jan.-nov./2009	74,3	62,8	44,7	52,7	48,2	45,1	48,7	47,1	48,5

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

[a] Média referente ao período fev.-dez.

n.d.= não-disponível.

TABELA VII.4

Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana

(Em %)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2002[a]		40,9	44,6	9,4	19,7	12,1	3,3	20,5	n.d.	n.d.
2003		62,5	63,7	18,4	35,3	34,8	8,3	37,8	9,6	35,7
2004		49,9	57,4	19,6	29,7	34,8	13,7	36,3	11,1	34,5
2005		42,3	54,2	19,4	25,0	29,5	11,4	31,7	-0,3	29,2
2006		54,3	58,1	13,8	27,7	31,4	1,6	32,3	-3,0	29,4
2007		44,8	61,3	12,9	22,0	24,8	5,0	26,6	1,1	24,6
2008		46,9	58,5	10,2	16,9	19,3	6,3	22,3	3,6	20,9
2009	Janeiro	45,8	49,6	9,2	31,2	12,5	-0,9	22,0	6,5	20,9
	Fevereiro	41,8	53,6	3,3	28,4	7,8	3,1	18,8	2,9	17,7
	Março	65,8	46,2	6,7	26,8	7,3	-0,1	18,4	5,4	17,5
	Abril	61,0	47,8	7,0	19,8	7,8	0,5	17,9	-0,7	16,5
	Maio	58,0	53,7	0,4	12,0	1,3	-3,0	11,3	4,3	10,8
	Junho	50,4	49,3	7,9	10,3	11,5	-2,6	15,9	-2,3	14,5
	Julho	49,9	62,8	4,9	12,2	6,9	-1,7	14,2	-7,6	12,4
	Agosto	59,3	45,1	4,6	13,9	9,9	-2,5	15,5	-7,8	13,6
	Setembro	45,4	31,6	11,9	18,2	6,8	-1,2	14,3	-7,3	12,5
	Outubro	32,5	33,5	14,4	28,3	12,4	-7,3	19,8	-6,1	17,5
	Novembro	66,5	41,3	5,9	30,2	18,6	0,7	25,8	-0,9	23,7
	Jan.-nov./2009	52,4	46,8	6,9	21,0	9,4	-1,4	17,6	-1,2	16,1

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

[a] Média referente ao período fev.-dez.

n.d.= não-disponível.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - **Ipea** 2010

EDITORIAL

Coordenação
Iranilde Rego

Revisão
Cláudio Passos de Oliveira
Luciana Dias Jabbour
Marco Aurélio Dias Pires
Reginaldo da Silva Domingos
Leonardo Moreira de Souza (Estagiário)
Maria Angela de Jesus Silva (Estagiária)

Editoração Eletrônica
Bernar José Vieira
Cláudia Mattosinhos Cordeiro
Everson da Silva Moura
Renato Rodrigues Bueno
Eudes Nascimento Lins (Estagiário)
Helenne Schroeder Sanderson (Estagiária)

Livraria
SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - Térreo
70076-900 - Brasília - DF
Tel.: (61) 3315-5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br